

MARIA CAROLINA DA SILVA ARAUJO

Entre o autoral e a escrita coletiva: identidades, discursos e performances nas piXações urbanas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Colegiado do Programa de Pós- Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito à obtenção do título de Mestra em Letras: Estudos da Linguagem.

Linhas de Pesquisa: Tradução e Prática Discursivas  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kassandra da Silva Muniz

Mariana, 2017

A663e

Araujo, Maria Carolina Silva.

Entre o autoral e a escrita coletiva [manuscrito]: identidades, discursos e performances nas pixações urbanas / Maria Carolina Silva Araujo. - 2017. 125f.: il.: color.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kassandra Muniz.

Coorientador: Nepomuceno .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. MG. Programa de Pós-Graduação em Letras. Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Pichação de muros. 2. Atos de fala (Linguística). 3. Identidade. 4. Análise do discurso. I. Muniz, Kassandra. II. , Nepomuceno. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 81\42



**MARIA CAROLINA DA SILVA ARAÚJO**

***“ENTRE O AUTORAL E A ESCRITA COLETIVA: IDENTIDADES, DISCURSOS E  
PERFORMANCES NAS PIXAÇÕES URBANAS”***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Tradução e Práticas Discursivas. Aprovada em 15 de agosto de 2017 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

**Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz  
(Orientadora da pesquisa)  
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari  
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Profa. Dra. Ana Lúcia Silva Souza  
Universidade Federal da Bahia - UFBA**

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>1. Metodologia</b>	
1.1 Sobre <i>modos de fazer</i> pesquisa: qual o lugar da ética e da neutralidade na pesquisa científica?.....	10
1.2 A entrevista: a problemática da interação face a face .....	13
1.3 Escolha metodológica.....	16
1.4 Escolha dos heterônimos .....	30
1.5 Critérios usados para as transcrições:.....	31
<b>2. Linguagem</b>	
2.1 Perspectivas teóricas sobre a linguagem-discurso.....	32
2.2 Atos de fala: da teoria de Austin para uma noção performativa da linguagem e das identidades.....	35
2.3 O corpo como linguagem .....	39
2.4 Discurso e poder .....	40
2.5 Autorias: piXo e o renascimento do autor .....	45
<b>3. Identidades: tensões, estratégias e (re)construções</b>	
3.1 Identidade negra e seus desdobramentos .....	54
3.2 Identidade negra e essencialismo estratégico .....	58
3.3 Branquidade: a norma instaurada e a naturalização dos privilégios.....	61
3.4 Colonialidade, Colonialismo e as práticas descoloniais .....	63
<b>4. Análise dos dados</b> .....	<b>71</b>
4.1 É nós por nós.....	73
4.2 Rodas de conversa.....	91
4.3 Caminhos para outras reflexões.....	112
<b>Referências</b> .....	<b>116</b>
<b>ANEXO I-Roteiro de questões para perfil das/dos entrevistada/os</b> .....	<b>119</b>
<b>ANEXO II - Registros fotográficos de piXações do município de Mariana</b> ...	<b>120</b>
<b>ANEXO III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	

## AGRADECIMENTOS

A jornada dessa pesquisa jamais teria sido possível sem minha família. Lipe, obrigada por continuar conosco e não desistir. Turi e Ayê, obrigada pela paciência, carinho e apoio. Itamar Bambaia, sem palavras: agradeço a cada leitura incansável do meu texto, a ajuda a cada lanche preparado para as rodas de conversa, as horas e horas despendidas a nossa/os filha/os para que eu pudesse escrever.

No mais... minha gratidão!

Vó Magali, Mila, Quel, Rafa, obrigada por me apoiarem sempre.

A meu pai Felipe que nunca me deixou esquecer da ternura em minha vida.

A minha família de santo que me deu suporte para enfrentar a doença do meu filho sem perder o mestrado de vista. Em especial meu pai Lucílio d'Oxum, Sheila, Jadilucas, e Teté.

À Cassandra Muniz, minha grande amiga há tantos anos, por ter orientado esse trabalho e orientado minha cuca para que eu não desistisse. Minha gratidão. Sempre.

Às amigas e amigos que me aguentaram nesses dois anos. Especialmente Eliana Machado, Aline Ruiz, Adner Sena, Janaína Damasceno. Se não fossem vocês eu realmente não teria conseguido nem começar. Mais que amigos vocês foram exemplos de que é possível uma vida na Academia terna e afetuosa. Naiara, companheira de mestrado e a(o)s compas do Maracatrupe, obrigada pela paciência com minha falta de paciência nos momentos difíceis. É nós!

À companheira e companheiros de pesquisa, Afeni, Aristizabal, Nikita, Jorel, \*#, muito grata não só pela confiança, mas pelo apoio, companheirismo e paciência com minhas inquietações. Espero encontrá-los muitas e muitas vezes ainda!

Agradeço também à banca desta pesquisa: Ana Lu, pelos textos disponibilizados, conversas despendidas, e sobretudo por estar tão disponível mesmo a tantos quilômetros! Melliandro, por cada texto disponibilizado, pelas risadas (desde a graduação, né?) e pelo carinho e atenção de sempre!

Agradeço ao programa Pós Letras por ter me dado a oportunidade de entrar no Mestrado. Em especial, meu carinho imenso ao meu professor e amigo Clézio Gonçalves pelo apoio enorme nessa caminhada, e à Lúcia que respondeu por dois anos pacientemente cada pergunta que fiz...

Agradeço, por fim, a CAPES pela oportunidade de ter uma bolsa de estudos para esta pesquisa. Desejo que um dia possamos ter bolsas para todos os que, como eu, precisam, mas não tiveram a mesma sorte.

Dedico este trabalho a minha vó Eunice e meu querido irmão, Mestre Jonas.  
Que na minha caminhada eu nunca perca a ternura, como vocês nunca perderam.

## INTRODUÇÃO

A iniciativa de se trabalhar com piXações urbanas se deu, primeiramente, pelo meu interesse sobre o tema. Trata-se de um campo de pesquisa cuja literatura sobre o assunto é bastante restrita apesar de ser tema abordado em obras e reflexões de autores renomados, tais como Michel de Certeau (2012), em seu livro *A invenção do cotidiano*, Charles Baudelaire (1988), em sua obra *Meu coração a nu (diário íntimo)*, ou Julio Cortazar, em seu conto intitulado “*Graffiti*” (2002). Além disso, nota-se que o tema é pouco debatido entre pesquisadoras e pesquisadores da *academia*<sup>1</sup>, e até mesmo pelo senso comum, que atribui à piXação um caráter essencialmente marginalizado e criminoso.

A prática da piXação é recorrente em diversas cidades do mundo, em contextos sociais distintos e, nos anos finais da minha graduação (2014 e 2015), se fez presente em vários lugares da cidade de Mariana-MG, e da cidade vizinha, Ouro Preto – MG, onde resido. Sem conhecer suas autoras e seus autores, nem compreender suas motivações, sobretudo em cidades históricas com intenso apelo à preservação arquitetônica, percebia apenas que cada novo piXo me sugeria identidades, discursos e performances muito distintos. Apontavam também para um desejo comum de se inscrever e se por na condição de autoria.

Em minha trajetória acadêmica tive contato com a Teoria dos Atos de Fala, e seus desdobramentos nas concepções performáticas de corpos e identidades. Se a linguagem pode ser entendida como ação, quais, então, seriam as possíveis ações inscritas nas paredes? Sobre quem ou o quê desejavam se interpor? Esses questionamentos me fizeram pensar, então, sobre os sujeitos que piXam e os processos de (re)construção das suas identidades, por meio de suas práticas sociais e discursivas. Busquei, portanto, compreender os sujeitos que piXam como sujeitos que exercem suas ações *na e pela* linguagem.

### Questões que nortearam a pesquisa

---

<sup>1</sup> Fiz a escolha de redigir “*academia*” em letra minúscula, pois que a grafia *Academia* lhe confere um status no texto o qual pretendo questionar, ao não compreendê-la como o local da produção do conhecimento, mas de um conhecimento, de um saber, de uma perspectiva de compreensão do mundo.



Alguns questionamentos se fazem necessários para conduzir esta dissertação e uma das principais questões está atrelada ao livro de Gayatri Spivak: *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010), cujo próprio título complexifica as relações de poder exercidas na e pela linguagem, sobretudo em se tratando do meio acadêmico.

Falar sobre grupos subalternizados é indagar sobre quando e quanto eles falarão na e por meio dessa pesquisa: é também me colocar diante de minha arrogância acadêmica que por vezes, sob um falso discurso da neutralidade, fala pelo Outro. Diante disso, como podemos pensar a posição ocupada pelos discursos subalternizados na *Academia*? E fora dela? Em defesa de quem e o quê falam nossas pesquisas, entendendo o fazer científico como um fazer, antes de tudo, político? Que identidades excluímos e quais tem suas vozes visibilizadas? E qual é meu papel, enquanto pesquisadora, mulher, branca, em uma pesquisa que lida com sujeitos em sua maioria homens negros?

Essas questões buscam refletir sobre o lugar da linguagem nas relações e interações sociais, mas também sobre o perfil hegemônico da *Academia* e das suas produções do conhecimento. Nesse sentido, se faz relevante pensar no conceito de política e linguística, a qual implica justamente em questionar o lugar da ciência, da Universidade, de nosso fazer científico, não só na produção, mas na reprodução de discursos hegemônicos e excludentes.

## **Objetivos**

A partir dessas questões, os objetivos que pretendemos ter alcançado ao final da dissertação são:

**Objetivo geral:** Analisar as relações possíveis entre os conceitos de autoria, identidades, e os *atos de fala* presentes nas piXações urbanas e suas autoras e seus autores.

### **Objetivos específicos:**

- Investigar como se dá a constituição das noções de autoria e identidades individuais e coletivas nos dados gerados, com base na Teoria dos Atos de Fala.
- Investigar a possibilidade de entender a piXação enquanto escrita.

- Preencher um espaço teórico do conhecimento ainda muito limitado e restrito sobre o gênero discursivo das piXações urbanas, no que diz respeito aos estudos da linguagem.

### **Processo de geração dos dados**

A partir dos questionamentos que me conduziram a produzir esta dissertação, comecei a procurar pessoas que praticassem a piXação. Para tal, sempre que possível, falei sobre o tema dessa pesquisa, e, em um desses momentos, um estudante universitário disse não só que praticava o piXo, mas que conhecia outras pessoas também envolvidas com a piXação. A partir disso, me deparei com uma primeira dificuldade: como acessar sujeitos de Mariana que praticassem piXo sem serem deste perfil universitário? Como eu, também universitária, teria acesso a essas pessoas, e mais, adquiriria sua confiança? Como se trata de uma ação criminalizada, tive conhecimento da existência de grupos locais, mas não foi possível, no período desta pesquisa, acessá-los. Optei então por formar um grupo com 4 (quatro) homens e 1(uma) mulher, todos universitários, com quem consegui estabelecer algum contato, e que se dispuseram a falar sobre o tema comigo. Este grupo participou ativamente de rodas de conversa, elaboração de autobiografias, encontros individuais e produção de narrativas pessoais.

### **Bibliografia e estrutura da dissertação**

Apresento a estrutura deste texto fazendo uma breve revisão da bibliografia que irá nos ajudar a empreender os desafios a que me propus neste trabalho.

No Capítulo1 – Sobre *modos de fazer* pesquisa: o lugar da ética e da política, busquei trazer algumas reflexões sobre: os métodos de se fazer pesquisa, a partir de um olhar crítico sobre o fazer científico como neutro e ilibado; e a linha tênue que existe entre “fazer ciência” e “fazer política”. Nesse sentido, por meio de autoras e autores como Joana Plaza Pinto (2002), Ana Lucia Silva Souza (2012), Charles Briggs (2007), dentre outras e outros, busquei reiterar a importância da ética no fazer científico, pois este precisa ser deslocado de seu caráter de construtor de *verdades*. (PINTO, 2002, p. 55).

O Capítulo 2, intitulado *Linguagem: perspectivas sobre linguagem e discurso*, aborda as perspectivas teóricas com as quais dialoguei para a escrita dessa dissertação. A partir da concepção da linguagem como ação (KOCH, 2004; AUSTIN, 1990), pretendi compreender os sujeitos em sua forma de interagir, a partir da linguagem, com tudo que os cerca; bem como compreender como esses sujeitos afetam /são afetados, atravessam / são atravessados pelos atos de linguagem.

O Capítulo 3, *Identities: tensões, estratégias e (re)construções*, traz os conceitos de identidade e diferença e como estes são construídos na e pela linguagem. Nesse sentido, identidade e diferença passam a ser entendidas como em processo e operações politicamente motivadas, atos de linguagem, o que contraria uma concepção essencialista, que entende nossas identidades como imutáveis, particulares e permanentes.

No Capítulo 4, *Análise dos dados*, estão presentes os dados gerados e a reflexão teórica sobre eles. Para tal, foram selecionados alguns fragmentos – narrativas, rodas de conversa - que se mostraram atravessados pela teoria desenvolvida ao longo da pesquisa.

## 1. Metodologia

### 1.1 Sobre *modos de fazer* pesquisa: qual o lugar da ética e da neutralidade na pesquisa científica?

A metodologia é um dos itens imprescindíveis nos trabalhos científicos: qualquer orientação para textos acadêmicos reserva espaço para este item. É mais do que isso, atribui à metodologia caráter imprescindível para um devir científico. A metodologia diz sobre como agiremos sobre nosso objeto de pesquisa, mas esse “como agir” nem sempre vem acompanhado de uma reflexão mais profunda que posicione nosso “fazer ciência” como algo a ser ético e responsável.

A linguista Joana Plaza Pinto, em sua tese de doutorado (PINTO, 2002), aborda essa questão nos dois primeiros capítulos de seu texto, de forma a evidenciar não só sua reflexão crítica sobre o fazer científico, como de por em destaque a preocupação com os *modos de fazer* ciência. Nesses capítulos, a autora problematiza dois conceitos que, no ambiente acadêmico, tendem a ser naturalizados, mas que, sob uma reflexão crítica, apontam para a linha tênue que existe entre “fazer ciência” e “fazer política”: o primeiro conceito, a neutralidade; o outro, a ética.

Sobre a neutralidade, Pinto (2002) ressalta o fato de que até a escolha do nosso projeto de pesquisa será sujeitado a uma banca que, obviamente elencará alguns projetos de pesquisa em detrimento de outros. Mas sob quais critérios? Como assegurar que um projeto é mais interessante, ou relevante academicamente que outro? Essas questões permeiam toda a tese da autora, sobretudo em sua reflexão sobre o “fazer ciência”/“fazer linguística”.

A linguística inevitavelmente lida com sujeitos e suas interações, mas, por muitos anos, seus estudos foram apartados de seu caráter social, encarcerando-a em um molde de ciência que não a comporta: é o que a autora nomeia *pesquisar por pesquisar*, buscando temas que nos permitam ser *neutros*:

Essa fórmula *em nome da ciência* pode incorrer em duas interpretações diferentes. De um lado, pode significar que tudo pode ser submetido à pesquisa científica, sendo tudo válido para a ciência, não importando a sua natureza ou eventual utilidade prática. Por outro lado, pode-se identificar que a ciência, enquanto instituição financiada, acaba por desenvolver critérios hierárquicos, distribuindo poderes na busca por *objetos de pesquisa válidos*. Em miúdos, mesmo que tenhamos uma ideia democrática includente sobre o que pesquisar, acabamos por aplicar políticas excludentes na seleção de pesquisas. Essa dupla face imbuída na expressão *em nome da ciência* se dissolve constantemente, e costumamos ver interesses políticos investidos de argumentos científicos idealizados. (...) Essa característica da escolha dos

objetos de pesquisa – a de ser ao mesmo tempo *strictu sensu* e política – põe em dúvida o preceito científico da neutralidade, quer dizer, da ideia de que a ciência pode ser feita sem influência de outras instâncias sociais. (PINTO, 2002, p. 48)

A reflexão da autora sobre ética advém justamente desse questionamento acerca dessa “neutralidade”, pois, quando a percebemos questionável, se desvela o quão pernicioso pode ser uma pesquisa (ou sua avaliação pela *academia*). Nos estudos da linguagem, por exemplo, é muito comum ouvirmos a defesa de se lidar com a língua apartada dos sujeitos, e a isso se justifica a hipótese de que só assim seria possível fazer uma pesquisa linguística pura, encerrada em si mesma. Porém, além de não ser possível separar língua/linguagem dos sujeitos que a produzem, por ser uma prática humana eminentemente social, (BAKHTIN, 2003, pp. 92 - 109), outro problema surge com essa concepção da ciência voltada para si mesma: em momento algum se considera a interferência dela sobre os sujeitos, e muito menos, se considera ser possível interferir positivamente para a comunidade e os contextos dos quais esses sujeitos fazem parte. O fazer científico e a produção de conhecimento perdem, nesse lugar, sua dimensão política para além dos muros das Universidades: a sua potencialidade de transformar a sociedade, melhorar a vida das pessoas; tornam-se isentos da responsabilidade de dar algum tipo de retorno positivo às comunidades nas quais atuam – e da qual extraem materiais para incontáveis pesquisas.

Ana Lúcia Silva e Souza, em seu livro *Letramentos de reexistência* (SOUZA, 2011), também aborda esse problema, quando recebeu uma negativa de um grupo de Hiphop sobre o qual gostaria de pesquisar os processos de letramentos vinculados ao movimento. A fala de um dos integrantes do grupo denuncia como esses sujeitos pesquisados se sentem em relação à *academia* e às produções que nela se desenvolvem, e é abordada pela autora no primeiro capítulo de seu livro, o qual também trouxe em destaque os “*modos de fazer*” sua pesquisa:

Na relação com os sujeitos do dizer que aceitaram ser coconstrutores dessa pesquisa, percebi que um estudo que se pretende sério não é apenas cuidadoso. É, sobretudo, compromissado. Em que consiste esse compromisso? Em agradecer pelos depoimentos e entrevistas obtidos? Se alguma vez acreditei que isso era suficiente, os sujeitos de minha pesquisa me disseram em alto e bom som: “Não”. A organização deste livro ganha contorno e dinâmica singular quando os sujeitos, convidados a participar da pesquisa, recusaram o convite e, com propriedade, disseram: “Não queremos mais ser tratados como objeto de pesquisa para acadêmico vir aqui e ganhar título”. (SOUZA, 2011, pp 20-21)

É nesse lugar que se faz imprescindível reiterar a importância da ética no fazer científico, pois este precisa ser deslocado de seu caráter de construtor de *verdades*, que operam para o controle social. (PINTO, 2002, p. 55).

Não se trata, deste modo, de *devolver* às/aos informantes um produto desta pesquisa um produto de pesquisa. Trata-se de ir além e abrir os olhos para as consequências do trabalho e dos seus resultados. Trata-se de estar disposta/disposto a aceitar que o trabalho científico sobre a língua/linguagem não é uma descompromissada empreitada descritiva de  *fatos* linguísticos, mas uma verdade humana intrincada nas redes simbólicas, econômicas, sociais, culturais, que são todas redes de poder. (PINTO, 2002, p. 58)

Nesses caminhos, a metodologia foi sendo conduzida em busca, não de silenciar interferências, ruídos presentes nas falas dos sujeitos desta pesquisa, mas de ouvi-las, coloca-las em evidência. Dessa forma, cada participação de cada integrante se fez presente não apenas como mais uma colaboração, mas como, ao lado de intelectuais da academia, parte do referencial teórico desta pesquisa.

Nos momentos do café, do bate papo que antecedia o antes e o depois de cada encontro, a ida de uma namorada, ou quando eu mesma tive de trazer um dos meus filhos para esses encontros, aos poucos foram se construindo outros espaços de diálogo: não só a nossa relação acadêmica ou nossa relação pela pesquisa se constituíam, mas outras relações atravessadas por nossas identidades. Éramos nesses momentos pessoas que se encontravam para falar de algo que nos motivava: o *piXo* nesses momentos era o fio que nos unia, objeto de pesquisa e reflexão para todos nós.

Assim, meu papel de mulher, branca, já fora da faixa etária da/dos entrevistada/os se fazia *mais um* elemento que compunha aquela roda: minhas experiências com a pesquisa eram também experiências a serem compartilhadas, construídas sobre um objeto em comum.

Nas rodas de conversa, todos fomos buscando aos poucos um ambiente mais descontraído: creio que provocada pela própria linguagem dos sujeitos de pesquisa, não foi possível sustentar uma postura excessivamente acadêmica, com formas muito rígidas de questionários. Nesse sentido, procuramos ambientes ao ar livre, em que todos pudessem ficar à vontade, em roda: mesmo no Campus Universitário, optamos por uma área de convivência, com bancos e um belo jardim, ao invés de mesas e cadeiras. A flexibilidade também se tornou necessária porque foram raros os encontros em que todos pudessem estar presentes. Mesmo quando algum dos participantes não vinha a algum dos nossos encontros, busquei conduzir a roda de forma que sempre fossem discutidos assuntos diferentes do encontro anterior, em busca de que nossos encontros

em momento nenhum se tornassem enfadonhos e repetitivos. Pelo contrário, busquei fazer de cada encontro um ambiente convidativo: em que cada conversa fosse uma conversa nova, com novas interrogações para pensarmos sobre o piXo: o que nele havia que nos afetava; por que/quem a prática é atravessada.<sup>2</sup>

### 1.2 A entrevista: a problemática da interação face a face.

Uma das ferramentas utilizadas nesta pesquisa foi a entrevista, pois, havia o interesse da interação face a face para que gerássemos nossos próprios dados. Além disso, a interação face a face permite que, de alguma forma a voz do entrevistado, ainda que não conduza, pelo menos afete nosso olhar sobre o objeto de estudo.

Para Charles Briggs(2007), em seu texto “Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society”, a entrevista é uma ferramenta tida pelas produções acadêmicas como uma possibilidade democrática, segura e “neutra” do “se fazer ciência”. A entrevista, nessa perspectiva, recebe uma chancela romantizada, na qual se dá a impressão de obtenção de dados puros e inquestionáveis. Além disso, também dá a impressão de que, por meio da interação face a face, o pesquisador tem os ouvidos abertos, inteiramente abertos ao que o pesquisado traz de informação. Ao problematizar o tema da entrevista, porém, Briggs defende a necessidade de pensar nela para além do que o senso comum nos apregoa: como verdade, o dado puro, sem interferências. Para Briggs,

Desenvolver uma antropologia da entrevista poderia prover um enriquecimento para as etnografias da contemporaneidade e iluminar a produção de modos antropológicos do conhecimento, cujas práticas que desempenham papéis cruciais na mídia, corporações, políticas eleitorais, burocracias do estado, e uma grande variedade de profissões. (BRIGGS, 2007, p. 551)<sup>3</sup>

A pseudoneutralidade da entrevista se faz reforçada ao longo dos estudos sobre linguagem e comunicação, quando esta se trata de uma interação *face a face*: essa interação, se tomada sob uma perspectiva de “linguagem como comunicação”, ou como “reflexo do pensamento” reitera o que o autor denomina *uma metafísica da oralidade*.

---

<sup>2</sup> Pedi autorização aos participantes da roda para tirar fotos, mas, mesmo sem a intenção de fotografá-los de maneira que pudessem ser identificados, a câmera foi um objeto que os deixou apreensivos. Dessa forma, optei em não fazer nenhum registro fotográfico.

<sup>3</sup> Developing an anthropology of interviewing could provide a rich focus for ethnographies of the contemporary and illuminate how anthropologists modes of knowledge production intersect with practices that play crucial roles in the media, corporations, electoral politics, states bureaucracies, and a wide range of professions. (Tradução minha)

Isso porque essa perspectiva se nega a perceber que, para além de se comunicar ou se expressar, as pessoas inter-agem pela linguagem. Essa interação - grafia proposta por Ingedore Koch (2004), está atravessada pelas relações entre entrevistador(a)/entrevistado(a), cujos lugares de fala não são os mesmos. A perspectiva da *metafísica da oralidade* pode ser exemplificada na proposta de representação do “speaking circuit” de Ferdinand de Saussure.



Nela, a comunicação é entre dois iguais, homens transparentes, sem expressão: só suas cabeças interagem, o que reitera o caráter mentalista desta concepção. Esta imagem, em plena simetria, ignora, por exemplo, relações de escala (BLOMMAERT, 2011) entre os sujeitos do discurso. Essa imagem denota uma compreensão da comunicação como sendo uma transferência de informações claras, diretas, sem conflitos ou ruídos, bem como uma interação neutra, imune a discursos, disputas, ideologias. Essa neutralidade preterida pela entrevista simplesmente não existe, pois o simples contato entre dois sujeitos será tangenciado por relações hierárquicas de gênero, etnia, raça, sexualidade, poder aquisitivo, e tantos outros fatores que tornam evidente que as entrevistas não podem deter este *status* que tão comumente somos levados a crer, sobretudo se considerarmos o contexto acadêmico. Portanto, é fundamental refletir sobre as consequências éticas que essas relações entre entrevistador/entrevistados implicam.

À entrevista, Briggs também problematiza o conceito de comunicação em si. Em lugar disso, o autor propõe a *comunicabilidade*, que traz para o gênero discursivo “entrevista” noções de escala e hegemonia; o autor também visibiliza as esferas dessa comunicabilidade, sempre múltipla, conflitiva, superposta, mutante. (BRIGGS, 2007). É imprescindível, portanto, pensar a entrevista como processo no qual estão inscritos discursos/ideologias e relações de poder: desde sua produção, circulação até sua recepção. Isso porque a entrevista é passível, inclusive, de ser manipulada pela/pelo pesquisador(a), de maneira que ouçamos aquilo que queremos ouvir e ignorar seletivamente o que possa nos deslocar de nosso lugar de pesquisadora/es. (BRIGGS, 2007, p. 561.) O conceito de *comunicabilidade*, portanto, aponta para uma interação verbal performática entre pesquisador e pesquisado, e alcança para a entrevista um lugar



de “modo de se produzir conhecimento”, ao contrário do caráter puramente metodológico a ela atribuída. (BRIGGS, 2011, p.556).

Segundo Briggs (2011), nas relações entre entrevistador-entrevistado, é inevitável que cada interlocutor manipule a linguagem em direção a seus próprios interesses, mas, para além disso, como afirma Jean Blommaert, em seu texto em co-autoria com Ben Rampton, “Language and Superdiversity” (2011), também é inevitável uma relação escalar na relação dialógica entre quaisquer sujeitos. Segundo estes autores, assumir que qualquer interação social que analisamos é constituída por *camadas de contextos* é fundamental e demanda uma análise capaz de dar conta de aspectos *trans-contextuais*. Para eles, portanto, mesmo os turnos de fala estão sujeitos a hierarquias sociais – ao que denominam *escala*. Os autores problematizam a ideia de entropia, isto é, que a linguagem tende a caminhar pela uniformidade, e chamam a atenção justamente para o que resiste, a exceção, o que foge à regra, o imprevisível - a *indexicalização*. A visão de Blommaert é relevante para se refletir procedimentos metodológicos justamente porque reconhece que há uma série de dimensões inexploradas nos estudos sobre a linguagem: o autor argumenta que as diferenças entre sujeitos que nos deparamos ao fazer pesquisas na *academia*, na verdade, são não somente identitárias, mas semióticas, linguísticas, e que é preciso nos visitar em nossas práticas discursivas para obtermos realmente uma reflexão minuciosa sobre nossos objetos de estudo: sobretudo em se tratando de estudos etnográficos. É preciso cuidar da relação entre autoridade e autenticidade entre os sujeitos de fala e, principalmente, não ignorar que as relações linguísticas entre os sujeitos são assimétricas e são sempre tangenciadas por relações de poder.

A noção de escala abordada por Blommaert(2011) colabora para a problematização de meu contato com os sujeitos desta pesquisa por dois pontos fundamentais: o primeiro diz respeito à tendência que temos a amplificar narrativas/discursos essencialistas – tanto os que preveem uma voz unívoca de um “piXador-padrão”, quanto os que projetam em mim mesma, a voz da *academia* a fazer mais uma pesquisa, hegemônica, ocidentalizada, encerrada em si mesma.

Meu trabalho permanente foi, portanto, tentar fugir das armadilhas que colocavam os sujeitos dessa pesquisa como um objeto-único, homogêneo e linear. Foi a partir do contato que eles estabeleceram entre si, durante a pesquisa, que reverberaram as diversidades e diferenças entre seus dizeres e saberes. Isso pode ser observado nas

diferenças dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa, ou mesmo em passagens de sua interação. Nessas interações, houve atravessamentos de questões de gênero, raça, e até mesmo identidades geográficas ou artísticas de cada integrante. Da mesma forma que isso favoreceu a desconstrução de possibilidades de um olhar homogêneo sobre suas pluralidades, colaborou para que esta pesquisa não reverberasse apenas os sentidos comuns que inevitavelmente se constroem sobre o que são os piXos e quem são suas autoras e autores.

O segundo ponto fundamental diz respeito a nossa relação, pesquisadoras/es e pesquisada/os, pois, ao também relatarmos relações distintas com o piXo, todo o grupo debruçou-se sobre este objeto em comum: este fato conduziu nossas relações para uma certa horizontalidade ao longo de todos os encontros.

Nossos sujeitos de pesquisa, quando nas rodas de conversa, perdiam esse lugar delimitado, de fronteiras bem determinadas entre “pesquisadora” X “pesquisados”: Cada um aos poucos foi mostrando seu olhar, sua perspectiva, e definitivamente a relação entre cada um e o piXo eram distintas. Bem como eram distintas as implicações que o ato de piXar gerou na vida de cada um. A roda de conversa possibilitou que eu não detivesse sozinha o poder da condução de cada fala, não era mais eu, sozinha, que conduzia pausas, (des)continuidades. Ainda que não tenha sido possível ignorar como que meu corpo era bem diferente dos corpos dos demais, havia grandes diferenças entre eles mesmos, que também operavam representações distintas entre nossas relações identitárias. Esse caminho pôs em destaque nossas diferenças, e as tensões presentes em cada um de nossos lugares de fala, e não permitiu uma condução, mesmo que acidental, para que “dissemos aquilo que eu gostaria de ouvir”.

Mesmo em busca desse não-conduzível, ainda assim não é possível ignorar os vários momentos em que meu lugar de fala foi questionado, ou mesmo o que ele representava no momento das nossas conversas: a *academia* e seu papel pernicioso, violento, institucional, que oprime estes sujeitos em diversos vieses, em suas realidades de estudantes universitária/os.

### **1.3 Escolha metodológica**

Essa pesquisa tomou como princípio uma abordagem qualitativa, pois não tem pretensões de conclusões determinantes. Nosso objetivo foi investigar os indícios dos processos identitários, linguísticos e discursivos dos sujeitos desta pesquisa em sua relação com a piXação.

(...) a pesquisa qualitativa não se propõe a testar (...) relações de causa e consequência entre fenômenos, nem tampouco gerar leis causais que possam ter um alto grau de generalização. A pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto. (BORTONI-RICARDO, 2009, p.34)

Buscamos, nessa perspectiva, trazer um enfoque etnográfico para a geração dos dados, pois entendemos que não há como compará-los, mas sim, conhecê-los, considerando que fazem parte de realidades distintas. (SOUZA, 2011, p. 91).

No início da pesquisa, busquei fazer um levantamento acerca de possíveis piXadoras e piXadores ou grupos interessados em participar dessa pesquisa. Como critério, assumi apenas que deveriam ser pessoas residentes em Mariana, e que tivessem piXações na cidade no período de 2014 a 2015. Esse levantamento foi feito a partir de conversas informais nas quais eu falava sobre meu interesse sobre o tema com diversas pessoas. Em uma dessas conversas, uma dessas pessoas se dispôs a me ajudar e disse que fazia parte das atividades de piXação na cidade. Foi a partir disso que comecei a ter contato com outros sujeitos, os quais, em sua maioria, eram responsáveis por grande parte das piXações as quais eu havia registrado antes mesmo do início formal da pesquisa.

Ao todo, uma mulher e quatro homens se dispuseram a conversar comigo para que eu lhes apresentasse uma proposta de trabalho. Em poucos dias, porém, um dos homens se mudou da cidade, e as pesquisas seguiram com os quatro sujeitos que restaram. As negociações - de início um pouco tensas, pois que a prática de piXar é criminalizada - foram feitas individualmente, primeiro por telefone, depois pessoalmente. Nessas conversas, busquei assegurar aos sujeitos da pesquisa livre acesso a todo material a ser coletado; aos resultados de pesquisa, o caráter sigiloso de todos os dados obtidos; e que qualquer divulgação haveria de ser discutida previamente com os envolvidos (BORTONI-RICARDO, 2009, p.57). Ao longo desta pesquisa, foram entregues aos envolvidos todos os materiais produzidos: gravações, fotos, transcrições, texto da Qualificação, primeira versão desta dissertação. Ao final da defesa, também será entregue aos participantes a versão final desta dissertação.

Depois de esclarecidos os pormenores e respondidas todas as dúvidas dos sujeitos de pesquisa, ao contrário do que eu esperava, não houve nenhuma consideração contra a pesquisa acadêmica em si. Minha hipótese é que, por serem estudantes universitária/os, estes já estão familiarizados com essas práticas de pesquisa, comuns ao meio acadêmico. No entanto, em alguns momentos o estranhamento se deu, ainda nos

encontros individuais, com dois dos sujeitos de pesquisa, pelo fato de eu ser um corpo feminino branco, de outra faixa etária, interessada em um grupo de sujeitos jovens, predominantemente negros e do gênero masculino. Isso foi perceptível na escolha lexical, no estilo mordaz e irônico presente em vários dos seus discursos, na postura de seus corpos, ou mesmo nos momentos em que ela/es me indagaram: “Por que estudar piXo? O piXo não quer ser legal, autorizado” (Afeni). Questionamentos como esse me forçavam não só a mudar minha abordagem, como desestabilizavam o que eu buscava: legitimar as vozes do piXo não poderia ser confundido com agregar as vozes do piXo às vozes da hegemonia. Trazer o piXo para dentro da *academia* deveria ser ferramenta para pensar nos conceitos de escrita, linguagem; problematizar teorias que excluem comunidades inteiras, a objetividade que silencia, a ciência que invisibiliza. O lugar do piXo tende a ser essa rasura incômoda que não nos deixa permanecer em nossa zona de conforto, nessa ilha que por vezes se torna a pesquisa acadêmica, sobretudo no campo da linguagem.

O levantamento dos dados para pesquisa foi feito a partir de cinco instrumentos de pesquisa:

- **Levantamento de registros de piXação:**

Ao longo dessa pesquisa, registrei atividades de piXações na cidade de Mariana ao longo de 2014-2015. Para tanto, fui a campo em vários bairros da cidade: Rosário, Barro Preto, Bela Vista, Chácara, Centro, Catete, Colina, Jardim, Santana, São Cristóvão, São Gonçalo, São José, Vila do Carmo. Nestas, foram imagens as quais ilustram um pouco das piXações que vem sendo feitas na cidade. Esses registros buscaram apreender a maior variedade possível de estéticas, autorias, locais e contextos de produção do piXo e algumas fotos foram feitas em companhia dos próprios sujeitos de pesquisa.



PiXo registrado no bairro Chácara, Mariana – MG.



PiXo no bairro Chácara, Mariana-MG



PiXos feitos no bairro Chácara, em Mariana – MG, em frente ao posto da Polícia Militar



PiXo no bairro Chácara, Mariana, MG



PiXo do bairro Chácara, em Mariana - MG



Stencil do bairro Chácara, em Mariana -MG



PiXo do bairro Chácara, em Mariana - MG



PiXo no bairro Barro Preto, Mariana – MG



PiXo do bairro São Cristóvão/Colina, em Mariana - MG



PiXo / Bomb no bairro Chácara, Mariana - MG



PiXo no bairro Chácara, Mariana - MG







PiXo no bairro Vila Carmo, Mariana – MG.



PiXos na Calourada de 2014, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Bairro Centro – MG



PiXo no barro Centro, Mariana - MG





PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



PiXo no bairro Centro, Mariana - MG



Pixo no bairro Centro, Mariana-MG



PiXo no bairro São Pedro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana , MG



Lambe-lambe, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana-MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG





PiXo no bairro Centro, Mariana, MG



PiXo no bairro Centro, Mariana, MG

- **Rodas de conversa:**

Depois de todas as negociações, decidimos, eu e a/os participantes dessa pesquisa, que seria mais produtivo nos reunirmos em grupo, em um local que fosse adequado para todas e todos, para discutir temas referentes às minhas questões de pesquisa, levando em conta as categorias de autoria, identidade, performatividade. Dos cinco participantes, apenas quatro aceitaram participar de 8 encontros, e optaram a fazê-los semanalmente, às segundas-feiras em área livre do campus universitário. Um dos sujeitos dessa pesquisa, porém, não se dispôs a encontrar com o grupo, justificando-se por ter problemas de ordem pessoal com um dos integrantes da roda.

A frequência dos integrantes foi flutuante, em cada encontro tivemos a ausência de algum participante. Ainda assim, mantive a mesma estrutura das conversas: lançava alguns temas para discorrermos livremente. Cada encontro durou em média 50 minutos.

Os áudios foram transcritos e inseridos nos dados de análise e todo o material está disponível para a/os participantes.

- **Entrevistas individuais:**

A conversa individual foi realizada na casa da participante que se negou a fazer parte das rodas de conversa. Nossos encontros seguiram o mesmo roteiro de conversa desenvolvido nas rodas. Apesar de terem sido previstos 8 encontros, às quartas-feiras, a dinâmica desses encontros foi bem diferente. Nestes, a relação pesquisadora/pesquisada se deram de forma mais fixa e a falta de outras e outros interlocutores e interferências pendeu para o que eu não gostaria: para que eu conduzisse o assunto e obtivesse respostas um tanto previsíveis. Isso só pôde ser rompido quando fizemos a última reunião, e a entrevistada aceitou fazer este encontro com os demais. Nesse último encontro, foi perceptível a mudança/mobilização de alguns discursos por parte da entrevistada, bem como seu corpo feminino interferiu no discurso dos rapazes da roda. Intencionalmente este último encontro foi feito em Ouro Preto, na Praça da Estação, em uma lanchonete. O local foi escolhido pelos integrantes da roda, e eu achei interessante, por se fazer fora da Universidade. Os áudios foram transcritos e inseridos nos dados de análise e todo o material entregue para a/os participantes.

- **Narrativas - autobiografias:**

Foi proposto a cada participante que gravasse uma pequena narrativa de si mesma/mesmo, falando sobre: naturalidade, profissão, idade, gênero, raça; e, em seguida, sua relação com três temas: o piXo, a escrita e a *academia*, por se tratarem de estudantes universitários. Essas narrativas foram gravadas individualmente e nos deram caminhos de quem são os nossos sujeitos de pesquisa. Os áudios foram transcritos e inseridos nos dados de análise e todo o material já foi entregue para os participantes.

- **Continuidades:**

Em um dos encontros foi discutida a possibilidade de fazermos um evento no qual se discutam não só o piXo, mas outros temas que o atravessam, tais como: periferia, identidade, autoria, performance, escrita. Propusemos um dia de atividades, a ser realizado em conjunto com a Batalha das Gerais, produzido por alguns dos nossos sujeitos de pesquisa. Neste dia, seriam oferecidas oficinas de grafite, rap, discotecagem,

bem como uma roda de conversa sobre os temas supracitados. Ao final, teríamos a batalha de Mc's como encerramento. O evento ainda está em negociação com o grupo, e ficará em caráter de confraternização. A ideia dessas atividades pretende não só dar um retorno à comunidade pesquisada, mas buscar construir caminhos de se fazer pesquisa, em conjunto. Também buscamos com essas atividades caminhos de sair dos muros da Universidade, tentando alcançar também a comunidade local da qual esses sujeitos, enquanto residentes na cidade, fazem parte, pois concordamos com Souza (2012) quando ela apresenta

(...) a necessidade de construir uma escuta que acolha e interprete os enunciados, mesmo em meio a eles, garantindo uma postura ética e responsável em relação aos sujeitos e suas histórias consciente de que a tese é um discurso sobre diversos discursos. (SOUZA, 2012, p. 94)

A confraternização não será realizada enquanto parte divulgada desta pesquisa para não comprometer nossos sujeitos de pesquisa, mas como mais uma possibilidade de constituir esta pesquisa como um espaço de troca, solidariedade e aprendizagens.

#### **1.4 Escolha dos heterônimos**

Com o objetivo de preservar as identidades dos sujeitos em uma pesquisa é muito comum o uso de heterônimos. No entanto, entendendo a linguagem como iminentemente política, e compreendendo a auto-nomeação como imbricada de discursos que podiam me dar pistas de como estes sujeitos pretendem ser lidos, preferi dar a eles a autonomia em decidirem o nome pelo qual seriam tratados nesta pesquisa. Foram escolhidos, portanto, os seguintes nomes:

- Jorel: Jorel está associado ao desenho animado intitulado “Irmão de Jorel”, exibido pela Cartoon Network. O desenho retrata uma família que tem hábito de colecionar objetos. Enquanto Jorel é um jovem-celebridade, o desenho é focado nas aventuras do irmão do Jorel, cujo nome não aparece em nenhum momento do desenho.
- Nikita: João Reinaldo da Costa, Nikita foi o primeiro nadador da região norte/nordeste a participar de uma Olimpíada. Em 2016 teve publicados seus diários, sistematicamente preenchidos com notas tanto relacionadas



a sua prática de atleta quanto narrativas em relação a momentos históricos do Brasil, como a ditadura militar.

- Aristizabal: jogador de futebol colombiano, Vitor Hugo Aristizabal jogou em vários times brasileiros: Cruzeiro, Santos, Vitória, Curitiba e São Paulo. É conhecido por ser o jogador estrangeiro que mais marcou gols no Brasil.
- Afeni: Afeni Shakur/ Alice Feye Williams (1947-2016) foi uma ativista negra, empresária musical, conhecida por ser mãe do rapper Tupac Shakur. Norte americana, atuou como ativista política e integrou as Panteras Negras.
- #\*: Não houve nenhuma justificativa para sua autonomação: seu significado não foi esclarecido.

### 1.5 Critérios usados para as transcrições:

Para todas as transcrições dos materiais produzidos ao longo da pesquisa, segui o modelo de Marcuschi (1999), disposto no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Modelo de Análise da Conversação (AC)**

Ocorrências	Sinais
Sobreposição de vozes: quando a concomitância de falas não se dá desde o início do turno mas a partir de um certo ponto.	[
Qualquer pausa	...
Dúvidas e suposições	( ... )
Truncamentos bruscos: quando um falante corta uma unidade ou quando alguém é bruscamente cortado pelo parceiro	/
Ênfase ou acento forte e alongamento de vogal	MAIÚSCULA
Comentários do analista	:
Sinais de entonação: aspas duplas para uma subida rápida (corresponde mais ou menos ao ponto de interrogação);	(( ))
aspa simples: para uma subida leve (algo assim como uma vírgula ou ponto- e vírgula)	“
Repetições: reduplicação	”
Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção	Ex: e e ele, ca ca cada um eh, ah, oh, ahã, entre outros
Indicação de transcrição parcial ou eliminação	/ ... /

Fonte: MARCUSCHI, 1999, p. 10-13.

## 2. Linguagem

### 2.1 Perspectivas teóricas sobre a linguagem-discurso.

“Falar é (...) sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”(FANON, 2008, p. 17).

A linguagem é uma atividade multiforme humana que, ao longo da história dos estudos da linguagem, tem recebido enfoques bem distintos. Em seu livro *A interação (KOCH, 2004) pela linguagem*, Ingedore Koch (2001) aponta que os estudos linguísticos, ao longo da história, tem sido realizados a partir de três concepções básicas de linguagem:

- Linguagem como representação do mundo e do pensamento;
- Linguagem como ferramenta de comunicação;
- Linguagem como lugar de ação e interação.

Nesta última concepção da qual compartilhamos, se passa a considerar como parte da linguagem o sujeito, o ato de linguagem, as situações de interação, os contextos. Os sujeitos interagem a partir da linguagem com tudo que os cerca, bem como são atravessados pelo meio em que os atos de linguagem ocorrem. No mesmo sentido, suas práticas linguísticas apontam caminhos de se afetar a linguagem, e, por sua vez, afetar as estruturas dominantes, mobilizar discursos hegemônicos, ressignificar subalternidades.

Norman Fairclough (2001), em seu livro intitulado *Discurso e Mudança Social*, por exemplo, já aponta no título de sua obra, a possibilidade de transformações sociais a partir da linguagem. Focalizando-a como discurso, intrínseca aos tipos de sujeito e às suas respectivas interações, a linguagem contribui para a construção, reprodução e mudanças sociais. (p. 89-90). Nesse sentido, o discurso é entendido como ação, e os sujeitos que o produzem, como agentes das mudanças sociais. Fairclough aponta que o discurso sofre interferência das estruturas sociais, mas defende que o discurso é socialmente constitutivo (p. 90), isto é, uma prática permanente, não apenas de representação, mas de significação do mundo. (p. 92-93)

Fairclough apresenta, para tanto, o conceito de práticas discursivas, as quais se comportam de forma dialética com a estrutura social, estabelecendo uma relação complexa e variável com as estruturas sociais, as quais manifestam apenas uma “fixidez temporária, parcial e contraditória”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Ao pensar em

discurso enquanto prática social, Fairclough ressalta o caráter político da linguagem, pois o discurso passa a ser o veículo que potencialmente estabelece, mantém e transforma relações de poder e entidades coletivas; bem como ressalta caráter ideológico da linguagem, pois que esta também estabelece, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

O conceito de prática discursiva reitera o caráter dinâmico dos discursos e respectivas ideologias, práticas políticas e disputas de poder, neles presentes, e, por eles, operados. É importante, porém, lembrar que estas posições dialógicas são espaços de tensão e disputa, e apesar de Fairclough (2001) defender a ideia de um sujeito que age sobre e pelas suas práticas discursivas, também aponta que estas práticas sofrem frequentes processos de regulação.

Essa noção de linguagem/ação apresentada por Fairclough também está presente na “Teoria dos Atos de Fala”, de Jonh Langshaw Austin (1990), o qual apresenta a linguagem como politicamente constituída, constitutiva, e como veículo de inter(ação) entre os sujeitos sociais. Para Austin, a linguagem é detentora da propriedade de gerar efeitos em seus interlocutores, serve para afetar o outro, de acordo com expectativas e desejos de quem realiza o Ato de Fala. Para tanto, Austin lança mão do conceito de performatividade, que considera justamente como os sujeitos realizam suas práticas linguísticas e seus efeitos em suas inter-ações sociais. (AUSTIN, 1990; KOCH, 2001;).

Já a perspectiva dialógica, presente em Fairclough (2001), entre sujeito X linguagem X sociedade também está presente na perspectiva de linguagem responsiva de Mikhail Bakhtin(2003). Para este autor, o locutor não apenas constata o mundo para usar a linguagem como sua representação; ou usa a linguagem apenas para transmitir ideias, com o final único de se comunicar, mas “serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas”, utilizando as “formas normativas num dado contexto concreto”.

Fairclough (2001), Austin (1990) e Bakhtin (2003) apontam para possibilidade de agência dos sujeitos na linguagem, a qual se constitui como ferramenta para desestabilizar estruturas hegemônicas. É essa agência sobre a linguagem que pode provocar rupturas e mudanças sociais a partir do *uso*, das enunciações, das “práticas discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001) e reiterar o caráter eminentemente social da linguagem. (BAKHTIN, 2003, pp. 92 - 109).

A noção de linguagem eminentemente social nos oferece uma visão de que nada é por acaso na produção de significados e sentidos, pois estes são constantemente atravessados por ideologias, identidades, e jogos de poder: não cabe, portanto, nessa perspectiva uma concepção de linguagem individual ou unívoca. Partir do princípio de que as relações sociais são perpassadas pela linguagem significa que, mesmo na simples ação de se denominar ou denominar o Outro, os sujeitos estão agindo em suas práticas discursivas de forma política, ideológica, socialmente motivada e determinada, susceptíveis, portanto, às questões sociais, filosóficas, ideológicas, e aos contextos nos quais estão inseridos.

No texto “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (2003), Bakhtin ratifica exatamente essa relevância do contexto, mas o complexifica quando ratifica certa agência do sujeito sobre a linguagem. Isso é de suma importância, pois aponta possibilidades de (re)construção de significados, sentidos e intenções de cada prática linguística. Caso contrário, defenderíamos uma linguagem menos dinâmica e mais previsível, como se nos bastasse o contexto para determinar os sujeitos e respectivo comportamento linguístico. Bakhtin afirma: “o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na *nova* significação que essa forma *adquire* no contexto.” (p. 92). Segundo ele, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico e vivencial”. (p. 95), perspectiva dialoga com os Estudos Culturais, quando esses reiteram a relação entre linguagem e práticas sociais/identitárias, também considerando possibilidades de agência sobre a linguagem. Nesse sentido, é sempre bom lembrar que os discursos não são produtos, mas processos; mais modos de ação que reprodução.

Jan Blommaert (2012) reitera essa relação entre contexto X linguagem abordados por Bakhtin, ao lançar mão do conceito de “relevos linguísticos”: nele o autor mostra como os espaços são afetados e afetam os processos identitários e as práticas linguísticas dos sujeitos: os espaços são entendidos pelo autor como sistemas complexos e dinâmicos nos quais uma variedade de forças interagem e muitos modos diferentes de desenvolvimento e mudança podem ser observados (p. 107). Para tanto, defende a necessidade de uma “imersão etnográfica” e uma “forma remodelada de etnografia” dos relevos linguísticos (p. 108), pois que eles trazem em si várias camadas de signos cuja produção de significados é sempre social e politicamente motivada.

O valor de um signo, para Bloomaert, inevitavelmente precede “o lançamento do signo”. (p. 118). Isso nos permite afirmar que, nessa perspectiva, os sujeitos afetam o

contexto no qual estão inseridos, na mesma medida que são afetados por ele. O contexto, portanto, é socialmente produzido.

## **2.2 Atos de fala: da teoria de Austin para uma noção performativa da linguagem e das identidades.**

A abordagem de uma linguagem performativa advém da Teoria dos Atos de Fala desenvolvida por John Austin, em seu livro *How to do things with words* (1965; 1990). Seu enfoque é dado justamente à linguagem e sua propriedade de gerar efeitos em seus interlocutores. Para tanto, a linguagem teria dois tipos de enunciado: os constativos e os performativos. Os enunciados constativos seriam declarações verdadeiras ou falsas sobre um fato que é descrito. Teriam, nesse sentido, propriedade de serem verdadeiros ou falsos, estando, portanto no campo das afirmações. Já os enunciados performativos seriam aquelas que, ao serem proferidos, realizam uma ação: apostar, declarar, nomear, batizar, etc. Não cabe a um enunciado performativo ser enquadrado como verdadeiro ou falso. O enunciado performativo não é: implica. (AUSTIN, 1990, p. 111).

O enunciado constativo tem, sob o nome de *afirmação* tão querido dos filósofos, a propriedade de ser verdadeiro ou falso. (...) Ao contrário, o enunciado performativo não pode jamais ser nem um nem outro: tem sua própria função, serve para realizar uma ação. (AUSTIN, 1990, p. 111)

Ressaltando o aspecto performático da linguagem, Austin destaca que os Atos de Fala são compostos por três atos simultâneos:

Um *ato locucionário*, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um *ato ilocucionário*, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o *ato de promessa*, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por *eu prometo...*, ou por outra realização; por último, um *ato perlocucionário*, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. Através destes três atos, Austin faz a distinção entre *sentido* e *força*, já que o *ato locucionário* é a produção de *sentido* que se opõe à *força* do *ato ilocucionário*; estes dois se distinguem do *ato perlocucionário*, que é a produção de um *efeito* sobre o interlocutor. Aos efeitos, o autor também desenvolve em sua teoria condições para que o enunciado seja feliz ou infeliz. A isso está implícita a ideia de que a todo enunciado performático está expresso um desejo (consciente ou não) do locutor em que se realize certa ação. (OTONNI, 2002, sem página)

Austin considera feliz o enunciado performativo que apresenta um efeito que corresponde ao ato de fala, e apresenta em sua argumentação quatro enunciados

explicitamente performativos, por proporem/induzirem uma ação-resposta a seus interlocutores:

- ▶ Batizo esse navio: *Liberdade*.
- ▶ Peço desculpas.
- ▶ Eu te desejo boas vindas.
- ▶ Eu te aconselho a fazer. (AUSTIN, 1990, p. 111)

Se a ação for realizada pelo interlocutor, o ato de fala foi concretizado/correspondido, Austin o entende por feliz. Caso contrário, se o resultado não correspondeu a ação proposta pelo enunciado não produz um efeito (ou produz um efeito inesperado) no interlocutor, o ato de fala será nulo ou sem efeito, ao que Austin denomina infeliz. (AUSTIN, 1990, p. 111).

Às condições de produção, Austin procura certos padrões para as condições de felicidade dos enunciados performativos: quem proferiu o ato de fala está apto a fazê-lo? Quem proferiu o ato estava sendo sincero? Houve quebra de compromisso? Afinal, não é qualquer indivíduo que terá reconhecido seu ato de batizar um navio correspondido e considerado por todos; um pedido de desculpas não assegura mudança de conduta; um desejo de boas vindas não assegura que um hóspede será bem tratado; tão pouco, um conselho será preciso em sua eficácia. Mas estes questionamentos apontados por Austin aos enunciados sugeridos podem ser, segundo sua teoria, estendidos também aos enunciados constativos.

Para refletir sobre isso, trago o enunciado “João é bom aluno.”: mesmo em uma situação em que João seja realmente bom aluno, trata-se apenas de visão (das tantas outras possíveis visões) sobre o que é ser bom aluno, por exemplo. Essa reflexão se amplia, para Austin, a todos enunciados, mesmo constativos, pois, segundo sua perspectiva, sempre é possível atribuir marcas de performatividade. No caso de nosso enunciado, teríamos: “*Eu penso que* João é bom aluno.” Ou “*Eu aposto que* João é bom aluno.”, por exemplo. João ser bom aluno passa a ser não mais uma verdade incontestada, mas um convite a pensarmos coisas positivas sobre o João; fato que gerará consequências, resultados. John Austin aponta para essa nova face da linguagem: seu caráter essencialmente performático.

Parece-me que o enunciado constativo está sujeito às infelicidades tanto quanto o enunciado performativo e quase às mesmas. (...) Não importa quem pode informar, não importa o quê. E se está mal informado? Então pode-se não ter razão, é tudo. (...) Afirmar o que é falso é direito do homem. E, entretanto, essa impressão pode nos conduzir a um erro. De fato não há nada

mais comum em descobrir que não se pode afirmar absolutamente nada a respeito de alguma coisa, porque não se está em posição de afirmar o que quer que seja, o que pode, aliás, acontecer por mais de uma razão. (AUSTIN, 1990, p.118)

E conclui:

Até aqui observei duas coisas: que não existe nenhum critério verbal para distinguir o enunciado performativo do enunciado constativo e que o constativo está sujeito as mesmas condições de infelicidade que o performativo. (AUSTIN, 1990, p. 119)

Na perspectiva da Teoria dos Atos de Fala, a linguagem está para além desses limites constativos, descritivos e comunicativos, e mais: ainda que nossas práticas discursivas sejam reguladas por contextos, relações de poder, relações de alteridade, temos habilidades de interferir sobre ela (AUSTIN, 1976). Nesse sentido, a linguagem é utilizada pelos sujeitos não só para interagir, mas para *agir* sobre o outro: o ato de dizer está sempre destinado a causar efeitos no interlocutor, como convencer, agradecer, alertar.

Esses efeitos dependem de um outro conceito apresentado por Austin: a noção de *uptake* (apreensão):

Com relação à importância que desempenha o *uptake* (apreensão) na sua argumentação, podemos dizer que em qualquer situação de fala não há um "controle" do sujeito (falante) sobre sua intenção, já que ela se realiza, juntamente e através do *uptake*(com seu interlocutor). O *uptake* é então uma condição necessária do próprio ato (de fala), e é ele que produz o ato. Nunca deixaremos de atribuir uma intencionalidade num ato (físico), uma vez que este não poderá ser isolado de uma intenção, já que pode haver situações inesperadas, não-tencionadas pelo sujeito. É através do *uptake* que há um descentramento do papel do sujeito falante. (OTONNI, 2002, sem página)

Assim, a ação dependeria de um acordo entre as partes para que se realize, pois que ela fica subjacente à fala; existe um desejo implícito em cada ato de fala que não mais pode ser entendido como mera constatação de fatos. A linguagem assume papel de relevância na inter-relação entre as pessoas, pois, na construção de cada *ato de fala* estará expresso um desejo: o desejo de que aquele ato tenha efeito, sobre si, sobre o Outro, sobre a realidade na qual o locutor está inserido. A escrita de textos com estruturas linguísticas mais elaboradas, os processos de auto-nominação, os sujeitos, seus corpos, suas identidades, passam a ser, nessa perspectiva, ferramentas sociais politicamente motivadas, por serem fruto de um desejo e de inter(ações).

Mas os resultados, as consequências dos atos de fala, segundo a noção do *uptake* não são de domínio pleno do falante: depende também da apreensão daquele(s) com quem se interage, da propriedade que temos (ou não) para realizar cada ato; elementos

que vão construindo uma visão de linguagem opaca, imprecisa, que também não depende apenas do sujeito e suas subjetividades, mas de um contexto de interação.

Quais seriam então as implicações da noção de sujeito apresentada por Austin na discussão sobre responsabilidade nos atos de fala?

Carla Cristina Santos (2014) aponta que:

A responsabilidade é uma noção que se baseia na escolha. No âmbito dos usos da linguagem, e da teorização que se faz sobre ela (...) o problema da responsabilidade tem ganhado destaque devido às preocupações com a dimensão ético política de nossas práticas lingüísticas, tendo em vista o direito à liberdade de expressão assegurado constitucionalmente. Essa liberdade é limitada na medida em que certas práticas lingüísticas podem privar uma pessoa ou grupo de pessoas de outros direitos também garantidos constitucionalmente. (SANTOS, 2014, p. 287)

A linguagem tem a capacidade de deslocar um signo de seu contexto, ao mesmo tempo em que pode repeti-lo em outras situações distintas. Nesse sentido, independente de qual signo seja, ele não pode ser apartado de seu contexto de produção original. Assim, o sujeito que profere uma injúria racial, por exemplo, não pode se isentar da responsabilidade de tê-lo usado, pois, apesar, de não ter domínio pleno sobre sua significação, nem domínio pleno de quando ele, enquanto ato de fala foi constituído, ao proferi-lo, o sujeito assume para si todo o discurso em que os termos da injúria foram constituídos. E, de acordo com uma idéia performativa de linguagem, essa injúria não será apenas uma construção lingüística, mas se constituirá como ação sobre seus interlocutores, com diversas consequências possíveis. Dessa maneira, enquanto que, por um lado, não se pode isentar um sujeito de sua produção lingüística, ao mesmo tempo, não se pode tomá-lo como origem causal e intencional de uma fala injuriosa se tem como intenção analisar politicamente como o discurso produz essa injúria. (SANTOS, 2014, p. 288).

Essa complexificação da teoria austiniana tira do sujeito qualquer ideia de plenitude sobre seus atos de fala, tira do sujeito até mesmo a obrigatoriedade de consciência e controle das causas, consequências e origens de seus atos de fala, mas em momento algum o irresponsabiliza acerca do lugar de fala e discurso que este sujeito requer para si em sua produção de atos de fala. Ressalta-se a possibilidade de escolha; e ao mesmo tempo se abre a possibilidade de deslocar certo termo e ressignificá-lo de forma crítica. Às vezes só a partir de um signo que nos concede uma existência, uma identidade, ainda que subordinada, é possível ressignificá-lo e positivizá-lo. É ele que, mesmo quando nos encerra numa subalternidade, nos confere existência e possibilidade



de resistência. O poder é dual, isto é, ele exclui, invisibiliza, mas também inclui e visibiliza. (BLOMAERT, 2014, p. 67)

### 2.3 O corpo como linguagem.

A discussão sobre a interlocução entre piXadoras, piXadores e seus leitores: quais são os desejos de quem escreve/se inscreve e qual o texto contruído por suas leitoras e leitores - sejam elas ou eles piXadores ou não - é fundamental, nesta pesquisa, para se pensar o conceito de *performatividade*. Fato é que sobre a piXação e aqueles que piXam há um grande discurso social o qual relaciona esses sujeitos aos conceitos de crime, marginalidade, violência. Colocam-se todos no mesmo lugar e este lugar em geral é também associado a noções de classe, raça e outros perfis demarcados sócio-historicamente. O que aparentemente se criminaliza no Brasil não é apenas o piXo, mas também a/o piXador(a), o imaginário que deles se constrói, seus dizeres, pensamentos e discursos. Por sua vez, com o condicionamento da lei, somos levados a não discutir, a não ouvir, não ler, não questionar os porquês de tantas inscrições.

O piXo, se compreendido como Ato de Fala, numa visão performativa da linguagem, tem um corpo que fala, pois o piXo é produzido corporalmente. Nesse sentido, o Ato de Fala exige o corpo (PINTO, p.83, 2013): o da/do piXador(a) enquanto sujeito empírico, e da/do piXador(a) projetado pelo interlocutor. Essa corporeidade se expressa a partir de estéticas, comportamentos, posturas, um conjunto de fatores que constituem sua performance.

O corpo é o ponto cego do que se diz, aquele que age pelo excesso do que é dito, mas também é aquele que age através do que é dito. Dizer que o ato de fala é um ato corporificável significa que o ato é duplicado no momento do dizer: é o que se diz e, então, um tipo de dizer no qual o instrumento corpo do discurso performa. Então, um enunciado, baseado apenas numa análise gramatical, pode não parecer ameaçador. Mas a ameaça emerge precisamente através do ato que o corpo performa no ato de fala. (Tradução minha) (BUTLER, 1997, p. 11)<sup>4</sup>

A corporeidade do piXo não é fixa, (como nenhuma o é) e mesmo quando contestatória, pode vir a sucumbir a sistemas de normatização que a encarceram, o que

---

<sup>4</sup> the body is the blindspot of speech, that which acts in excess of what is said, but which also acts in and through what is said. That the speech act is a bodily act means that act is redoubled in the moment of speech: there is what is said, and then there is a kind of saying that the bodily "instrument" of the utterance performs. Thus a statement may be made that, on the basis of a grammatical analysis alone, appears to be no threat. But the threat emerges precisely through the act that body performs in the speaking the act. (BUTLER, 1997, p. 11)

pode ser percebido, por exemplo, na invisibilização do corpo feminino nas piXações, ou mesmo nas projeções que fazemos acerca dessa corporeidade. Não raro, nossas expectativas construirão um corpo masculino, seja nos piXos que excluem o corpo feminino – no caso de piXações de cunho machista, ou nos que reivindicuem para si características socialmente atribuídas a um corpo masculino (virilidade, força, agressividade, coragem). Essa reflexão reitera a possibilidade das agências do sujeito sobre seus corpos, um corpo performativo: Qual corpo piXadoras e piXadores buscam para si mesmos? Independente da escolha do sujeito em tentar se adequar ao perfil de um corpo normativo ou de um corpo subalternizado, evidenciar características em detrimento de outras constrói um discurso, um ato de fala passível de leitura, que agirá sobre seus interlocutores.

O que faz o ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do movimento, do agir do corpo que executa a ilocução. Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito linguístico. Uma ameaça se materializa pelo enunciado performativo que a opera, mas também pelo efeito do movimento do corpo que executa o enunciado. Essa afirmação não cria, como se poderia esperar, uma dicotomia corpo/linguagem, mas ao contrário: mostra que o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, pelo quem diz e pelo como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz. (PINTO, 2013, p.85).

Seguindo os argumentos de Pinto, é possível entender que, ainda que não seja algo consciente, as/os piXadores tem um corpo presente, discursivo, escolhido, produzido, desejado. Este corpo não está à parte das práticas linguísticas produzidas por esses sujeitos, mas, pelo contrário: é tanto operado quanto opera a/na linguagem.

## **2.4 Discurso e poder**

O discurso constrói a diferença (CAMERON, 2010, p. 133): é a partir dele que se delimita aquilo com o que me identifico (noções identitárias, ideológicas, políticas); e não me identifico (ou entendo como diferente, adverso, o Outro). Sofremos todos, dessa forma, um processo de “regulação e um controle do olhar que define quem são e como são os outros. Visibilidade e invisibilidade constituem, nesta época, mecanismos de produção da alteridade e atuam simultaneamente com o nomear e/ ou deixar de nomear.” (DUCHATZKY, SKLIAR, 2000, p. 165). Assim, quanto mais distantes estamos dos pré-requisitos da norma, maior o apagamento e a subalternização a que somos sujeitos. O problema em questão, portanto, não são as diferenças entre os

sujeitos, mas as hierarquizações a eles impostas, as quais tornam a linguagem sujeita a vetores de poder. Impor identidades e diferenças sempre está relacionado à busca de bens de poder. (SILVA, 2009). Assim, a marcação da diferença é o “componente-chave” de qualquer classificação. (WOODWARD, 2009)

A dimensão política da linguagem, os jogos de poder, as interações sociais feitas a partir dela e por ela norteadas desperta inúmeras possibilidades de controle – o qual muitas vezes se exerce a partir de toda sorte de violências. A partir da linguagem é possível (in)visibilizar não só idiossincrasias, mas também coletividades inteiras, suas características, práticas culturais, visões de mundo.

O discurso por si só é considerado de maneira extremamente inflada e eficaz não apenas como representação do poder ou seu epifenômeno verbal, mas como um *modus vivendi* do poder em si. (BUTLER, 1997, p. 355) (Tradução minha)<sup>5</sup>

Essa dominação, por sua vez,

(...) não é apenas um tipo sólido e global de dominação a qual uma pessoa sobre outra ou um grupo exerce sobre outro, mas as várias formas de dominação que podem ser exercidas sem sociedade. (BUTLER, 1997, p. 358)<sup>6</sup>(Tradução minha)

Enquanto o ideal preterido/divulgado por grandes meios institucionais de educação, formação e informação, de cidadão branco, do centro urbano, que tem um emprego formal, e enquadra-se às normas sociais ocidentais no que diz respeito a sua sexualidade, religiosidade, fixadas em noções e discursos eurocentrados, àquilo que não se enquadra é posto física e ideologicamente à margem.

É nesse lugar que se delega ao piXo, piXadoras e piXadores: no espaço ocupado, no imaginário de grande parte da população brasileira, por não brancos, moradores de periferia, de pouco poder aquisitivo e intelectual, alienados de qualquer cultura e conhecimento, posto que agridem voluntariamente elementos tão caros a nossa sociedade, como nossas propriedades, lares, locais de trabalho, nossos patrimônios históricos. E essa pré-condenação explícita e tangenciada por uma Lei nacional engendra discursos de ódio que se deitam por toda uma camada extensa de cidadãos brasileiros.

---

<sup>5</sup>Utterance itself is regarded in inflated and highly efficacious ways, no longer as a representation of power or its verbal epiphenomenon, but as the *modus vivendi* of power itself.

<sup>6</sup>(...)domination is not that solid and global kind of domination that on person exercises over others or one group over another, but the manifold forms of domination that can be exercised within society.

Há uma regulação na linguagem, quando se consideram as relações de poder as quais nela/por meio dela/através dela estão imbricadas. Isso suscita uma questão permanente: a favor de quem caminha a linguagem? Afinal, se há conflitos sociais e ideológicos, estes vão aparecer também na linguagem; da mesma forma, se há os que agem pela linguagem, agem sobre alguém. Assim, quem detém o poder sobre a linguagem? Essas perguntas não têm respostas definitivas, pois que a linguagem não é, definitivamente, uma ciência exata, mas são inquietações permanentes que nos ajudam a relativizar seu papel na sociedade e suas implicações sobre os sujeitos que dela fazem uso.

Na relação entre poder e linguagem, percebemos uma constante disputa por espaços discursivos: quando entendemos a linguagem como discurso, e cada discurso como fruto de uma determinada cultura (que, em si, é fragmentada), advinda de certo grupo social; quando entendemos a sociedade como um lugar instável e conflitivo, a linguagem passa a ser forte veículo discursivo de manutenção e elevação de determinada cultura em detrimento de outras, silenciadas, dominadas, controladas.

O poder social, o abuso de poder ou o domínio considerados como relações entre os grupos sociais, afetam de maneira crucial às noções de controle e acesso, quer dizer, o controle dos atos e das consciências de outros em benefício dos próprios interesses, e o acesso privilegiado a recursos sociais apreciados. (VANDIJK, sem data, p. 543)

A grande questão é que se há um sistema em que um grupo dominante se auto determina *norma*, considerando válida apenas sua própria cultura, os grupos subalternizados são sistematicamente sujeitos à um sistema complexo de dominação linguística. Esse sistema é assegurado, por sua vez, pelos discursos presentes em todas as instituições das quais dependemos socialmente e privilegia uma concepção ocidentalizada de mundo. Essa concepção é mantida sob princípios dicotômicos que separam o mundo em dois lados, onde um domina e outro é dominado.

Nesse sentido, as inscrições das piXações suscitam a ideia de discursos de determinados sujeitos sociais que parecem reivindicar um espaço discursivo do espaço tomado, antes, pelo Outro. Este Outro, por vezes, é o que representam os discursos autorizados, as propagandas políticas, placas, sinalizações e avisos, também presentes no ambiente das ruas das cidades; por outras, representam discursos dissonantes aos dos piXadores e de seu grupo; discursos que, de alguma forma, dissuadem suas construções

identitárias. Apesar de não podermos encerrar o piXo como prática essencialmente de excluídos, sobretudo se pensarmos a partir de uma concepção de linguagem em processo, é inegável que muitas piXações vem, se não da periferia, de um lugar de fala associado ao marginal.

Os processos de reivindicação de espaços discursivos, tomados como arenas de poder, apontam para um questionamento perturbador: e o subalterno, em alguma circunstância deste quadro de regulações e silenciamentos sociais impingidos na/pela linguagem, *pode* falar? (SPIVAK, 2008). Essa pergunta é abordada por Schollhammer (2010), quando o autor aponta para a violência epistêmica a qual são afetados os povos despossuídos e subalternizados

E continua:

Para Spivak, os subalternos precisariam se articular para inscrever sua especificidade subalterna dentro de uma identidade cultural dominante e, assim, deixar de ser subordinados. (SHOLLHAMMER, 2010, p.167)

De acordo com esta perspectiva, o gênero piXação, institucionalmente compreendido como uma inscrição com caráter essencialmente depredatório, representa, por vezes indícios de reivindicação de discursos de si/sobre si dos sujeitos que de alguma forma estão/sentem-se desprivilegiados, apagados, assujeitados social, e/ou politicamente; ou indícios de sujeitos que requerem para si certa identidade que se pretende visível.

Aí se manifesta a opacidade da cultura “popular” – a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-as como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais (CERTEAU, 1994, p. 79).

O piXador seria esse sujeito que dribla os contratos sociais, se opõe ao silenciamento imposto aos mais desfavorecidos. De certa forma, o que Certeau traz é um caminho para que este possa produzir, eles mesmos, rachaduras neste sistema que o invisibiliza. Sua prática de piXar pode aparecer como esse “elemento de expressão de sujeitos discursivos que resistem à linguagem dogmática, a que estabelece apenas um modo “certo” de utilizar a linguagem, o padrão, e buscam legitimar e tomar posse de

outros modos de inserção de um mundo letrado” (SOUZA, 2011, p. 17). É, portanto, uma prática de letramento voltada para a

(...)concretude da vida (...) relacionando-se às questões culturais e políticas e visando de alguma maneira, ampliar suas possibilidades em um lugar de crítica, contestação, subversão, no qual, como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento, possam forjar espaços e atuar dentro e fora da comunidade em que vivem (SOUZA, 2011, p. 17).

Como sugere a metáfora da trampolinagem, sugerida por Certeau (1994), o piXo assume um lugar de desconstrução, de contra-discurso, muito longe do paradigma da conspurcação e vandalismo infundado e despolitizado; uma mera auto-afirmação estéril de sujeitos criminosos, como parece à Lei e ao senso comum.

Se o poder opera e se articula através da linguagem, é perfeitamente possível perceber que, por meio dela, é possível se instituir a violência: e sobre a violência que se constitui pela linguagem, são de grande relevância os estudos de Judith Butler. Em seu livro *Excitable speech* (1997), a autora trata do poder do discurso de ódio em um país como os Estados Unidos, que defende a liberdade de expressão e critica duramente a ausência de regulação e controle acerca desses discursos, que não são somente autorizados, mas ratificados pelo próprio estado. (BUTLER, 1997, p. 358) A linguagem fere para além da própria linguagem, mesmo nos casos de injúria. Se a linguagem é performática e se o ato de *fazer* é equivalente ao ato de *dizer*, mesmo a injúria não pode ser tida como abstrata e inofensiva, mas com consequências graves, inclusive aos corpos dos sujeitos subjugados pelo discurso. Assim, a comunicação passa a ser forma de conduta. Um exemplo concreto disso são os epítetos racistas que veiculam uma mensagem de inferioridade racial, mas também institucionalizam verbalmente essa subordinação, impedindo/limitando acessos, regulando possibilidades de corpos, estéticas, formas de ser/agir; regulando valores literários, artísticos, políticos. (BUTLER, 1997, p.351).<sup>7</sup>

Essa dominação, por sua vez,

(...)não é apenas um tipo sólido e global de dominação a qual uma pessoa sobre outra ou um grupo exerce sobre outro, mas as várias formas de dominação que podem ser exercidas sem sociedade. (BUTLER, 1997, p. 358)<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Utterance itself is regarded in inflated and highly efficacious ways, no longer as a representation of power or its verbal epiphenomenon, but as the *modus vivendi* of poer itself. Tradução nossa.

<sup>8</sup> (...)domination is not that solid and global kind of domination that on person exercises over others or one group over another, but the manifold forms of domination that can be exercised within society. Tradução nossa.

A noção de violência linguística é muito importante para esta pesquisa, pois, ao nos debruçarmos sobre as piXações, somos imediatamente levados a refletir sobre a marginalidade, a criminalidade, a criminalização, a violência policial, a violência do Estado, os discursos de ódio sobre as práticas de piXação, e, claro, sobre seus/suas praticantes. É notória a gravidade empenhada aos piXos, piXadoras e piXadores, a associação dessas pessoas a outras práticas criminosas tais como tráfico de drogas, roubos, furtos, dentre outros medos hiperbolizados de uma parte considerável da sociedade. Na piXação, exalta-se a criação de riscos, mas ao invés de uma noção de delinquência, mais apropriada talvez seja a noção de transgressão (PEREIRA, 2010); o piXo flerta com a criminalidade, identifica-se com a ideia de contestação, ainda que por vezes de forma não muito clara entre alguns, às regras sociais. Assim fica perceptível não só uma concepção dialógica de linguagem, como aborda Bakhtin (2003), mas também de um diálogo em constante conflito, no qual se dão reivindicações de visibilidade, espaço – discursivo e físico -, poder e acesso.

## 2.5 Autorias: piXo e o renascimento do autor

Michel Foucault em sua conferência intitulada *O que é um autor* aborda a complexidade em se delimitar o conceito autoria, buscando estabelecer relações entre o nome do autor nos efeitos de sentido produzidos por seus textos. Segundo o autor, só é possível ter um *autor* quando temos uma obra a qual possamos consistentemente associar a esse autor, pois é justamente este autor que confere unidade a sua obra. Nesse sentido é conferido ao autor uma dimensão discursiva:

(...) o autor é de alguma forma construído a partir de um conjunto de textos ligados ao seu nome, considerando um conjunto de critérios, dentre eles sua responsabilidade sobre o que põe a circular, um certo projeto que se extrai da obra e que se atribui ao autor (...) (POSSENTI, 2002, p. 107.)

A dimensão essencialmente discursiva da autoria é amplamente discutida por Foucault, sobretudo quando traz à discussão de Roland Barthes (2004), em “A morte do autor”, do livro *O rumor da língua*. Neste texto, Barthes afirma que quando alguém produz um texto e o expõe a um leitor, sua autoria desaparece, pois que, segundo sua visão dialógica, o texto é construído na interlocução, por ambos. A escritura, então,

seria por si a destruição de toda voz, de toda origem: basta que um fato seja contado para que a voz perca sua origem:

Sem dúvida que foi sempre assim: desde o momento em que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, quer dizer, finalmente fora de qualquer função que não seja o próprio exercício do símbolo, produz-se este desfasamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa. Todavia, o sentimento deste fenômeno tem sido variável; nas sociedades etnográficas não há nunca uma pessoa encarregada da narrativa, mas um mediador, chãmane ou recitador, de que podemos em rigor admirar a prestação» (quer dizer, o domínio do código narrativo), mas nunca o «gênio». (BARTHES, 2004, p. 1)

Apesar de Barthes admitir a possibilidade de uma linguagem com fins “intransitivos”, que não ajam “diretamente sobre o real”, o que contraria a perspectiva de uma linguagem essencialmente performática adotada nessa pesquisa, ele desconstrói uma perspectiva romantizada de autor/autoria: rompe com a ideia de “autor” como sujeito no qual centralizam-se todas as expectativas sobre o que sua escrita traz, bem como rompe com a imagem corrente de uma literatura que fica tiranizada a este autor, sua pessoa, sua história, gostos, paixões, em um caráter quase de confiança. Barthes defende que o texto está para muito além do autor; bem como muito além de uma ação comunicativa encerrada em si mesma, mero registro ou verificação do mundo.

Pode-se dizer, inicialmente, que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: ela se basta a si mesma, e, por consequência, não está obrigada à forma da interioridade; ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada. O que quer dizer que ela é um jogo de signos comandado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante; e também que essa regularidade da escrita é sempre experimentada no sentido de seus limites; ela está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade que ela aceita e com a qual se movimenta; a escrita se desenrola como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim para fora. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer. (FOUCAULT, 2001, p. 271)

Mas o próprio Foucault, mais adiante, aponta que algo “bloqueia a certeza da desaparecimento do autor e retém como que o pensamento no limite dessa anulação; com sutileza, ela ainda preserva a existência do autor”. E esse algo é justamente a noção de escrita:

A rigor, ela deveria permitir não somente dispensar a referência ao autor, mas dar estatuto a sua nova ausência. No estatuto que se dá atualmente à



noção de escrita, não se trata, de fato, nem do gesto de escrever nem da marca (sintoma ou signo) do que alguém teria querido dizer; esforça com uma notável profundidade para pensar a condição geral de qualquer texto, a condição ao mesmo tempo do espaço em que ele se dispersa e do tempo em que ele se desenvolve. (FOUCAULT, 2001, p. 273).

A questão da autoria no universo da PiXação suscita algumas outras questões importantes, pois há um corpo, um indivíduo que escreve, e esse corpo é discursivo, performa e não pode simplesmente ser desconsiderado. O indivíduo que piXa é um sujeito empírico, não apenas uma projeção. Tem expectativas, tem um lugar social silenciado/oprimido e se impõe *fisicamente* no espaço no qual interfere. Não se trata aqui de uma projeção apenas, mas de sujeitos que tem um projeto de dizer que atravessa e é interferido por seus corpos, suas identidades, suas ações e a imposição física e concreta de suas vozes nas paredes. Isso não significa dizer que esses corpos não projetem essas identidades na escrita, nem que nós, leitoras/es não construamos também uma projeção de quem/como são esses corpos, o que querem e o porquê, o que querem dizer, mas apenas que esse corpo assujeitado, no contexto do piXo não cabe. (Ou, quem sabe, seja possível dizer que esse corpo e seus discursos não cabem em tamanha nulidade).

A escrita se faz em um ato particular – a mão que segura a tinta, mas no caso da escrita do piXo, esta é feita muitas vezes de forma coletiva: um apoia, outro observa, o outro escreve, se inscreve, marca. O texto produzido também desestabiliza uma noção fixa de autoria = escrita individual = propriedade, pois a assinatura/tag/piXo em si requer um *status*, uma representação simbólica de si, e esse *si* não necessariamente é o sujeito empírico, mas por vezes assume, também, uma voz coletiva.

A relação entre autoria e status também é intensamente discutida por Foucault que aponta o nome do autor como

entre esses dois pólos da descrição e da designação; eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. Entretanto - e é aí que aparecem as dificuldades particulares do nome do autor -, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfias nem funcionam da mesma maneira (...) **um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros.**

Essa reflexão de Foucault nos permite entender não só a ação do piXo, mas a própria autonegação de quem piXa como politicamente motivada/discursivamente produzida. Essa autonegação não só diferencia o eu do Outro, mas também delinea para si uma identidade. Nas palavras do autor, a auto-nomeação exerce "um papel no discurso", conferindo-lhe, antes de tudo, existência.

Por outro lado, ele relaciona os textos entre si; (...)o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que **esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status.** (FOUCAULT, 2002, p. 11 - 13)

Essa abordagem de Foucault é muito rica no contexto da piXação, pois nele o nome dá lugar à identidade social do autor, pois que a piXação está no contexto do ilícito, proibido; a marca, a assinatura da/o piXador(a) permite a identificação daquele escrito com um sujeito real. Esse nome é justamente o que instaura **um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser** e é esse nome que lhe conferirá status. (FOUCAULT, 2012, p. 13)

O discurso, em nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), não era originalmente um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato - um ato que estava colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. (...) E quando se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editoram regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução etc. - ou seja, no fim do século XVIII e no início do século XIX -, e nesse momento em que **a possibilidade de transgressão que pertencia ao ato de escrever adquiriu cada vez mais o aspecto de um imperativo próprio da literatura. Como se o autor, a partir do momento em que foi colocado no sistema de propriedade que caracteriza nossa sociedade, compensasse o status que ele recebia, re-encontrando assim o velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o perigo de uma escrita na qual, por outro lado, garantir-se-iam os benefícios da propriedade** (FOUCAULT, 2002, p. 15 - 16)

Em nosso caso, o piXo enquanto escrita de alguém confere a esse alguém status, lugar de fala, espaço discursivo, poder: e nesse caso se desestabiliza a ideia de que o autor é apenas projeção, sem o *status realista* (p.13) que Foucault questiona. Nesse sentido é relevante quando o próprio Foucault aponta que:

Talvez seja o momento de estudar os discursos não mais apenas em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam de acordo com cada cultura e se modificam no interior de cada uma. (FOUCAULT, 2002, p. 28)

Outra questão apresentada por Foucault associa o conceito autor a um *fundador de discursividades*, isto é, só teríamos autoria quando a produção de determinado autor também gerasse a possibilidade e a regra de produção de outros textos. (FOUCAULT, 1969, p. 50 apud POSSENTI, 2002, p. 108). No contexto do piXo, porém, essa noção de autoria é desestabilizada, porque, como sugere Possenti, ou renunciamos a discutir a questão de autoria para os textos que não fundam discursividades, ou descobrimos uma brecha para buscarmos uma nova noção de autoria.

Para Sírio Possenti, essa nova noção passaria por conceitos como subjetividade, contexto, discurso, isto é, seriam relevantes as noções de singularidade e tomada de posição por parte do autor. Essa subjetividade diz respeito a *como* esse sujeito pode, mesmo que imerso a determinado contexto, posicionando-se em favor de certa ideologia, não ser igual a outro que esteja na mesma posição – o que o distinguiria estaria mais na ordem do *como se diz* do que exatamente *o que se diz*. (POSSENTI, 2002, p. 109) Nessa perspectiva, não se nega que cada sujeito seja atravessado, orientado para certas tomadas de posição, mas justamente que, a partir de suas interações sociais, o sujeito é agente na sua relação com a linguagem.

Trata-se, a rigor, de uma exigência do próprio discurso, decorrente do fato de que o sujeito sempre enuncia de uma posição, mas a língua não é um código que sirva a cada posição de forma transparente. (...) Em suma, há indícios de autoria quando diversos recursos da língua são **agenciados** mais ou menos pessoalmente – o que poderia dar a entender que trata de um saber pessoal posto a funcionar segundo um critério de gosto. Mas simultaneamente, o apelo a tais recursos só produz efeitos de autoria quando associados a partir de condicionamentos históricos, pois só então fazem sentido. (POSSENTI, 2002, p. 114 - 221)

A relação entre autoria e as condições de agência sobre a linguagem é abordada por Rodrigues (2011), quando a autora traz, na origem do termo autoria, a relação dialógica e em processo entre o sujeito-autor e sua autoria.

Etmologicamente, autoria vem do verbo *aug*: “fazer crescer, acrescer, aumentar, ampliar; acrecer-se, acrecentar-se” (HOUAISS, 2001, p. 343). Isto é, a autoria faria crescer o espaço psíquico e social dos sujeitos, primeiro pela sua expansão no papel/na

parede, ou no suporte preterido, e depois a publicização dos escritos, (a qual, no piXo, ocorre de forma imediata. Sem mediações. Estão lá postos: autor, suporte, interlocutoras/os.) Essa exposição, segundo Alessandra Rodrigues (2011, p. 19) é uma das condições da autoria, e é ela quem viabiliza a possibilidade de reflexão sobre si : “não apenas pelo *feedback* que eventualmente daí possa decorrer, mas pelo próprio espaço que se abre para ler e pensar o que se escreveu, como se fosse de autoria de outrem. Nesse sentido, entende-se que, no momento em que o sujeito é capaz de colocar-se por meio de sua escrita à mercê dos olhos e das opiniões dos outros, é o momento inaugural que o sujeito deixa de ser sujeito para ser autor de alguma coisa, sobretudo se entendemos a linguagem como dialógica, como nos traz a reflexão de Bakhtin, quando ele diz que “ na vida, depois de vermos nós mesmos pelos olhos de outro, sempre regressamos a nós mesmos. “(BAKHTIN, 2000, p. 37 apud RODRIGUES, 2011, p. 20).

Para se por na condição de autoria, não bastaria, pois apenas estar autorizado a dizer, o que no caso da piXação, definitivamente não é o caso, mas o autor deve *se autorizar a dizer*, ainda que essa autorização venha a causar problemas, impor riscos – a afirmação da identidade do autor do piXo continua ligada às noções de censura, interdição, transgressão (RODRIGUES, 2011, p. 21). Isso significa dizer que

Antes de ser o detentor de sua obra, podendo usufruir dela, o autor encontra-se exposto aos perigos de sua obra, uma vez que “ os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (...) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido. ( FOUCAULT, 1992, p. 47)

O piXo é uma escrita publicada e veiculada essencialmente como “trasgressora”, e cabe também a esse autor esperar seus méritos a serem reconhecidos e recompensados por algum tipo de pensão simbólica ou real. Ele estará sempre na posição ambígua entre o temor da punição e a expectativa de recompensa. (RODRIGUES, 2011, p. 24). O piXador não pode ser considerado nesse caso mero escritor, pois enquanto o escritor é aquele que escreveu alguma coisa, o autor é aquele “ cujo nome próprio dá identidade e autorialidade ao texto): e é o texto quando conquista o espaço público, “constitui a autorialidade do autor”. (RODRIGUES, 2011, p. 25).

Nessa relação dialógica entre a escrita e seu autor se impõe também a ideia de desejo: onde mora o desejo pela escrita? Afinal, o próprio ensino formal põe essa escrita em um lugar de pouca fruição: como mera aquisição de uma tecnologia. Ensina-se como

fazer e não se constrói uma postura autônoma e criativa em relação à escrita. (RODRIGUES, 2011, p. 54)

Isso, segundo a autora, quer dizer que:

Dessas práticas decorre, portanto, uma espécie de silenciamento do sujeito que escreve (...) uma vez que se escrito tem pouco significado subjetivo, social, interacional e real. A escrita – cada vez mais – passa a não denunciar o que dói (...), mas a ser a própria dor; não contribui para o compartilhar daquilo que dá alegria, mas a gerar sofrimento, insegurança e sensação de incapacidade. (RODRIGUES, 2011, p. 54)

Nessa perspectiva,

(...) a escrita deixa de ser uma ferramenta poderosa de inclusão e reconhecimento social – especialmente para as classes menos favorecidas – para ser mais um instrumento de domesticação e intensificação da exclusão. (RODRIGUES, 2011, p. 55)

A escrita pelo prazer, pela fruição, para Rodrigues seria, pois a primeira condição para que o sujeito se constitua enquanto autor, e estão ligadas à elaboração de uma escrita que não se curva nem se tolhe por padronizações. Daí a importância de se reconhecer o valor do sujeito, ouvir sua voz, ler suas palavras: pois que a escrita é tanto uma ferramenta em potencial para o auto-conhecimento/ e o conhecimento do outro, como uma arma na luta contra as desigualdades e na busca pela inclusão social. A escrita, nesse caso nos confere existência. (RODRIGUES, 2011, p. 56-59)

A questão da escrita parece, então, atravessar constantemente a noção de autoria, posto que é também atravessada por ela. E se a noção de autoria é discursiva, se a noção de escrita também o é, o *ato de escrever*, em si, é permeado por e constitutivo de um discurso, pois apropriar-se da escrita, corrompê-la, transformá-la, transfigurá-la parece ser não só uma opção, mas uma escolha entre os piXadores. O piXo, nesse sentido, pode ser entendido como a busca de uma linguagem de interseção que condense e/ou desvele os hiatos entre os segmentos sociais, ou mesmo um ato político que rasura a linguagem instituída. Mas, como indaga a autora Ivete Lara Walti,

(...) não seria esse o papel do intelectual contemporâneo? Romper o campo significacional dominante, rasurar o discurso instituído, provocando deslocamentos? O papel de rasurar a linguagem dominante, seja do jornalista, do político, do religioso, do cientista ou do educador, não pode mais ser reservado a um segmento que o receberia como missão salvacionista da humanidade. Pelo contrário, o que se observa são parcerias na busca de novas linguagens em um mundo de fronteiras deslizantes, de

olhares não dispersos, mas difusos, que deem conta da diversidade de agentes e de ações. O que se busca são novas formas de abordagem de pedaços de linguagem, detritos do conhecimento instituído, e, para isso, muitas vezes há de se utilizarem ferramentas diversas. (WALTI, p. 10, s/d)

Para essa discussão, a autora aponta tanto o piXo como outras práticas contra-hegemônicas como movimentos que delineiam novos modelos de transculturação. Estes movimentos, pondo em evidência as tensões sociais, envolvem formas de intervenção do espaço público, em que:

(...) segmentos alijados da ordem social buscam se instituir como sujeitos. Observe-se que rua e mídia entram nessa equação como metonímias do espaço público enquanto espaço de intervenção de sujeitos sociais na negociação por seus direitos, inclusive o de voz. (WALTI, p.12, s/d)

Colocam-se, pois, numa posição de autoria da qual foram alijados dos meios autorizados dos usos da linguagem. É por meio dela que se realizam as trocas culturais não se interrompem; e é por meio dela que se abrem possibilidades de mudar as relações de poder que as permeiam.

Na assunção do discurso dá-se a construção da pluralidade de sujeitos e, aí sim, efetiva-se a troca, seja linguística, seja cultural. Não importa, pois, que nome se dê a esse processo: multiculturalismo, interculturação e/ou transculturação; os conceitos trazem consigo uma carga semântica que não pode ser desprezada, mas é justamente por isso que podemos utilizá-los como ponto de partida, desde que o processo seja contextualizado historicamente e culturalmente, permitindo-nos vislumbrar as relações de poder que atravessam cada processo. (WALTI, p.13, s/d)

A prática da piXação enquanto escrita não estabelece relações apenas com o sujeito que escreve, mas com a narrativa de um grupo, conferindo-lhe espaço, existência e memória, como por exemplo, no caso de piXações que fazem referências a piXadores já falecidos. A noção de *status* permeia o desejo pela escrita, da mesma forma que permeia o reconhecimento dos que se deram o direito à voz, pois dar direito a própria voz, nesse contexto, é também atribuir voz aos outros silenciados. Nesse sentido, as dinâmicas relacionais dos piXadores está sempre apoiada por dispositivos de interação, circulação e memória. (PEREIRA, 2012, p. 13)

(...)os jovens pixadores também se mostram preocupados com a história e com a memória. E é justamente essa preocupação com a memória e a história da piXação que faz com que muitos deles deixem suas marcas em prédios históricos, bens tombados e monumentos importantes da cidade. Primeiro, porque neles haveria maior repercussão entre os colegas, que veriam a marca e comentariam a ousadia no *point*, saudando o autor quando

o encontrasse, e também entre certos segmentos da imprensa que possivelmente realizariam alguma matéria sobre o ato de vandalismo contra um bem considerado importante. No caso das reportagens, haveria fotos da piXação, o que contribuiria para divulgar ainda mais a ação. As matérias jornalísticas, aliás, são guardadas como recordação no acervo de folhinhas. Além disso, e esse é o segundo motivo, as estruturas dos edifícios e bens históricos quase sempre são de pedra ou de materiais antigos que não podem ser pintados e que, por isso, proporcionam uma maior perenidade à piXação. Nesses materiais, seria mais difícil a remoção da marca. Desse modo, a própria proposta de preservação dos bens arquitetônicos, levantada principalmente pelos defensores dos patrimônios de pedra e cal, tem contribuído para a dinâmica da piXação em sua busca por visibilidade e memória. (...) (PEREIRA, 2012, p. 18).

Daí a relevância da frase de um dos entrevistados por Pereira, em sua tese de doutorado: “Quem não é visto, não é lembrado” (PEREIRA, 2012, p. 18), sobretudo porque esta voz que não é vista pertence a um corpo, e este corpo muitas vezes pertence a determinado contexto social, econômico, racial estrategicamente silenciado e socialmente posto à margem.

para os pixadores, a rede de sociabilidade e reconhecimento que eles tecem a partir dessa prática tão malvista revela-se o elemento mais importante. Em sua maioria, eles são homens, jovens (predominantemente com idade entre 13 e 25 anos), pobres e moradores dos bairros periféricos de São Paulo. Por meio da piXação, circulam por diferentes espaços da cidade, desbravando-a e estabelecendo relações com outros jovens. (PEREIRA, 2012, p. 6)

O piXo, enquanto escrita, confere a esse sujeito que piXa status, lugar de fala, espaço discursivo, poder, isto é, nesse caso o autor não é apenas “aquele que responde por ou se apropria de” (GALLINARI, 2005, p. 48). Nesse caso, a relação da concomitância entre eu-discursivo - eu-empírico se faz pertinente e produtiva, o que acaba tornando tensa a ideia de que o autor é apenas projeção, sem o *status realista* que Foucault questiona (FOUCAULT, 2001, p.284). Assim, no caso das piXações urbanas tanto o sujeito empírico, quanto seu corpo, seu ato de escrita, o suporte em que se escreve são passíveis de leitura e elementos constitutivos não só da produção do sentido daquilo que se escreve, mas para a leitura do quem se inscreve e porquê se escreve.

A autorialidade do piXo, portanto, não se limita “ a maneira como se fala ou escreve”. Tampouco se encontra morta ou diluída, submersa em tantas outras vozes sociais circulantes. Esta se encontra na “ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser”, não fundam discursividades, mas reiteram o lugar de “transgressão”, rompimento, um vir a ser na e pela linguagem.

### **3. Identidades: tensões, estratégias e (re)construções**

#### **3.1 Identidade negra e seus desdobramentos**

Tratar da identidade negra é, neste trabalho, crucial, pois que a identidade negra atravessa constantemente os discursos e a auto nomeação de nossos sujeitos de pesquisa que, quando não se entendem negros, também percebem não caber numa identidade racial branca. E para entender as representações que perpassam o que é ser negro, é importante compreender antes como foram engendradas muitas dessas representações, para depois entender os percursos que determinados sujeitos escolhem para romper com os paradigmas do racismo.

Para mim, falar sobre negritude, identidade negra, ou mesmo me questionar sobre o que é ser negra ou negro no Brasil me escapa pela inexperiência. Não é possível fazer um relato das dores, violências às quais não estou sujeita, e falar do Outro é sempre um solo escorregadio. Neuza Sousa Santos (1989) traz a ideia de que ser negra ou negro não é uma condição a priori, mas um vir a ser. Nessa mesma perspectiva, penso que não ser racista, entender e reconhecer minha condição de privilégio, enquanto branca, acadêmica, que vem de uma família de classe média é também um processo de tornar-se, um vir a ser. Um dos caminhos para esta construção é envolver-se, aprofundar-se na dor do outro: não para senti-la, pois não é algo possível para alguém impetrado de uma historicidade branca, mas para não compactuar das práticas que as engendram, a provocam e as perpetuam. Não propagar discursos racistas. Não julgar mas buscar compreender outras formas de ver o mundo e existir para além das formas que conheço, para além das formas que o discurso hegemônico reconhece e institui.

Antes de pensar nas relações entre identidades diferentes, como exercemos nossas existências, que discursos e vozes tomamos para nós mesmos, é necessário pensar sobre o que seria a relação entre os conceitos de identidade e diferença,

Discutir identidades está sujeito a vários desdobramentos possíveis: identidade individual, coletiva, cultural, étnica, e todos esses desdobramentos são atravessados pelo tema da diversidade. Há várias correntes teóricas que abordam a diversidade e legitimam tratar dela a título de conhecimento: algumas dessas correntes apoiam-se num vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito à diversidade e à diferença. No entanto, outras correntes teóricas, sobretudo pós-estruturalistas, como os Estudos Culturais, buscarão romper com certos paradigmas sobre diversidade que se limitam a



encerrar suas discussões na constatação da sua *existência* (SILVA, 2002, p.1): limitar nossos olhares apenas à constatação de que não somos todos iguais, homogêneos, tende a invisibilizar as tensões que existem entre as identidades e diferenças, que passam a ser tomadas sob uma perspectiva essencialista, cristalizada. Assume como verdade e limita-se à ideia de que somos assim porque somos, como se nossas identidades fizessem parte da nossa natureza, estivessem conosco permanentes e intocáveis, do nosso nascimento até nossa morte. Imune a tudo e a todos: concisa, coerente, permanente. Apagam-se, nessa perspectiva, os conflitos e tensões que atravessam constantemente nossas identidades, que nos deslocam, nos (re)constroem.

A partir dessa linha de pensamento que Tomás Tadeu Silva desenvolve seu ensaio *A produção social da identidade e da diferença*, apontando para os conceitos de identidade e diferença como *em processo*, frutos da linguagem, que, nessa perspectiva, também é politicamente motivada. (SILVA, 2002, p.1)

Silva aponta a dificuldade de se encerrar em si mesmo o conceito de identidade, sobretudo porque a identidade se fundamenta justamente em seu contrário: na diferença. Não é possível se definir algo sem se levar em conta o que não se é. É justamente a partir dessa relação entre identidade e diferença que Silva estrutura sua argumentação acerca destes dois conceitos. Linguagem e identidade são *atos*<sup>9</sup> linguísticos, isto é, são fabricadas por nós nos contextos sociais e culturais. Isso significa que esses conceitos não podem ser compreendidos fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. São seres da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. Essa indeterminação decorre do signo ser:

um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto (o objeto "gato"), um conceito ligado a um objeto concreto (o conceito de "gato"), ou um conceito abstrato (o amor). O signo não coincide com a coisa ou o conceito. (SILVA, 2002, p. 2)

Destaco o termo *ato*, pois que, sendo ação, identidade e diferença deixam de ser apenas constatáveis, mas produzidas, interferindo sistematicamente na inter-relação das pessoas. Essas interferências estão desde o fato de situar os sujeitos em contextos, espaços, comportamentos, adequações previstas, normatizadas, até o fato de fixá-los às normatizações que os afetam para além dos aspectos essencialmente abstratos. Estabelecer identidades e diferenças nesse contexto é ferramenta de controle: físico, comportamental, ideológico.

---

<sup>9</sup>Grifo meu.

Já que a linguagem, nessa perspectiva, escapa de um caráter iminente constativo, pois ao determinar um objeto, sempre o faz com base daquilo que ele não é. Por exemplo, o signo “brasileiro” só se constitui sobre negativas: não ser argentino, cubano, americano. Nesse sentido, o signo se faz sobre a impossibilidade da presença da coisa em si a qual ele faz referência, ou seja, o signo que ele dependerá de um permanente processo de diferenciação. O signo, nesse sentido, sempre trará em si apenas traços daquilo que ele representa, bem como traços do que ele não é: da diferença, ainda que o signo nos leve sempre à ilusão de ser a coisa a qual se refere, em si, em sua presença:

Toda essa conversa sobre presença, adiamento e diferença serve para mostrar que se é verdade que somos, de certa forma, governados pela estrutura da linguagem, não podemos dizer, por outro lado, que se trate exatamente de uma estrutura muito segura. Somos dependentes, neste caso, de uma estrutura que balança. O adiamento indefinido do significado e sua dependência de uma operação de diferença significa que o processo de significação é fundamentalmente indeterminado, sempre incerto e vacilante. Ansiamos pela presença - do significado, do referente (a coisa à qual a linguagem se refere). Mas na medida em que não pode, nunca, nos fornecer essa desejada presença, a linguagem é caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade. (SILVA, 2002, p. 3)

Nesse sentido, a linguagem "vacila": os conceitos como identidade e diferença, enquanto atos de linguagem, não podem ser considerados numa concepção cristalizadora e estática, apesar de sermos constantemente seduzidos a fazê-lo; a ideia de imprecisão nos aponta caminhos menos confortáveis, e nossa segurança, do que somos, de onde estamos e o que compreendemos do mundo que nos rodeia, a nossa ancoragem escorre pelos dedos.

Considerando identidade e diferença como social e culturalmente produzidas, outra questão emerge sobre o tema: o da assimetria dos processos de diferenciação e adiamento linguístico. Onde há diferenciação, estará presente a disputa, o conflito, pois a marcação da identidade e a demarcação das diferenças sempre irão implicar operações de incluir e excluir; demarcar fronteiras; normalizar. (SILVA, 2002, p.3)

A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. "Nós" e "eles" não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes "nós" e "eles" não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. (SILVA, 2002, p.4)

As relações de poder, como aponta Silva, são espaços de tensão e conflito: elites intelectuais e econômicas vão sempre engendrando formas de perpetuar-se como elites, enquanto que os grupos desprivilegiados, subalternizados, oprimidos vão buscando formas e lacunas para assegurar direitos e acessos aos bens culturais e sociais. Elaboram-se, por um lado, estratégias para a naturalização hierárquica das diferenças, instaurando o poder hegemônico como naturalmente superior e atribuindo às diferenças o lugar do exótico, incomum, anormal; e, às vezes que denunciam e explicitam essas diferenças são violentamente silenciadas quando não podem ser simplesmente cooptadas. Silva vai entender essa fixação de identidades sustentada pela determinação política de uma norma, de um padrão. E essa norma, para o autor, é considerada uma das formas privilegiadas de se hierarquizar identidades e diferenças:

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marca das como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, "ser branco" não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, "étnica" é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é "sexualizada", não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. (SILVA, 2002, p. 4)

As identidades mesmo sendo produzidas são sujeitas constantemente a essas tentativas de fixá-las, estabilizá-las; mas também engendram processos e caminhos subverterem-se. Esses processos também ocorrem com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais a produção de identidades se sustentam: é sobre esses movimentos que tratam várias das metáforas utilizadas pelas teorias contemporâneas, tais como *diáspora*, *cruzamento de fronteiras*; todas suscitam a ideia de movimento, impermanência, imprecisão, ao mesmo tempo que rompem com as concepções de identidades separadas, segregadas, divididas. As identidades se deslocam em contato com outras identidades e o hibridismo impede a integralidade: mesmo que guardem alguns aspectos de uma identidade pretensamente *original*, não podem mais resgatá-la, não há integralidade ou pureza ao pensar em identidades.

Esses hibridismos, como dito anteriormente, não são simétricos; muitos hibridismos são forçados, como no caso dos sistemas colonialistas – e o entrecruzamento de etnias, culturas, como no caso da vinda forçada de negras e negros para o Brasil, ou mesmo na exploração da população indígena, por exemplo. Mas Silva aponta que, mesmo quando impostos, os hibridismos não afetam apenas as identidades oprimidas, mas também as opressoras. Como são inter-afetados, não é incomum a existência de identidades que transitam entre os dois espaços delimitados: que ignoram ou rompem as fronteiras. Essas identidades, seus corpos, sua vozes contradizem a fixidez a qual somos tentados a crer; personificam o caráter de movimento ao qual toda identidade é sujeita; apontam para a artificialidade dessas fronteiras; reiteram que nada é determinado unilateralmente. Por fim, essas identidades não são apenas uma diferença, mas constituem o questionamento da própria hegemonia. (SILVA, 2002, p. 5)

Se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é nas próprias linhas de fronteira, nos limiões, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível. Aqui, mais do que a partida ou a chegada, é cruzar a fronteira, é estar ou permanecer na fronteira, que é o acontecimento crítico. (...)A possibilidade de "cruzar fronteiras" e de "estar na fronteira", de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demominação do caráter "artificialmente" imposto das identidades fixas. O "cruzamento de fronteiras" e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade. (SILVA, 2002, p. 5)

Esses cruzamentos, hibridismos, apontam para o caráter performativo das identidades, na perspectiva da Teoria dos Atos de Fala, na qual Austin (1990) propõe a visão de linguagem como ação. As identidades são constituídas socialmente pelas interações dos sujeitos, politicamente motivadas, estrategicamente construídas, imbuídas de desejos, tensões, conflitos, disputas. Não há nessa perspectiva lugar para se pensar identidade como aquilo que se é, mas naquilo que nos tornamos: a identidade sempre estará sujeita ao movimento, à transformação.

### **3.2 Identidade negra e essencialismo estratégico**

A visão performática da identidade aponta para um ponto relevante: os problemas das concepções de identidade cristalizada, essencialista, pura. Se as identidades além de produzidas, politicamente e ideologicamente motivadas estão em constante processo, construídas e reconstruídas nos processos linguísticos e nas relações

e interações sociais, não é possível estabelecê-la como fixa, permanente. Afinal, a própria multiplicidade nas formas de ser é enorme: não há apenas um tipo de mulher, um de homem, um de criança, mas mesmo quando incontestavelmente um determinado sujeito se auto-determina e é compreendido pelo seu meio social, há uma gama enorme de variações possíveis dentro de um traço identitário. Uma mulher, por exemplo, pode ser negra, branca, rica, pobre, idosa, jovem, hetero ou homoafetiva, enfim, são tantos atravessamentos identitários aos quais estamos sujeitos que a possibilidade de nos fixar em um perfil apenas não existe. Mas, então por que algumas alteridades são requeridas para si? E porque elas se tornam conflituosas? (MUNIZ, 2010). Isso se deve ao fato de que assumir uma identidade é um ato antes de tudo político. Afirmar-se algo é requerer para si não um compilado de características, mas discursos, vozes, representações, que constituem não a nós somente, mas comunidades inteiras. Esse ´requerer` por sua vez não é fixo. Posso dar como exemplo disso minha relação na pesquisa, dentro da Universidade, na relação com meus colegas, e minha relação com o grupo o qual pesquisei. Minhas escolhas de linguagem, roupa, local das rodas de conversa, ou mesmo quando me dei a liberdade de uma linguagem despojada e menos monitorada nas rodas e, no ambiente acadêmico, busquei usá-la de forma mais monitorada, foram ações todas estratégicas – mesmo as que considere acidentais.

Enquanto ferramenta política, portanto, a identidade pode ser utilizada de forma estrategicamente essencialista. E isso não necessariamente significa cooptar-se, mas articular-se, unir forças para um bem comum, uma solidarização, um sistema de defesa, proteção mútua e representatividade. Como exemplo desse fenômeno, podemos citar os Movimentos Negros como um movimento social de enfrentamento à subalternização a que estão sujeitos pela hegemonia branca: não há apenas uma forma de ser negra ou negro: podemos ter homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, deficientes, ricos, pobres negros. Por vezes, porém, movimentos sociais se sustentam numa identidade comum como estratégia de força para conquistar direitos: afinal, a linguagem pode não só definir identidades, mas também lhes conferir existências e subjetividades (MUNIZ, 2010, p. 99). No caso de nosso exemplo, negras e negros, suas existências e subjetividades se fortalecem mutuamente sob uma mesma identidade, mas também a (re)significam, pois ser negro por muito tempo foi posto pela hegemonia branca, desde o Colonialismo Ocidental, como algo ruim, signo de aculturação, subalternidade. Então,

Após a reintrodução e ressignificação da noção de raça no âmbito das reivindicações dos movimentos, o que se percebe hoje é o essencialismo estratégico por parte dos negros. Autoidentificar-se como negro hoje significa ao mesmo tempo uma questão de afirmação e orgulho pela raça como também uma reivindicação de direitos. Essa postulação de essências por parte dos movimentos sociais é uma estratégia política importante porque temo poder de aglutinar identidades em torno de um objeto político. (...) O ato de fala produzido pelo nome negro, nesse caso, não apenas repete o trauma do que é racismo e a violência que isso envolve, como ressignifica e recontextualiza o nome de formas mais afirmativas. (MUNIZ, 2010, p. 107).

O essencialismo estratégico aponta para uma concepção de sujeito que usa táticas de inventividade e resistência para manipular/alterar discursos e ideologias hegemônicas, por meio dos sistemas formais que lhes são impostos em seus atos de linguagem. Os sujeitos praticantes criam para si "um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar da língua." (CERTEAU, 1994/2008, p. 92-93, apud ALENCAR 2014, p. 85).

Assim como a linguagem, identidade e diferença são estruturas instáveis, porque a linguagem está o tempo todo, também, em processo, sendo disputada, conduzida, ressignificada, não sendo reflexo do real, mas uma ilusão do real, construída, manipulada, organizada. Este condicionamento e esta imposição escapam de uma ideia de linguagem associada a um sistema restrito e previsível de signos e significações. A própria linguagem transborda este conceito que tenta encarcerá-la, impor-lhe limites e controle, a tal ponto que a própria ideia linguístico/extralinguístico, ou mesmo linguagem/contexto perde completamente o sentido, se desfaz, pois ao entender a linguagem como discurso e prática social (FAIRCLOUGH, 2001), não há mais como apartá-la de um contexto, pois que ele a atravessa e é atravessada por ele todo o tempo.

(...) o significado – mesmo em seu sentido literal – deriva de uma fusão da forma linguística com o contexto. Nesse sentido, o significado não reside no interior da língua, encapsulado em expressões linguísticas *per se*; ao contrário, o significado é algo que *emerge da interação entre língua e suas circunstâncias*(...) Ou seja, toda forma linguística refere-se tanto às condições envolventes de sua própria produção quanto à ordem macrossocial maior. Os contextos de uso não podem ser vistos como cenas isoladas de um eterno presente (...). Os contextos são, ao contrário, atos históricos e sociais onde dois ou mais agentes sociais interagem por meio da linguagem. (SILVA e ALENCAR, 2014, p. 287, 288)

As identidades, nessa perspectiva, são "atos linguísticos", que, reiterados, condensam em si uma historicidade, assumem significados sociais locais que se relacionam com as estruturas sociais. Ou na perspectiva de Luiz Paulo da Moita Lopes

(2010), são performances que revelam escolhas efetuadas pelos sujeitos no interior de significados historicamente demarcados. É por meio dessa identidade performativa que os sujeitos se (re)definem, se (re)inventam, e (re)inventam, dialogicamente, sua história na linguagem. (LOPES, 2010, p. 241-242).

### 3.3 Branquidade: a norma instaurada e a naturalização dos privilégios

Visibilidade e invisibilidade constituem, nesta época, mecanismos de produção da alteridade e atuam simultaneamente com o nomear e/ ou deixar de nomear.” (DUCHATZKY, SKLIAR, 2001). O problema em questão não são as dualidades, mas as hierarquizações, as quais tornam a linguagem sujeita a vetores de poder. Impor identidades e diferenças sempre está relacionado à busca de bens de poder. (SILVA, 2009). Assim, a marcação da diferença é o “componente-chave” de qualquer classificação. (WOODWARD, 2009)

A Modernidade inventou e se serviu de uma lógica binária, a partir da qual denominou de diferentes modos o componente negativo da relação cultural: marginal, indigente, louco, deficiente, drogado, homossexual, estrangeiro etc. Essas oposições binárias sugerem sempre o privilégio do primeiro termo e o outro, secundário nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro mas dentro dele, como imagem velada, como sua inversão negativa. (DUCHATZKY, SKLIAR, 2001)

Quando pensamos nos sujeitos e sua interação, podemos perceber que a maneira com a qual estes se definem/se posicionam linguisticamente também é politicamente motivada. Isso se agrava quando procuramos definir identidades, que nos aproximem ou nos afastem dos objetos do nosso desejo. Assim, ao se (auto) nominar, o sujeito está não só identificando a si e ao Outro, mas expressando um desejo de lugar social, de postura ideológica, de conceitos, de visão de mundo, e de onde e como cada indivíduo se entende frente ao Outro, e ao mundo no qual está inserido e à sociedade. O desejo, nessa perspectiva, busca o lugar assegurado, da identidade preterida, da livre circulação e dos acessos garantidos, mas esses lugares já estão definidos e ocupados.

Na sociedade brasileira, por exemplo, a norma se fundamenta numa narrativa de supremacia branca, cristã, economicamente bem sucedida, heterossexual, masculina, fato que amplifica as violências impostas a uma maioria racial negra e indígena, às mulheres, aos movimentos lgbs, por exemplo. Quanto mais distantes deste padrão imposto, mais somos alijados de direitos, acesso, voz e visibilidade. A esse padrão, dá-se o nome *Branquidade*<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>Grifomeu

Para Edith Piza (2002) a branquidade/branquitude dá-se como uma porta de vidro, isto é, trata-se de:

um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo: uma posição de poder não-nomeada vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo. (FRANKEMBURG, 2004).

O que Piza (2002) argumenta é que a branquidade/branquitude atua como uma naturalização dos lugares privilegiados que são ocupados por aqueles que correspondem a norma imposta: se sou branca, sou a norma: raça tem os Outros, que são diferentes de mim. Nessa perspectiva, ignora-se que, mesmo aqueles que correspondem à norma, também são racializados, sexualizados, susceptíveis a narrativas e discursos que regulam seus atos, corpos, linguagens, identidades.

Os estudos sobre branquidade/branquitude se formaram como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores, fato que corresponde à cadeia de fatos históricos iniciados com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. Surgem para trazer à tona o branco nas discussões acerca do racismo e suas implicações, pois estas implicações não recaem apenas às pessoas negras. Franz Fanon, em seu texto *Pele negra, máscaras brancas* (FANON, 2008), por exemplo, aborda justamente os danos psicológicos que tanto brancos quanto negros sofrem: enquanto a população negra é feita crer na inevitabilidade de sua posição social subalterna, a população branca também é feita crer na inevitabilidade de sua posição social privilegiada.

Apesar de ser evidente que os conflitos com a auto-imagem de negros e não-negros são estimulados com as constantes positavações das características fenotípicas brancas, na maioria de materiais de formação e informação, tais como cabelos lisos, olhos claros, por exemplo, tidos como padrão de beleza, não é em termos de “brancura” que se discute a branquidade/branquitude. Sabe-se que a aceitabilidade e acesso a bens diversos correspondem ao cromatismo brasileiro: quanto mais escura a pele, menor a acessibilidade a bens culturais, e econômicos, mas o racismo não mais se baseia apenas em critérios biológicos de raça. Em 1948, com o Apartheid Sulafriano, o critério raça passou a integrar a essencialização histórico-cultural e ao invés de se falar em raça e caracteres biológicos, passou-se a falar sobre etnia e suas especificidades sócio-culturais. Dessa forma, como aponta Lia Shucman



(2012) passa a não haver apenas a hierarquização dos fenótipos humanos, mas de culturas inteiras. ( SHUCMAN, 2012)

A branquidade/branquitude é a norma, o padrão estabelecido a ser seguido, pois segui-lo garante acesso e reconhecimento. Quando se instaura a norma, aqueles que são perfeitamente adequáveis a ela, aqueles que atendem a toda sorte de sentidos comuns e crenças sociais, tais como: a força e razão masculina, a saúde plena ( que exclui toda sorte de deficiências), a pele alva e nórdica dos países de “primeiro mundo”, o conhecimento ocidental “claramente mais evoluído que o de outras culturas”, a heterossexualidade que “garante a perpetuidade da espécie humana”, as religiões judaico-cristãs que são predominantes ( mesmo que sob braços de ferro ) em todo o mundo, passam a ser A norma. Todos os que não atendem a, ainda que por um critério apenas, essa norma, são os Outros. Isso traz aos brancos a invisibilidade, uma idéia de neutralidade, como se só os Outros tivessem cor, especificidades, necessidades “especiais” (SHUCMAN, 2012). Então, todas as discriminações sofridas sócio-política e economicamente passam a ser problema e responsabilidade daqueles que são discriminados, garantindo, portanto, a perpetuidade do poder daqueles que não sofrem discriminação alguma.

É nesse sentido que a branquidade/branquitude atua e passa a ser convite perpétuo para a aceitação social: atua diretamente numa sociedade que se pretende homogeneizada. É também nesse sentido que se fundamentam as políticas de branqueamento da população: não basta ser claro, mas somos conduzidos a negar ao máximo qualquer associação às culturas e à imagem dos grupos étnicos e sociais subalternizados. Assim é instaurado um pacto social com a branquidade, que atua nos brancos como a naturalização de seus lugares privilegiados e, nos negros, os leva a um sentimento de auto-rejeição, evidenciado na preferência pela auto-declaração pardo, moreno, escuro, mulato, escurinho, ao uso da palavra “negro”.

A branquitude é uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos. Para entendê-la, é importante considerar que ela interfere tanto nos sujeitos e sua compreensão que tem de si mesmos, quanto constitui formas e estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (SHUCMAN, 2012).

### **3.4 Colonialidade, Colonialismo e as práticas descoloniais:**

É nos processos históricos coloniais que a branquidade/branquitude começa a ser construída como um constructo ideológico de poder: é neste período que os brancos tomam

sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores. Neste sentido, é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre a África a Europa e as Américas. (SHUCMAN, 2012)

Um dos elementos constitutivos e específicos desses padrões mundiais do poder capitalista é ao que chamamos Colonialidade. O conceito de Colonialidade sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos da existência cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2010, p. 84, apud SANTOS, 2012, p. 40).

Esses padrões interferem diretamente no que entendemos por identidade, e as identidades que mobilizamos, pois que elas são balizadas por uma linguagem sustentada por "conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares". Nessa chave de leitura, Walter D. Mignolo (2008) aborda as diferenças entre uma política de identidade e identidade em política: para o autor critica a política de identidade, pois que ela tende a compreender as identidades como aspectos essenciais do indivíduo, o que potencialmente gera a intolerância; como se as políticas identitárias fossem posições fundamentalistas potencialmente perigosas. Ela reside na "(...) construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como aparência natural do mundo". (MIGNOLO, 2008, p.289)

A raça é um critério básico de classificação da população mundial, crucial para a afirmação do sistema capitalista, independente da raça ser entendida em sua dimensão biológica ou como constructo social (QUIJANO, 2007). Mesmo negando a pertinência das diferenças biológicas enquanto condicionadora das diferenças sócio-culturais das populações humanas, a classificação de humanos em grupos raciais continua a ser um "princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsionou o reconhecimento de igualdade social (SANTOS, 2012).

A raça, como constructo social, tem vinculação direta com a geografia, pois que é esse campo de desconhecimento que buscará entender "dimensões espaciais das relações sociais".

Nesse sentido, é possível pensar que as relações raciais grafam o espaço, ou como afirma Renato Santos (2012), "constituem-se no espaço e com o espaço": mas isso não isenta essas experiências espaciais/sociais de serem complexas. Santos (2012) aponta para dois pontos que podem nos servir de exemplo dessa complexidade: primeiramente, temos que a valorização/mobilização dos pertencimentos raciais e espaciais variam, pois há momentos em que essas relações são reguladas e, em outros não. Em segundo lugar, temos "a complexidade dos próprios sistemas classificatórios e das estruturas de pertencimento, que mudam consideravelmente de contexto para contexto." (SANTOS, 2012, p. 42): por exemplo, há contextos em que as relações raciais são mais tensas, como é possível perceber nas discussões apimentadas acerca das cotas raciais; e há contextos em que essas tensões são menos evidentes, contextos em que ser negr@ não dificulta acessos, livre trânsito, como rodas de capoeira, os candomblés. Essas diferenças de trato com as questões raciais envolvem a valorização (ou não) do pertencimento racial: "a definição de sistemas de posições (mais ou menos hierarquizadas quando raça regula as relações e os comportamentos dos envolvidos em cada contexto ( o que também contempla vocabulários utilizados, entre outros aspectos. (SANTOS, 2012, p. 44).

Essa organização espaço-temporal das relações sociais delinea que há momentos e lugares em que se define o acesso às riquezas que a sociedade produz (acesso à educação, emprego, saúde, conhecimento e seus instrumentos de produção, posições de poder, etc.), as diferenças raciais são mobilizadas na forma de verticalidades e hierarquias, assim produzindo e reproduzindo inequivocamente as desigualdades raciais. (...) Essa coexistência de momentos e lugares onde há posições distintas e distintos padrões de interação racial é que permite que o mesmo indivíduo, que seleciona narcisicamente com base em pertencimento racial no balcão de emprego, possa retornar para sua rua e se encontrar com um amigo negro. A ambigüidade no comportamento desse indivíduo revela uma construção espacial que é resultante de um "aprendizado" social: ainda que inconscientemente, ele "sabe" onde raça, cor, o pertencimento racial como critério (de seleção) regulador das relações sociais onde não é – afinal, um erro no trabalho pode lhe custar seu emprego e um erro nas relações de amizade pode lhe custar o reconhecimento e laços afetivos. (SANTOS, 2012, p. 46)

O que podemos concluir da abordagem de SANTOS (2012) é que há códigos culturais que são autorizados ou não dependendo do lugar (enquanto contexto e cenário social) e essa perspectiva dialoga diretamente com a construção e a forma como se estruturam as hierarquias sociais (SANTOS, 2012, p. 47). Num exame das práticas do dia a dia que articulam nossas experiências sociais, a oposição entre “lugar” e “espaço” há de remeter, sobretudo, a operações que especificam *espaços* pelas ações de sujeitos históricos. Nesse sentido, como aponta Certeau (1990, p. 202 ), o espaço é um lugar praticado.

A discussão sobre a organização espacializada das relações raciais demonstram a existência de “atribuições subjetivas de princípios valorativos a contextos e espaços” (SANTOS, 2012, 56), isto é, os espaços serão sempre marcados por distinções sociais, o que é bem visível no contexto brasileiro, nas distinções centro X periferia, e na própria prática da piXação. Nela, sujeitos atribuem novas possibilidades de existência ao espaço em que atuam: a existência de seus corpos, e a existência de suas vozes e discursos. Desestabilizam esses espaços e as fronteiras invisíveis reiteradas por meio do constrangimento de indivíduos indesejados em lugares e contextos determinados. Isso nos auxilia a compreender a complexidade das regras das relações raciais, pois essas fronteiras invisíveis organizam nossas experiências de espaço:

definindo comportamentos aceitáveis e pertencimento (...) na verdade, campos de possibilidades e limites, cujo aprendizado é crucial para a reprodução dessa ordem. Afinal, são constructos ideológicos inculcados em indivíduos e grupos que permitem esta reprodução – expressões da colonialidade do ser nas relações sociais. (SANTOS, 2012, p. 58)

Essas fronteiras, das quais Santos fala, não devem ser entendidas como fixas. Atravessadas e constituídas pela linguagem, são passíveis de rachaduras, rompimentos, questionamentos, das próprias agências dos sujeitos, e respectivas identidades. Transitar por essas fronteiras é contrapor-se a essas imposições que nos enquadram em condutas aceitáveis, permitidas. É o que aborda Hall (2011), quando afirma que:

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo como agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (p. 337, 338).

Além de apontarem para as motivações políticas que organizam os sistemas sociais de hierarquização, as desestabilizam, as deslocam, as questionam, e, sobretudo, às põe à mostra: é o que se percebe nos diversos movimentos e lutas sociais contra-hegemônicas. Os Movimentos Negros, por exemplo, se fundamentam no conceito de negritude, o qual, tal como a branquidade, não se limita à questão da coloração da pele, mas apresenta-se como interposição ao discurso hegemônico que prega, a partir do corpo branco, padrões aceitáveis de conduta social e cultural. Os Movimentos Negros e suas lutas de afirmação e (re)significação do que representa ser negra ou negro se fundam não só na cor da pele, ou mesmo na valorização de características fenotípicas – ainda que essas narrativas do corpo também tenham força discursiva relevante sobretudo para deslocar padrões de beleza

eurocentrados. Vários outros caminhos foram também tomados por esses movimentos em prol da conquista de direitos: implementação das ações afirmativas, reivindicação das cotas raciais, reivindicação da implementação de temas referentes às culturas e história africana e afrobrasileira em todo ensino formal, por meio da lei 10.639, criminalização do racismo, valorização da cultura negra, reconhecimento das religiões de matriz africana

Afirmar-se negro, como argumenta Cuti (2010) não é um retorno a África apenas, um retorno a tradição, a busca a um passado remoto: ainda que seja isso também, afirmar-se como negro é, sobretudo, um ato político, um posicionamento que gera consequências: como o cerceamento, quando não a violência explícita. Afirmar-se negro é abrir às claras a discussão sobre o racismo e expor a farsa da nossa democracia racial; é também um ato de questionamento do poder. (Cuti, 2010)

Um dos caminhos para essas ações contestatórias de que Cuti fala tem sido a cultura e suas manifestações, pois a cultura negra é um dos caminhos encontrados para a sobrevivência de narrativas afrocentradas, contranarrativas à história única branca, cristã e ocidental, um caminho de resistência. Mas essa cultura, tal como as identidades, não deve ser concebida sob uma idéia fixa, cristalizada. É o que argumenta Hall (2011), quando afirma que:

Por definição, a cultura popular negra é um espaço contraditório. É um local de contestação estratégica. Mas ela nunca pode ser simplificada ou explicada nos termos das simples oposições binárias habitualmente usadas pra mapeá-la: alto ou baixo, resistência versus cooptação, autêntico versus inautêntico, experiencial versus formal, oposição versus homogeneização. Sempre existem posições a serem conquistadas na cultura popular, mas nenhuma luta consegue capturar a própria cultura popular para o nosso lado e o deles (...) na cultura popular negra estritamente falando, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais pré-existentes. (HALL, 2011, p. 339)

Mesmo nessa condição de processo, a cultura negra tem apontado caminhos de combate à norma que só autoriza cabelos alisados, peles claras, corpos brancos, culturas eurocentradas, paradigmas dos conceitos sobre razão, ciência, beleza, humanidade: narrativas da branquidade. Elevam-se e projetam-se contra os discursos de branqueamento, e, por consequência, contra o silenciamento imposto pela hegemonia branca: mais que cultura, esses movimentos culturais são resistência. Afirmar-se negro é lembrar-se do passado, mas não do passado colonial. É lembrar-se daquilo que a história vigente nos nega, silencia, violenta; é reconhecer o valor nas diferenças; é perceber nuances muito mais profundas do que o

simplismo binário de nossa cultura; é por a prova tudo o que foi construído e institucionalizado. É resistir e (re)existir. (SOUZA, 2012)

Nesse contexto de disputa e conflitos, chocam-se as identidades: negociam, reinventam, subvertem relações assimétricas de poder: performatizam, agem e reagem por meio da linguagem e de suas práticas discursivas. Estes processos contra hegemônicos dialogam diretamente com o conceito de opção descolonial (MIGNOLO, 2008), isto é, a necessidade e relevância da busca de alternativas, novos caminhos e paradigmas para além das:

teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento). (MIGNOLO, 2008, p. 290)

Só assim é possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista; e de pensarmos descolonialmente. As outras formas de organização e pensamento não-descoloniais permanecerão sempre na razão imperial, no que o autor chama de *política imperial das identidades*. (MIGNOLO, 2008, p. 291)

Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo- e na política de Estado de conhecimento. (MIGNOLO, 2008, p. 290)

Em nenhum momento de sua argumentação, Mignolo defende que temos de romper com os saberes eurocentrados, mas abrir os olhos e a escutas para outros saberes, outras formas de conceber a vida e o mundo. Estamos falando de outras epistemologias, (re)construir nossos saberes, já que uma das realizações da dita razão imperial foi justamente afirmar como superior a identidade europeia (no entendimento da identidade como única, essencial) e, ao mesmo tempo, determinar quais seriam as identidades (sexuais, culturais, religiosas, raciais) inferiores. (MIGNOLO, 2008, p. 291). Os padrões, as identidades preteridas não são mais pessoas em si, mas línguas e religiões, conhecimentos, regiões do planeta.

O piXo, ao longo da pesquisa foi se delineando como uma prática iminente descolonial. Isso se dá por diversos elementos que o atravessam. Trata-se de uma prática

descolonial a partir dos seus sujeitos: a identidade de piXador está longe de ser uma identidade buscada, reivindicada para obter ascensão social, ou para ser adequada, aceita, institucional. Ainda que diversos, plurais, os corpos atravessados por uma identidade de piXador são corpos que, quando não compactuam, flertam com corporeidades contrahegemônicas: seja por sua aproximação com a marginalidade ( no sentido de fora da lei), seja na aproximação com o marginal ( aquele que é excluído do centro, do aceito, do permitido). Nesse sentido, qualquer corporeidade contra-hegemônica apresentam traços possíveis de um corpo que piXa. Nessa pesquisa, o estranhamento que tive ao perceber que os sujeitos dessa pesquisa eram da Universidade e que, ainda assim, praticavam o piXo, se deu justamente porque, por serem universitários, algo em suas identidades escapava a representação de um piXador. No entanto, ao longo de nossas conversas, ruídos se instituíram nesses corpos universitários: ruídos que denunciavam que algo não cabia neste enquadramento que previa neles um comportamento e um discurso condizentes com discursos e comportamentos hegemônicos.

Trata-se de uma opção descolonial enquanto se constrói a partir de uma escrita que rompe os gêneros consagrados, reconhecidos e reconhecíveis. É uma escrita, em si, pois que não se limita ( nem pode ser limitada) a sinais, signos, desenhos, a relação imediata de significante e significado. O corpo, o suporte, o proibido, a adrenalina, a fuga, a busca, a construção do novo espaço para o piXo, tudo isso é parte indissociável da escrita. Escrita que instaura texto, construído e constituído pela sua diversidade, pluralidade, inconstância e persistência, pois a história é atravessada pela impressão de vozes e sujeitos nas paredes.

Trata-se de uma opção descolonial quando usam os espaços não autorizados, os menos apropriados, os mais condenáveis, os mais arriscados, proibidos. Ao contrário de legitimar-se, sobre um suporte de texto ideal, o piXo pode desejar várias coisas, mas não deseja ser aprazível. A primeira frase que ouvi de um dos sujeitos desta pesquisa, quando falei do meu desejo em trazer a discussão do piXo para a *academia*, foi que o piXo não queria ser legalizado, autorizado. Afinal, tornar-se autorizado, ser legitimado é assumir para si os discursos e vozes que outrora o oprimem, desconsideram, deslegitimam.

Nesta perspectiva a escrita da piXação seria indissociável de um propósito social, uma estratégia para alcançar um objeto de desejo: o reconhecimento dos seus pares e/ou um enfrentamento daqueles com quem o piXador não se identifica/não quer se identificar/não deseja ser identificado. Nesse sentido, a escrita da piXação é antes de tudo escolha por um sistema de sentidos e significações, um esquema de práticas que regulam e estruturam a vida de uma coletividade. É um ato de agencia, que envolve um conjunto de recursos

semióticos/multimodais que explodem as noções de mensagem escrita, decodificada, posta em um suporte, para ser lida/traduzida. É um ato de agência que se presentifica nos movimentos do corpo, roupas das piXadoras e piXadores, nas combinações de linguagem, na relevância do espaço físico – seja nos locais de encontro dos grupos que piXam, seja nos locais a serem piXados. (BLOCK, 2012, p. 47-59)



#### 4. Análise dos dados

bell hooks (2013), em seu texto “Ensinando a transgredir” faz uma abordagem profunda acerca da relação professoras/es e estudantes: contrariando a perspectiva de uma educação bancária, hooks aborda a urgência de se pensar estudantes em sua integralidade: corpo, história, saberes, seus modos de viver o/no mundo. Nesse sentido, não bastaria para uma educação enquanto produção de saber apenas as idéias do contexto universitário/escolar: seria necessária uma ligação entre os saberes trazidos pela escola/educação formal e os saberes apreendidos pelas práticas da vida. Nessa mesma perspectiva seguem as intenções desta pesquisa: não nos interessa apenas meu olhar, fundamentado no que li, estudei, apreendi nos meus dois anos de Mestrado, mas o diálogo entre o que eu trago – nesse caso não excluo também minha forma de viver o/no mundo - e o que trazem os participantes dessa pesquisa. Busquei nessa pesquisa a prática da liberdade, tomada como um lugar de construção coletiva. Só quando buscamos aliar nossas consciências e nossas práticas que tem sido possível manter a proposta de que esta dissertação aborde e transforme nosso “viver o mundo”. (p. 37).

hooks apresenta um contexto da educação formal, com ênfase na formação universitária, no qual encontramos estudantes temerosos com a aparência engessada do ensino, como se não houvesse espaço para interferências: o que ela traz como possibilidade de uma educação libertadora – e no caso dessa pesquisa entendo como possibilidade de uma pesquisa libertadora, reside na idéia da integração entre “a vontade de saber” e a “vontade de vir a ser”. Nesse sentido, busquei ao longo da escrita, dos encontros e conversas com os participantes dessa pesquisa, que esta fosse antes de tudo significativa para todas/os nós, ou, pelo menos proveitosa. Busquei desestabilizar nossos lugares de “pesquisadora” e “objetos de pesquisa”, para que nossos saberes e experiências se encontrassem, dialogassem e se transformassem em novos/outros saberes.

hooks também traz em seu texto, a partir de uma escrita de um de seus alunos, a importância de que, ao contrário de se por em evidência as diferenças entre o eu e o Outro – perspectiva sedutora durante a pesquisa, posto que, caso a escolhesse, não correria o risco de sair da zona de conforto de uma pesquisa “neutra” sobre sujeitos assujeitados, vazios de contexto – buscássemos nossas semelhanças, nos permitíssemos a empatia. (p. 33) Não sobre a questão racial, geográfica, econômica e acadêmica posta entre mim e os participantes da pesquisa como pontos inegavelmente distintos e muitas

das vezes conflitantes, mas sobre pontos que nos aproximassem, por exemplo, sermos universitárias/os, ou mesmo – senão principalmente - nossos interesses por práticas marginais de escrita, pelo rap, pela cultura urbana, pela negritude, pela busca por identidades/comportamentos contra-hegemônicos. A busca/desejo sobre esses temas sugere que, em algum aspecto, não nos encaixamos/não queremos nos encaixar numa norma que prevê sujeitos da branquidade (SCHUCMAN, 2012). Em algum momento, não cedemos às suas pressões, mas buscamos em nossas práticas discursivas mudanças sociais. Nesse caso, alguns pontos teóricos dessa pesquisa se destacam: a busca por mudanças sociais a partir da linguagem/discurso, proposto por Fairclough (2001); o discurso enquanto ação, como propõe Austin (1990); o discurso como local de disputa de Poder, como propõe Teun Van Dijk(2008), e a possibilidade dos grupos subalternizados irem rompendo barreiras sociais e culturais a partir das suas trampolinagens, como traz Certeau (1994) vão aos poucos nos mostrando o porquê teorias que excluem sujeito, contexto, história, corpo dos estudos da linguagem não comportam uma pesquisa como essa; no mesmo caminho, como os estudos da linguagem que tratam de uma perspectiva assujeitada do sujeito não comportam a perspectiva de sujeito/corpo/identidade / práticas discursivas presentes nessa pesquisa.

Seguindo a ideia de desestabilizar fronteiras entre mim e a/os demais participantes dessa pesquisa, fui modalizando minha fala de maneira que se configurasse um ambiente em que todas e todos nós nos sentíssemos à vontade para dizer de nossas relações com o piXo e suas implicações em nossas vidas. Isso porque falar de piXação em uma pós graduação também tem seus embates teóricos: afinal, para muitos não se trata de tema digno para pesquisa por se tratar “de mero vandalismo”. Busquei, portanto, romper com certas amarras acadêmicas, tanto na busca por uma interação mais à vontade, quanto na escolha dos espaços para nossos encontros, e mesmo na escolha ortográfica que fiz para redigir, por exemplo, piXação ( e não pichação, como nos propõe a escrita dicionarizada). Essas escolhas foram sendo tomadas ao longo de nossas conversas, ouvindo bastante e tentando trazer para o texto um pouco dessa desconstrução, rompimento, indisciplinaridade, acidez contundente nos discursos dos sujeitos que fizeram parte dessa pesquisa.

As rodas se fizeram um lugar de disputa e conflitos iminentes: nossas identidades foram obrigadas a todo tempo negociar, reinventar, subverter nossas relações impostamente assimétricas de poder: o fato de sermos levados a performatizar,

e (re)agir por meio da linguagem e de nossas práticas discursivas foram ao encontro do conceito de opção descolonial, de Mignolo (2008).

O processo de geração de dados foi feito, portanto, nessa chave de não só permitir, mas tentar provocar o maior número de interferências, buscar que cada sujeito de pesquisa a marcasse e ela deixasse de ser tanto minha pesquisa para assumir um processo colaborativo de (re)construção de saberes, posicionamentos, identidades.

O primeiro material gerado foram narrativas, como tentativa de evitar que eu traçasse o perfil identitário da/os participantes segundo meus critérios apenas. Nessas narrativas, pedi que cada sujeito se apresentasse; apresentasse seu lugar de fala, atribuindo para si categorias como faixa etária, gênero, perfil racial, perfil regional; escolhesse um nome pelo qual seria referido ao longo desta pesquisa e justificasse sua autonegação; e falasse um pouco do seu percurso, contato e relação com três temas: *piXo*, escrita e *academia*. Esses temas fizeram parte da pesquisa como um todo, mas nas narrativas foram usadas com intuito de fazê-los falar mais, e, quem sabe, ficar mais à vontade, menos apreensivos para falarem de si. Também pretendi, por meio da sugestão desses temas, que cada participante pudesse ter um espaço menos regulado para trazer para a pesquisa como/se cada um destes atravessava/atravessa suas vidas.

Com intuito de me colocar como mais uma das participantes a colaborar com a pesquisa, eu também fiz minha própria narrativa, tentando traçar em mim categorias de mesma ordem. Também aproveitei para falar um pouco da minha relação com os três temas, tentando pensar como esses temas me afetam enquanto sujeito social; e, são afetados pelo meu perfil social, cultural, racial.

#### 4.1 **É nós por nós.**

As narrativas nesta pesquisa foram pedidas com intuito de que cada participante tivesse espaço para falar de si, falar das identidades que desejam para si, como querem aparecer nesta pesquisa. Conversei com cada participante que gostaria que fizessem para mim uma pequena gravação e me enviassem via Whatsapp, por celular mesmo (arquivo m4A). O mais informal possível. Essa gravação foi feita por cada um/a, isoladamente sobre: a escolha do nome fictício com o qual seriam apresentada/os na pesquisa; o porquê dessa escolha; seu perfil identitário ( idade, raça, onde nasceram, o perfil sócio econômico de suas famílias); e como os temas *piXo*, escrita e Universidade interferiam em suas vidas. Dessa forma não foi meu olhar que os definiu identitária,

ideológica ou socialmente, em princípio, e foi a partir do que disseram de si que parto para a análise de seus perfis. Também parto de seus olhares sobre os temas pedidos para pensar em como eles interferem na prática do piXo. Mesmo que incitados a falar sobre eles nas rodas, sozinhos e à vontade, poderiam falar mais livremente, sem ter de se preocupar tanto com o que cada um ia dizer e monitorar seus dizeres. Um dos participantes inclusive, \*#, sequer tocou no assunto de sua relação com a Universidade.

Como foram gravadas isoladamente pelos próprios participantes, não pedi que \*# completasse o “roteiro” sugerido, mas tomei a ausência em seu discurso, como dado: ele se autodeclara branco; é paulista, heterossexual: este perfil identitário me permitiu entender seu “esquecimento” como indício de que seus conflitos com o espaço acadêmico não são tão conflitantes como o são com a/os outra/os participantes dessa pesquisa. Enquanto nas outras narrativas toda/os se referiram a Universidade como um espaço de conflito/ decepções/ possibilidades políticas/ unanimemente branco, a universidade para \*# talvez esteja no lugar do naturalizado, algo que dialoga com seu perfil identitário sem grandes conflitos.

Falar de escrita motivou nossos sujeitos de pesquisa a falarem de temas que a atravessam: linguagem, e, em alguns momentos, processos de letramentos. Como me apresentei como alguém formada em Letras, e apresentei esta pesquisa como vinculada ao Mestrado de Letras, há forte indício de que isso tenha interferido nas narrativas – ao menos no que diz respeito à categoria “escrita”

Vale dizer que as narrativas foram feitas por áudio, em arquivo m4a, isoladamente por cada um: logo, cada um teve tempo de pensar sobre os temas com calma. A escolha por gravar suas falas e não pedir depoimentos escritos se deu por duas razões principais: a primeira para que eles não se sentissem desestimulados, já que a escrita verbal costuma ser temida ou mal quista pelas pessoas. Em segundo lugar, falar exigiria deles menos atenção à busca de uma linguagem padrão, ou monitorada, de maneira que constituiriam um texto mais natural.

### **Narrativas:**

hooks (2013) fala de sua experiência da teoria enquanto lugar de cura:

quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e prática (...) A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora

e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim. (p. 86)

Foi e tem sido uma busca pela minha cura que a teoria tem sido utilizada nessa pesquisa: para que ela seja realmente elemento transformador do meu “vir a ser” acadêmico, humano, pesquisador. Caminho em busca de desestabilizar meu lugar pretensamente intocável de pesquisadora e me apresento, como a/os demais participantes dessa pesquisa a partir da minha própria narrativa.

Início justificando a escolha da nomeação deste subitem, *nóis por nóis*, parafraseando o rapper Emicida. O escolhi porque ele foi meu primeiro contato mais profundo com o mundo do RAP e com, de certa forma, uma linguagem escrita negrocentrada, combativa, perturbadora. Trata-se de um mundo diferente para mim, nascida e crescida numa família de perfil branco, classe média de uma mistura de duas famílias do Rio de Janeiro, que se mudaram para Brasília na década de 70. Meu contato com o universo da negritude passava sempre de forma sutil e perversa com o raso contato com minha avó paterna – única mulher compreendida negra entre muitos parentes das duas famílias, de mãe e de pai; e o racismo contra ela, por parte da minha família materna. Branca de olhos azuis, sempre fui valorizada pela maioria dos parentes, afinal meu fenótipo ressaltava as origens de meus “bisavós alemães”, por um lado, e bisavós tcheco/eslovenos por outro. Em meio a isso, minha avó paterna silenciava num misto de serenidade e força de uma mãe de sete filhos, esposa de um policial<sup>11</sup>. Dele, minha mãe diz ter ouvido que eu seria a única neta que daria certo: justo eu, a única neta indiscutivelmente branca, loira, dos olhos azuis, filha por sua vez de seu filho também branco, loiro, de olhos azuis.

Minha mãe separou-se do meu pai quando eu ainda tinha um ano. Desde então, perdi, até a adolescência, quando tive pernas, coragem e vontade para fazê-lo, o contato com minha avó, tias, tios, primas, primos, e meu pai. Segundo meus parentes de parte de mãe, eles eram sem ambição, não estudavam, não queriam vencer na vida. Como meu pai, eram em sua maioria pessoas envolvidas com artes plásticas, música, e de baixo poder aquisitivo. Já minha avó paterna, era vista pela minha família materna como negra demais, pobre demais, habitante de uma cidade bem pobre - Valparaíso

---

<sup>11</sup> Não tenho quase nenhuma lembrança do meu avô. Apenas uma permanece na memória, quando eu tinha por volta de quatro anos, e fui visitá-lo no hospital. Segundo o que me contaram, meu avô morreu na mesma época acometido de um câncer generalizado. Tudo o que sei dele são narrativas das duas famílias.

(GO). Como poderia, para uma criança, crescida na área nobre de Brasília, fazer bem conviver com uma família assim?

Desde a infância, porém, busquei fazer tudo o que pude para “não dar certo”, não sei em que medida de forma consciente. Aos cinco anos aprendia a tocar todas as músicas que meu pai tocava das suas bandas preferidas de rock. Nos víamos a cada período de férias escolares e era a oportunidade que eu tinha de ver todos os parentes. Quando adolescente, gastei ainda mais tempo para conviver com meu pai, (re)conhecendo cada tia, cada tio, primas/os, indo aos encontros de família, e principalmente ouvindo histórias de minha avó, buscando para mim o que ela era: uma serenidade perturbadora, uma mulher que, segundo ela mesma, só “baixa a cabeça para mostrar o chifre”.

Saí de casa cedo, interrompi os estudos, escolhi ser musicista autodidata, compositora e repudiei a escola o quanto pude. Fui mãe adolescente, e só quando me deparei com um problema de saúde de vida e morte do meu primeiro filho, que resolvi voltar aos estudos para “garantir a ele um bom futuro”.

Foi assim que terminei o Ensino Médio, fiz vestibular e passei, aos 21 anos na Universidade Federal de Minas Gerais. Lá fiz Letras, por um único motivo: sempre escrevi: canção, poesia, diário. No entanto, já na primeira aula introdutória ao curso, ouvi de um professor: “Se você escolheu Letras porque gosta de escrever, está no curso errado”. E nessa perspectiva fui seguindo minha vida acadêmica e minha relação com a Universidade: uma busca de apagamento de todas as minhas outras experiências com a linguagem. Parei de escrever qualquer coisa que não fossem os trabalhos da Universidade, passei a só ler textos técnicos e, claro, não deu certo. Abandonei o curso no quinto semestre com intenção de nunca mais voltar: mudei de cidade, fui morar “na roça” (num distrito de Ouro Preto) fundei uma trupe de teatro, um grupo de percussão e tantas bandas que perdi a conta, mas mais uma vez o convite de ter uma vida mais “regular” bateu na porta na minha segunda gravidez. Decidi então voltar para a Letras, mas dessa vez com a intenção direta de facilitar, com um diploma, os projetos de teatro e música que me acompanhavam. A escrita só não estava morta, para mim, nesse lugar da escrita para canção: no mais, só ficou a escrita técnica.

Com o passar do curso, e dos anos, fui me identificando mais e mais com a prática docente, e, mais que isso: como que ela me permitia contato com a comunidade, com suas práticas sociais, culturais e identitárias e como que ela permitia que eu conseguisse conciliar a minha vida acadêmica à artística.

Minha relação com o piXo foi sempre de curiosidade: o que são, para que, por quem cada piXo aparece? No entanto, nunca piXei realmente, ou busquei para mim essa identidade de “piXadora”, então trata-se de um universo para mim só tateável pela experiência do Outro. Por isso, meu lugar de fala afeta diretamente a/os outra/os participantes desta pesquisa, posto que sou uma corporeidade, uma história de vida, um sujeito em muitos aspectos diferente da corporeidade e história dela/es. Por outro lado, como ela/es, em outra medida, por outras motivações, outras perspectivas, busquei caminhos contra-hegemônicos para (re)construir minhas narrativas e processos de vida e relação de mim com o mundo que me/nos cerca. Seus perfis identitários também me afetam enquanto sujeito sociohistoricamente localizado. É, portanto, por suas narrativas que dou início a análise dos dados gerados.

### **Narrativa de Afeni**

**Eu tenho vinte e um anos, me considero negra, né (pausa curta) e (pausa curta) eu sou de BH... nasci e me criei lá (pausa curta) em BH, Zona Leste (pausa longa) é... bairro Santa Efigênia, bairro mais ... é ... menos nobre né?, a parte menos nobre do bairro ... bom**

Falar desses três temas, né... escrita, Universidade e Pixo...tentando mesclar tudo é bem complicado, mas eu perpasso por esses três ... essas três partes, né”... já tive experiência nas três... bom... **A escrita... pra mim... é um meio de... realmente de se comunicar, passar o que você tem e eu acredito que a... que a escrita tem algumas ... assim como a educação (pausa curta) ela tem pelo menos um ... um... um...tripé, né” ... que é a escrita formal, a não formal e a ... e a escrita ... informal...**

bom. (pausa curta) falando em (pausa curta) falar de piXação eu acho que **a piXação ela se encontra nessa (pausa curta) nessa escrita informal... né” Nem a não formal... ela é a informal mesmo... é ... e não no sentido de desqualificar ela, né... pelo contrário... mas eu acho que ela se enquadra nesse perfil sim...**

**e aí a idéia realmente que eu penso da piXação enquanto escrita, enquanto meio de... de se comunicar é ... é isso aí... se comunicar... passar informação... gritar... buscar... aí isso já é minha opinião, né... buscar uma liberdade ... um ... subversiva... essa liberdade ela é subversiva... mas é... é uma forma de se libertar ... do convencional... enfim ... é... é a... a idéia de correr risco... né” de adrenalina... você tá indo contra a uma coisa que tá estabelecida que não pode... que é**

agressiva... e a Universidade nisso tudo” bom e eu tô na Universidade... eu tô no meu sexto período... e... piXação e a Universidade... se não for uma... se não for uma piXação que a gente... que eu... pelo menos né” costume falar que a piXação militante que tem tem as palavras de ordem e tudo ... ela não é bem vinda... ou ela é pouco aceita

Se for numa Universidade como a Universidade de Ouro Preto ela não é aceita de forma alguma né” Pe pela grande maioria das pessoas que estão compondo a Universidade... isso não pensando né” No na Universidade enquanto extensão que vai pra comunidade.. que aí se fosse assim eu acho que ela seria mais aceita mas enquanto docentes discentes técnicos né” ... a parte... a parte administrativa os funcionários no geral que trabalham na Universidade ela é pouco aceita... mal vista... né... no seu geral ... melhor... a a aqui na Ufop e em outras Universidades que elas são mais... progressistas´ eu acho que é bem visto... mas essa... essa piXação que ela tá vinculada à palavras de ordens e algum ma manifestação... ou alguma ... ou algum questionamento mais direto...do... é ... dede alguma de algum fator social ... é Ô, Carol, não sei se eu falei tudo não, assim, se cê quiser explorar mais alguma coisa que eu falei que cê acreditar que eu posso contribuir com mais alguma coisa, me fala, mas eu acho que é isso.

---

### Narrativa de Aristizabal

Então... meu nome é Aristizabal... meu gênero é homem, né” Homem, hétero... raça, preto...

Eu sou de São Paulo... é... capital, é... Zona Oeste, Perus... é... chicote estrala, como Mano Brown já disse... eu não me considero pixador e tal igual muita gente é piXador assim de subir em prédio e tal... metê o foda-se mesmo na parede... tipo... nos lugares que tão... com espaço par marcar e... é uma coisa... é... de emoção mesmo, assim, adrenalina, né” tá em vários lugares a escrita ... eu acho que a escrita tá no nosso corpo, a escrita tá no... quando a gente tá tocando alguma coisa, percussão, dança é escrita pra mim... é... o piXo é uma escrita também... tem informações, né” nas paredes assim, o... o piXo é uma escrita, né” Sei lá, é uma viagem assim... o piXo é uma escrita... a dança é uma escrita... e... a minha relação com a Universidade... é... eu entrei na Universidade em 2008, né” Então eu tô há um tempasso já dentro da Universidade, só que antes foi em São Paulo, e depois eu transferi pra Ouro Preto né”



Quando eu estudava em São Paulo eu já via **muita diferença entre... a minha realidade e a realidade das pessoas que estudavam comigo**, na mesma turma, assim, **a maioria das pessoas eram brancas**, é... imagino que de regiões assim de São Paulo que tem... **galera que tem uma grana... é...** e a a a as coisas que é... que as pessoas falavam lá e tal com partidos e tal as pessoas diziam dentro da Universidade questão de revolução essas coisas que as pessoas falavam lá com partidos e tal **era uma parada que eu via dis...bem distante** assim ... eu não acreditava em nenhum deles em nenhuma coisa que eles falavam e eu **fazia meu corre na minha quebrada** assim já de transformação memo né” do lugar e da minha própria pessoa também né” Que eu acho que **o lance é de dentro pra fora memo... enfim... de transformação... de buscar uma humanização né”** Porque a parada tá toda doente... o caos tá aí... então a gente tenta equilibrar a parada e estar... acho que **estar dentro da Universidade sendo da quebrada é uma afronta, né... assim de certa forma... ao sistema assim e tal... e aí tem a questão da piXação tá dentro disso também... não abandonar o piXo...** apesar de ter diminuído bastante... é... eu continuo fazendo e... **eu sou um corpo estranho nesse espaço né” mas é um espaço importante pra mim porque o lugar que eu to assim é tipo como se tivesse a quebrada aqui dentro desse lugar...** eu percebo assim, dessa forma.

---

### Narrativa de Jorel

Bom... eu tenho **quase 25 anos... meu gênero é homem-hétero... até então... sou do interior de SP... e meu perfil racial é um conflito bem pós moderno porque eu não consigo me enquadrar... acho que pardo é onde me encaixo no momento...**

então... acho que minha opinião pode ter mudado um pouco depois do tempo que a gente fez as entrevistas e tal... e eu tive uma discussão doida com meu pai... mas... é... primeiro, por que Jorel... nada muito especial... é porque é um desenho que eu gosto... daí pensei ah... Jorel... e... vamo lá... primeiro um dos pontos que eu discuti com meu pai foi a definição de piXação né” e foi doido essa discussão porque meu pai é formado em direito... e pra ele... **piXação é aquilo que transgride a lei... então se você aceitou... se você pediu autorização para piXar aquele muro... deixa de ser piXação... se você como dono daquele muro... depois de piXado... aceitou aquilo... também deixa de ser piXação** entendeu” mas eu não sei... **eu fiquei meio um pouco sem reação por causa dessa definição dele e que eu boto fé... sabe” ... a piXação é**

contra a lei e tal... mas uma coisa que eu deixei bem claro com ele é que o **piXador não tá nem aí... ele não quer que seja uma coisa legal.... aí que tá o lance... o que eu não me enquadro, eu não me considero piXador nem nada, né”** porque eu sempre tenho aquele medo sabe” é um negócio constante e bom... quando eu vim pra Universidade eu achei que eu fosse encontrar... sei lá, eu sou do interior de São Paulo, então a gente tem, lá tem aquela visão de... nossa... Universidade, é **o centro da inteligência, tem pessoas incríveis, de mente aberta, então eu imaginei que fosse encontrar muita arte sabe”** e eu enquadro, eu considero a **piXação arte... e eu achei que fosse encontrar piXação... achei que fosse encontrar grafite mas não encontrei nada disso... mas eu acho que é muito por causa da cidade... toda a questão de patrimônio histórico que ela carrega... e outro ponto que me faz pensar... em tipo porque essa coisa do patrimônio histórico me pesa um pouco sabe”** principalmente porque legalmente... se pegar... nu... dá trabalho... e a questão da escrita também cai nisso da Universidade porque a **piXação é uma linguagem e ela desde uma tag até frases, ela fala o que a cidade não quer ouvir né mano”** que tem gente ali que tá à margem seja margem em vários fatores... então esses três pontos eles se comunicam com certeza porque é doido você estar na Universidade querendo ou não existe uma marginalidade na Universidade e alguns universitários né” acham no piXo essa forma de linguagem de expressão... é doido porque tipo... ou você tinha muita vontade de fazer isso antes da faculdade e aqui cê achou que ia rolar ou antes de vir pra faculdade cê já tava no corre né mano” isso que é doido... bom acho que ficou aí os três pontos né” ficou de boa”

---

### Narrativa de Nikita

Enfim, meu nome é Nikita... eu tenho **22 anos...** Belo Horizonte... **Zona Leste... num bairro de periferia... é... que hoje na verdade é um bairro mais tranquilo até e tal... cresci na favela mas hoje em dia sou classe média assim temos uma condição melhor na família... 22 anos... Nikita... Zona Leste... Belo Horizonte... sou preto, sou preto, né” Sou homem, hétero, né” É... (voz do Aristizabal incompreensível)... Exato, mas não sou heteronormativo... cheu vê... minha relação com o piXo é de chegar e demonstrar mesmo o que eu... meu nome, colocar meu nome pras pessoas ver**

memo entendeu” nos lugar que eu acho que eu **tenho direito de fazer** porque **tô afim e tal...** colocar memo pras pessoa ver tem muito a ver com meu ego... a coisa de arte que eu sempre tive comigo e a questão do terrorismo memo **terrorismo poético** pá sendo contra tudo e todos memo e quando o que eu achar que é certo virar certo na cabeça dos outro eu começo a achar que é errado... aí também é isso.... discordo também dos meus amigo... enfim... é só memo o bagulho de ir subvertendo as coisa... só **escrever mano... na parede e comunicar com os meus ... minha relação com a escrita é a mesma relação né**” assim... **eu sou músico... eu escrevo né**” **rap eu escrevo inclusive na intenção sempre de... é... ploriferar o caos** pelo mundo né” equanto mais funciona mais feliz eu fico...enfim... minha relação com a escrita é... é essa mesma de **causar pra mim e pros outros... de me conhecer melhor** e... talvez dar caminho pros outros se conhecerem melhor também, enfim... apesar de eu não gostar muito de escrever com a mão assim... **gosto de piXar mas escrever com a mão não gosto gosto de digitar mesmo é mais fácil ... e... minha relação com a Universidade é nenhuma.**

---

#### Narrativa de \*#

Bom... Primeiro, **meu nome de piXador é \*#...** eu acho que o **piXo ele é uma expressão...** pode ser uma denúncia... acho que ele é uma denúncia porque é político... é político porque ele é importante... a gente acha o piXo bastante importante pra **sociedade atual... urbana... porque a gente tem pouco diálogo... então o piXo vem como alternativa de linguagem... de diálogo... pra gente poder conversar... dialogar...** então mesmo que inconsciente ele já leva tudo isso... além de que o piXo **leva a linguagem pra outro patamar... as próprias letras, ele transforma, transgride** os símbolos o que já tá imposto pra gente... o que é uma letra A” o piXo muda a letra A e faz o seu bel prazer e isso é muito interessante... **é a liberdade da arte...** o piXo acaba parecendo ... **se você for ver alguns desses que a gente vê nas paredes cheias de piXo... cê pode até comparar com aquela arte egípcia... aquele bagulho antigo...** o que seria aquele monte de símbolo... um do lado do o outro... fazendo ali um... escrevendo uma história e tal... então é isso... eu acho que **o piXo é muito importante pra sociedade... é muito importante pra mim... enquanto arte como forma de expressão... como arte eu prefiro uma cidade piXada** que uma cidade vazia com os **muros lisos altos brancos cinza** acho que o piXo é uma **arte bem**

**livre que veio pra salvar... fora que por exemplo... a democratização da língua... do meio de comunicação... aí depois a gente vai ter a arte de rua... a partir da piXação... do grafite... vários cara vão nascer daí enquanto artistas... Vários caras nem sabem que tão fazendo arte, mas tão fazendo arte... porque o cara simplesmente quer se expressar... porque a sociedade não dá vazão... a gente ta todo reprimido... a gente tem que arrumar um emprego na linha de produção... trabalhar num comercio... num negócio... e às vezes o cara vai se desestressar na parede... ele nem sabe muito bem que o negócio tem tanto poder... mas ele faz o bagulho porque ele precisa daquilo ali pra gastar energia... e é isso.**

### **Análise das Narrativas:**

A primeira narrativa que apresentei foi da única mulher do grupo de participantes desta pesquisa.

Afeni faz questão de se entender mulher negra, jovem, sem “alto poder aquisitivo”. Requer, dessa forma, para si duas identidades que se contrapõem de certa forma aos critérios hegemônicos (negra e pobre). Fabrica, nesse sentido, *um ato* linguístico (SILVA, 2002) que vai situar seu lugar de fala, seus contextos sociais e culturais. Seu ato, por sua vez, acentua uma tensão que percorreu toda a pesquisa: o conflito entre as representações sociais que a mim e a ela se apresentavam: dois sujeitos femininos cuja corporeidade recebe tratamentos distintos – idades, raça, origem diversas. Esses espaços de tensão e conflito foram acentuados pela nossa condição acadêmica (em que eu assumia o lugar de fala de mestranda, pesquisadora, enquanto ela assumia o lugar de fala de sujeito de pesquisa, graduanda). O risco para nós de um discurso hierarquizado sempre assombrou nossas conversas pela própria condição da relação pesquisador/pesquisado e a branquidade se manteve como um fantasma: um convite permanente de que eu me colocasse na posição do “lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo: uma posição de poder não-nomeada vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro” aquilo que não me pertence, com o que não me identifico, como nos apontou Fankenburg (2004). Nesse sentido, a cada conversa, meu desejo de desconstruir essa parede que se construía entre mim e ela, com a chancela da pesquisa acadêmica, talvez tenha sido o maior desafio.

Afeni, em sua narrativa assume para si o gênero feminino e ser mulher é numericamente um corpo menos expressivo no que podemos entender como representação de um “corpo que piXa”. Nesse sentido, Afeni não deixa de estar sujeita a práticas sexistas presentes em suas interações cotidianas, nem mesmo nas interações no contexto de piXação. Este fato foi perceptível em alguns momentos de nossas conversas, por exemplo, quando ela se referiu ao fato de ter sido constrangida ao ir piXar de saia. Se por um lado, a ela foi apresentado o argumento de que isso atrapalharia sua movimentação, Afeni percebeu nessa prática um cerceamento de certas corporeidades em detrimento de outras: neste caso específico, a corporeidade negada foi a de um corpo de saia, um corpo de representação feminina. Estar sujeita a práticas sexistas de certa forma poderia servir de um elemento que nos aproximasse, ao menos em alguns contextos. A linguagem nesse sentido vacila (SILVA, 2002): ser mulher ganha dimensões e significações variadas ao longo dos nossos discursos, das nossas conversas. Nossa identidade de ser mulher abrange contextos muito distintos: é bem diferente ser uma mulher branca do ser uma mulher negra. As reivindicações e enfrentamentos são bem distintos. No entanto, em alguns momentos, foi justo o fato de ambas sermos mulheres que facilitou certa empatia. Era nesses breves momentos que tínhamos algo a partilhar em comum: ainda que o sexismo atinja identidades femininas diferentes de maneiras diferentes, algumas situações podíamos compreender como presentes em nossas vidas – o perfil sexista da Universidade em que ambas estudamos, por exemplo.

Sobre a relação racial, porém, ambas estávamos sujeitas aos danos psicológicos os quais, segundo Fanon (2008), tanto brancos quanto negros sofrem: enquanto a população negra é feita crer na inevitabilidade de sua posição social subalterna, a população branca também é feita crer na inevitabilidade de sua posição social privilegiada. No caso dessa pesquisa, eu estava em uma posição privilegiada, então de certa forma a pesquisa em si instaurou esta hierarquia entre mim, Afeni e, claro, os sujeitos de pesquisa.

Ao se referir a sua concepção de linguagem e, mesmo, de sua prática de escrita, ela recaí em concepções pouco ousadas. Enquanto a linguagem para ela corresponde à ideia de espelho do pensamento ou ferramenta de comunicação, a escrita também é apresentada engessada a um tripé: formal, não formal e informal. É interessante observar também que à ideia de escrita, Afeni relaciona diretamente à educação, tentando inclusive atribuir a ela também uma estrutura de tripé.

A escrita, a linguagem, nenhum desses conceitos são assumidos em sua perspectiva transformadora (FAIRCLOUGH, 2001), muito menos em sua perspectiva de ação (AUSTIN, 1996). Além disso, considerar a existência de uma escrita formal X uma escrita informal também apresenta uma cisão entre tipos de escrita, e essas escritas são postas em posições hierárquicas. Em nenhum momento da fala de Afeni a piXação surge como letramento – considerando-a aqui como uso social da linguagem (STREET, 2014): de alguma forma ela tenta inserir a escrita do piXo como um gênero textual.

Durante sua fala, a associação do piXo ao que seria entendido como escrita informal, é inevitável, mas Afeni busca romper com uma hierarquização entre os tipos de escrita que sugere: ao falar de piXo e da escrita do piXo, ela oscila entre esses dois discursos: um que delimita piXo na informalidade, e outro que o positiva enquanto rompimento às concepções hegemônicas de linguagem e escrita. Ao mesmo tempo que ela não é capaz de dissociar piXo de concepções mais conservadoras, é claro para ela que o piXo busca romper com elas, ou pelo menos que essas concepções não são suficientes para entendê-lo. Nesse sentido, a escrita do piXo surge na fala de Afeni como subversiva, como busca de “ se libertar do convencional”: escrever fora de uma linguagem essencialmente comunicativa, ou mesmo, utilizar a escrita rompendo com uma concepção de escrita normatizada e normativa é, por si, um ato de subversão, liberdade. É correr risco. É ir de encontro a uma “coisa que está estabelecida “.

Afeni deixa claro que este enfrentamento ao pré-estabelecido é agressivo, é grito. Essa “coisa estabelecida” aponta para várias questões: o ensino formal, as estratégias de letramento, a idéia da existência de um letramento apenas. Esse discurso nega o piXo enquanto uso social da linguagem, isto é, pertencente a um grupo social que se expressa a partir do seu desejo de inter-agir com o outro. Assumir o piXo num lugar do desprestígio pode, de certa forma, entendê-lo como uma expressão não transformadora, mas fadada ao silenciamento, apagamento, violência e opressão.

Apesar de entender-se de acordo com uma corporeidade feminina, Afeni não se identifica em sua narrativa como um corpo que piXa. Ao falar da Universidade, porém, Afeni entende-se como parte da Universidade, e, de certa forma, critica a forma com que a Universidade lida com o piXo, autorizando uns em detrimento de outros. Segundo ela, o piXo aceito na Universidade ( quando o é) é o inteligível, de palavras de ordem aceitáveis ou presumíveis, que cabem na representação de universitários: de esquerda ou de direita, para o senso comum pensadores, críticos, rebeldes em potencial... Afeni percebe que ao piXo é sempre imposto um limite: de local, conteúdo

(onde, o quê) e de quem pode piXar. A depender, segundo Afeni, a piXação sequer é aceita, como é o caso da Universidade onde ela estuda. E isso, segundo ela, se deve ao perfil identitário daqueles que fazem parte da realidade acadêmica da UFOP e também ao desencontro sinalizado por Afeni entre estudantes universitários e a comunidade local, quando ela sugere que a não aceitação do piXo na Universidade se deve ao distanciamento da comunidade universitária com a comunidade local.

De certa forma, Afeni dá a entender que não só o piXo, enquanto escrita/prática contrahegemônica, mas a comunidade externa à Universidade não são bem vistas, ou bem recebidas. Nesse sentido, Afeni percebe a Universidade como o local da norma, local de opressão e distanciamento da comunidade. Essa perspectiva é bem próxima da abordagem de Pinto (2002), quando essa faz uma crítica severa à neutralidade da *academia*: ao contrário de atender à comunidade, produzir conhecimento para transformação social, muitas vezes ela se põe como local do poder, da cultura única, da história única, produzido saber para si mesma; gerando benefícios para si mesma, em seu narcisismo permanente.

Segundo Afeni, essa opressão extrema ao piXo não é geral em todas as Universidades. Segundo ela, o piXo pode ser bem aceito se ele for referente à manifestações claramente políticas/ideológicas, isto é, o piXo só será aceito nestes espaços quando seus temas, sua linguagem de certa forma dialogarem com o que condiz ao que ela entende por Universidade.

A segunda narrativa a ser apresentada, seguindo a ordem alfabética é a de Aristizabal.

Ao se autodefinir, Aristizabal dá preferência ao termo 'preto', indicando seu empoderamento racial. O mesmo empoderamento pode ser percebido em relação à sua origem. Aristizabal não é de qualquer lugar: é da capital, é Zona Oeste e é de “onde o chicote estrala”. Em sua fala, Aristizabal não só se refere claramente ser de uma área marginalizada, como faz referência à expressão usada pelo rapper Mano Brown. Este Rapper é integrante do Racionais Mc's e denuncia a violência a que está exposta a população negra de baixa renda, bem como o contexto racista das relações raciais, e não é, no contexto dessa pesquisa, definitivamente uma referência que surge casualmente. Ela situa o lugar de fala de Aristizabal: um homem negro, jovem, “Minha idade é 27 anos” e de periferia. Isso o situa estatisticamente numa situação de vulnerabilidade

posto que homens negros e jovens são compulsoriamente assassinados em nosso país. (WAISELFISZ, 2015)

Sobre sua relação com o piXo, ele não assume seguramente a identidade de ser piXador: para ele, ser piXador está para além da sua prática – pois que ser piXador está permanentemente ligado, como toda identidade, a noções de território, gênero, raça, classe; e seu imaginário sobre ser piXador faz referência à prática presente em São Paulo: piXos em prédios, contexto arquitetônico bem distinto de uma cidade de interior, com muitas casas e prédios pequeninos, como Mariana.

Depois de se distinguir-se dos piXadores, descreve sua piXação como “metê o foda-se”, como lugar de “emoção e adrenalina”. Apesar de não negar o caráter emocional, do impulso de piXar, o “foda-se” é aplicado em seu discurso como ação. E a ação recai sobre alguém, ou alguma coisa, a qual, ao longo de sua narrativa assume alguns contornos: a questão do território, da identidade, dos discursos silenciados/oprimidos. Nessa perspectiva, Aristizabal entende o piXo enquanto escrita que ocupa espaços, territorializa, marca. Desaliena, portanto, a idéia de piXo enquanto apenas a busca pela emoção, pela adrenalina, pelo flerte com o proibido, entendendo-o como uma tentativa de rompimento de regras institucionalizadas. Essas regras apontam para uma negação ou enfrentamento aos usos sociais autorizados da(s) linguagem(s).

Ao se referir à escrita, de forma mais pontual, como sugeri no roteiro para as narrativas, sua visão parece mais aberta que a de Afeni: ele não considera a escrita como mero sistema de códigos, registros escritos, mas percebe em outras práticas culturais a presença de escritas: a escrita do corpo, por exemplo. Aristizabal, por um lado, em sua fala, não consegue disvincular a ideia de linguagem/escrita = transmitir informação: mas também não perde de vista o entendimento de piXo como escrita, na mesma perspectiva que pensa a dança, o corpo e outras linguagens como escrita. Aristizabal, neste momento, portanto, rompe com a concepção normativa e hegemônica do conceito de escrita.

Por fim, em sua narrativa, como pedi, Aristizabal fala um pouco sobre sua relação com a Universidade, e sua trajetória acadêmica, iniciada em São Paulo.

Quando começa porém a falar da sua vivência no ambiente acadêmico em São Paulo, Aristizabal afirma perceber um distanciamento entre ele e as outras pessoas do ambiente acadêmico. Esse distanciamento é marcado claramente em seu discurso por questões de raça e classe. Em sua fala, Aristizabal percebe-se diferente, não se entendendo parte do discurso ideológico preponderante. Discredibiliza o discurso do branco, associando-o



como discurso de quem tem “grana”, que defendem discursos distantes da realidade da “quebrada”. Neste momento é plenamente possível entender que Aristizabal percebe na Universidade a presença da branquidade, e percebe também que esta opera para além de questões unicamente raciais. Isso pode ser visto quando ele se refere ao “discurso do branco”, mas a outras noções como “quem tem grana”, ou mesmo quem não faz parte do território da “quebrada”.

Aristizabal, no entanto, não parece ter uma visão fatídica do lugar da Universidade: ele entende que a transformação da “quebrada” não virá da “galera (branca) que tem uma grana”, mas de sua entrada na Universidade, sua interferência, sua interrelação com o espaço acadêmico para que possa dar retorno à sua comunidade. Nesse sentido, ao invés de aceitar passivamente ser cooptado, branquear-se, ele busca manter em seu discurso vivo seu pertencimento racial e territorial, bem como apresenta a preocupação de levar para sua comunidade caminhos de transformação social, de melhora para seus pares.

A perspectiva de sociedade defendida por Aristizabal é de uma sociedade doente, em desequilíbrio, bem como entende que há certa conveniência para a “gente rica” da Universidade mantê-la assim, desigual. Essa compreensão está presente, por exemplo, nos apontamentos de Pinto (2002), e sua observação da Universidade como espaço de disputa de poder. A Universidade aparece na voz de Aristizabal como reduto da Branquidade, local de manutenção da perpetuidade de uma elite “intelectual”: seja com a tentativa permanente de cooptar, excluir, silenciar outras culturas, outros saberes, outras intelectualidades fora da “norma”, da Colonialidade (MIGNOLO, 2008), quanto excluir, oprimir ou silenciar aqueles que apresentam traços e narrativas contra-hegemônicas. Isso pode ser percebido quando Aristizabal entende que alguém com seu perfil racial, social, geográfico, econômico não só é uma afronta, como é uma forma de desestabilizar o sistema que o oprime. Estar dentro da Universidade é o caminho encontrado por ele e por muitas e muitos estudantes, negras e negros que a percebem como um lugar opressor que deve ser transformado para se tornar realmente ferramenta de transformação social das desigualdades.

A terceira narrativa que apresento é a de Nikita. Em sua fala, Nikita também apresenta-se como homem, jovem, de origem pobre, o que reflete que ele requer para si essa identidade. Isso o situa no mesmo perfil de vulnerabilidade social que Aristizabal.

Nikita refere-se a seu gênero, sua orientação sexual e apresenta-se não heteronormativo. Esse termo me chamou a atenção, pois demonstrou certa necessidade em situar-se contra o perfil hegemônico da heteronormatividade. Foi o único a fazer um apontamento neste sentido. Sobre sua relação com o piXo, a narrativa é atravessada pelo desejo e da inter-ação (KOCH, 2004) : desejo de se expressar, de se expor, de se impor, e de agir sobre o outro:”arte”; “pras pessoas ver”; “terrorismo contra tudo e todos”; “ir subvertendo as coisa”. Sua fala portanto ressalta o caráter performativo da linguagem. A noção de identidade também é reiterada no conceito de “ego”, utilizado por Nikita.

Em sua narrativa, o piXo não quer ser encaixado, cooptado, autorizado, pois seu papel é subverter, deslocar o “tido como certo”, manter-se na contranarrativa, uma prática descolonial (MIGNOLO, 2008). O piXo tem um caráter de permitir a inter-ação (KOCH, 2004) entre os sujeitos, mas também é ação, ao “ploriferar o caos”.

Instaura-se na narrativa de Nikita uma associação entre piXo/escrita e de certa forma, uma escrita poética para gerar o caos, a desordem: este piXo/escrita vem como “se comunicar com os meus” e essa “comunicação” se revela como mobilização, permite a relação entre Nikita e seus pares, e sua própria (re)construção identitária. Por meio do piXo é constituída essa inter-ação (KOCH, 2004) entre seus pares, mas esta é feita como um meio de transformação social (FAIRCLOUGH, 2001), para que todas e todos (o próprio Nikita) se (trans)formem, se constituam, se (re)conheçam identitariamente. A menção ao caos e a desordem se antepõe a uma idéia de sociedade racional, organizada, asséptica. Esses conceitos são base discursiva para uma série de segregações culturais, artísticas ideológicas impostas pela cultura hegemônica à toda bagagem social, cultural, linguística, ideológica, histórica de outras culturas. Nesse sentido, a defesa do caos e da desordem pode ser entendida como um rompimento com as narrativas e discursos institucionalizados, ou mesmo com a prática descolonial (MIGNOLO, 2008). Nessa narrativa, portanto, fica claro o desejo de rompimento com o padrão, a norma, bem como o desejo de buscar pra si outras formas de ser/viver/pensar no mundo.

Nikita também ressalta não gostar de escrever à mão e entende o piXo e a escrita digital mais fáceis, afirmando de certa forma sua relação com a escrita padrão, escolar, não lhe apraz. Mais uma vez, os processos de letramento institucionalizados são criticados, como foi possível perceber na fala de Afeni. O reconhecimento de um tipo de

letramento institucionalizado gera um processo de rejeição e a busca por novas práticas de letramento, como, nessa perspectiva, pode ser entendido o piXo.

No final da narrativa, Nikita nega qualquer relação com a Universidade. Partindo de um estudante universitário, essa frase sugere que mesmo na Universidade, este é um ambiente com o qual Nikita está em conflito, pois que é um lugar da branquidade, que silencia sua existência: negro, origem humilde.

A narrativa que se segue agora é a de Jorel.

Jorel inicia sua fala se apresentando como um sujeito em trânsito. Não assume pra si uma identidade branca nem negra. Está, como ele mesmo diz, em conflito. É jovem, mas aparenta ter noção de que, como pardo, não está na mesma condição de vulnerabilidade que Aristizabal e Nikita.

A narrativa de Jorel conta um pouco dos efeitos que esta pesquisa gerou em nossas reflexões ( digo a todas e todos nós que participamos das rodas, conversamos, compartilhamos nossas idéias ao longo da pesquisa), como as mudanças no que pensamos e refletimos sobre nós e nossa relação com o tema, mas também no trato do tema com nossas outras redes de interação. O empoderamento desse sujeito de pesquisa especificamente me surpreendeu. Ainda que ele não se entenda piXador, sua narrativa aponta para caminhos de sua reflexão mais profunda sobre o tema. Da mesma forma, o que ele aponta como elementos que o impedem de se entender piXador são conflitos comuns aos que se auto nomeiam piXadores, como o medo de ser pego, por exemplo. Ainda assim, essa dificuldade em se autonegar/entender-se como piXador não o impediu de se colocar diante do tema. Segundo o relato que Jorel traz da conversa que teve com seu pai, um homem de classe baixa, formado em direito – elementos que aparecerão nas rodas de conversa - o Pixo é o “contra a lei”. Mas os stencils praticados por Jorel também não tem a autorização sugerida como divisor de águas por seu pai. Neste caso então, porque seus stencils não são piXações? Ele está “aí” ao fazer seus stencils pela cidade? Ele se importa? O que será que impede Jorel de se apropriar de um discurso do piXador? E a resposta sugerida é, por um lado o medo, pois entender-se piXador, apropriar-se do discurso é assumir certas implicações, tais como ser marginalizado, criminalizado, punido. Por outro lado, requerer para si uma identidade negra/pobre a qual a cidade não confere existência, ser aquilo “o que a cidade não quer

ouvir” é de certa forma abdicar de um privilégio social/racial ao qual talvez Jorel não esteja disposto a abrir mão.

A leitura que Jorel faz sobre a Universidade também é um ponto importante em sua narrativa, pois aborda a projeção que se faz do que é uma Universidade. Em momento nenhum na projeção que Jorel fez, a Universidade seria mantenedora de uma elite intelectual excludente, mas um lugar de contestação. Ao (con)viver com a Universidade, Jorel passa a percebê-la como lugar que propaga a norma, e não a contesta, pois como sugere o segundo ponto que destaco, Jorel afirma que há excluídos e que esses excluídos vem dizer o que a cidade não quer ouvir: discursos socialmente desautorizados, que , ao contrário do que imaginava Jorel, não possuem chancela da Universidade para contestar a realidade social a qual ela está inserida. A Universidade nessa pequena fala de Jorel é mantenedora e não promotora de mudanças sociais – o que aproxima sua narrativa à de Afeni.

Outro ponto que aparece na narrativa de Jorel é a imposição do discurso patrimonial: não (se) reconhecer na arquitetura local, que narra a nossa (meta)narrativa histórica, não valorizá-la (bem como não dar valor aos discursos nela imbricados) é crime. Impor em suas paredes discursos que a contestem indubitavelmente é um crime o qual isentar-se da punição “dá trabalho”. Essa leitura é importante, pois é possível verificar ferramentas de controle social a quem não assume certas identidades, o enfrentamento da branquidade, bem como as práticas descoloniais não necessariamente estão apresentadas como crime, mas tendem a ser criminalizadas, suprimidas, violentadas.

A relação entre escrita/Universidade/linguagem também atravessa a narrativa de Jorel, bem como os conflitos entre o uso da linguagem, quando esta serve para “falar o que não se quer ouvir”. O que Jorel trata do que “não se quer ouvir” é a voz da margem, e faz referência direta ao corpo estudantil que piXa por, segundo ele, encontrarem no piXo uma forma de dar luz a sua voz. A Universidade nesta passagem aparece como elemento que põe/mantém à margem certos sujeitos sociais, que, ao longo da pesquisa, foram correspondendo a um tipo social: negro/pobre. Também sugere que a Universidade por vezes pode ser entendida como elemento de transformação social, quando por exemplo, se nutre a esperança de que é possível ter voz na Universidade (vontade de fazer isso – o piXo, a arte, a expressão – na Universidade e a idéia de que nesse espaço isso “ia rolar”). No entanto, ao longo da fala de Jorel, percebe-se que isso não ocorre: o trânsito entre a linguagem de fora e a linguagem de dentro, autorizada e

permitida na *academia* são díspares, e a segunda sempre exerce papel opressor da primeira.

Por fim, seguimos com a narrativa do nosso único participante declaradamente branco. \*#, em sua narrativa apresenta-se como branco, hétero, jovem, mas de família não abastada, o que o distancia de um perfil socialmente normativo.

Sua narrativa apresenta uma compreensão de que o piXo é uma alternativa à linguagem (entendo aqui como a linguagem em seu conceito hegemônico: espelho do pensamento ou essencialmente comunicativa.), mas atribui essa transgressão à linguagem ao caráter eminentemente artístico das piXações. Em momento nenhum, porém, essa arte vem como alienada ou alijada de um papel político, de diálogo com o mundo que cerca o indivíduo que piXa, e a expressão de suas narrativas.

Segundo \*#, escreve-se uma história, a partir do piXo. Uma outra história, uma que escapa a meta-narrativa institucional (RAJAGOPALAN, 2006). Nessa perspectiva, \*# nos apresenta o piXo não como expressão que morre em si mesma, mas parte de um processo de democratização da língua/linguagem.

\*# também aponta o piXo como arte, expressiva, para alívio das angústias cotidianas, mas essas angústias não acometem qualquer pessoa. A descrição feita por \*# é de pessoas que precisam “arrumar emprego na linha de produção”, “num comércio”, ou mesmo, “num negócio”. Isto é, são trabalhadoras e trabalhadores que não estão nos comandos, nas chefias, mas sujeitos comuns. Também é interessante observar que \*# nos lembra que há pessoas que praticam piXo que tem uma vida, uma narrativa, uma existência social para além da piXação. Suas identidades são múltiplas, inclusive podendo se tratar de trabalhadora/es comuns. Essa descrição nos remete a idéia de não fixidez de identidades, mesmo quando os sujeitos assumem para si uma identidade comum. Há várias formas de ser/existir. Ao mesmo tempo, essa multiplicidade iminente em tantas possibilidades de “ser piXador” complexifica a essencialização a qual são submetidos; a desumanização a qual estão sujeitos: para o senso comum, são só marginais, criminosos, pessoas que deterioram o bem comum, que não trabalham, e que, portanto, merecem ser punidos.

Na narrativa de \*# não aparecem marcas sobre os temas que sugeri (escrita/universidade). Considerarei isso como dado, no sentido de que a noção de escrita não parece ser uma temática relevante, bem como não parece ser a Universidade no contexto da piXação, nem no trânsito de sua identidade.

## 4.2 – Rodas de conversa

Aristizabal - Como que a gente vai legaliza o piXo, né mano..

\*# - É... porque o piXo num vai legaliza... qual que é a sociedade que vai legaliza o piXo véio... uma sociedade anárquica.. porque não tem como cê legaliza o piXo...

Aristiabal – né” pô... agora pode piXa... perde a graça gente [...]

\*# - Exatamente... vai te que ser uma política de estado né? [...] vai ser uma coisa [...] uma contracultura... isso aí é uma contracultura... [...] cê compra o spray e vai faze... vai comunica né”

Nossas rodas foram organizadas de acordo com a disponibilidade dos participantes. Afeni negou-se a participar das rodas, e só decidiu participar do último encontro. Já os outros participantes se envolveram com as rodas de forma bem inconstante, com excessão de Jorel e Aristizabal – que participou de todos os encontros. As rodas eram iniciadas com um tema principal: o que é piXação, o que é um piXador, relação entre piXo e grafite, relação entre piXo e escrita, corpo e território no piXo, relação entre identidade e piXo. As rodas não tinham um roteiro fixo, com intenção de permitir que cada participante pudesse tratar de outros temas que lhe fossem pertinentes. Ao que parece, isso ocorreu: busquei, portanto, para a análise dos dados, justamente elencar os principais temas que atravessaram nossas conversas, ao mesmo tempo em que procurei selecionar as categorias mais abordadas pelos participantes, que atravessavam seus discursos nas rodas.

- **Afinal, o que é piXação?**

PiXação é isso... além de ser marginal, é criminalizada... e eu nem sei se um dia vai perder isso... e se perder... se a piXação perde sua essência... se ela renova sua essência... se ela... se modifica... não sei como vai ser´acho que é parte da piXação isso´ (Afeni)

Diante dessa questão, é Nikita quem dá um parecer de onde teria vindo a cultura do piXo:

O hiphop, na origem do movimento hiphop,... é... uma galera, começou a fazer uns... uns grafite... o bomb, né.. lá em Nova Iorque... fazer o... o bomb... que é o quê” é **o grafite com a letra [...] só a letra tipo a tag<sup>12</sup> do cara...** mas em letra.... tipo [...] aí... a galera começou a fazer isso... só que no começo, como não tinha ninguém que fazia isso assim na tora... os cara era tipo... **era vandal<sup>13</sup> né” de de fazer na tora...** e aí os cara faziam muito no trilho do trem... o primeiro que teve inclusive é... TAC 183 eu acho [...] aí

<sup>12</sup> Assinatura/marca pessoal ou de um grupo.

<sup>13</sup> Referência à vandalismo.

tem a Pink 121 tem várias pessoas [...] aí tipo assim, a galera começou a fazer os Bomb mano... fazer os bomb tipo... tipo no vandal memo nos metrô trilho do trem pa meio que decorar a cidade... era um bagulho colorido [...] **pra marcar né**” o cara por exemplo Tac 183.. ele ele mandava Tac 183 que era o número da rua dele né” que lá as ruas são muito marcadas nessa aí de número [...] Pink 121... o nome da rua dela tendeu” [...] era nessa ideia que a galera piXava... e pa fazer o bagulho mais rápido os cara escrevia com letra cursiva normal memo... pra sair marcando a cidade de bobeira.. inclusive um dos maiores pintores... né.. negros assim... o maior pra mim né.. da história do mundo, o Basquiat<sup>14</sup>... começou piXando também né” fazia o samo né” (..) **então a piXação que a gente conhece, do jeito que a gente conhece, ela... tem mesmo origem no hiphop e da cultura negra né” dos Estados Unidos assim** (Nikita)

O PiXo para Nikita origina-se numa espécie de “grafite com letra”. Conhecido como Bomb, trata-se de uma escrita de letras arredondadas com espaço interno para se colorir. O que Nikita nomeia vandal, em sua fala está imediatamente associado à ideia de marcar território. O espaço, nesse contexto, passa a ser o lugar praticado (CERTEAU, 1994), isso é, passa não só a ter marcas identitárias daqueles que nele circulam, mas também parte dessas identidades em trânsito. A descrição de Nikita se aproxima bastante também da idéia de Souza, quando ela aborda a possibilidade de forjar espaços e atuar dentro e fora da comunidade em que vivem (SOUZA, 2011, p. 17), no caso do graffitte, mas também, como pode ser percebido na fala de Nikita, na prática do piXo.

Aristizabal considera piXo sob um panorama um pouco diferente:

aquelas... é... **escritas ou desenhos que tem nas paredes** né... que tem na.. nas paredes... né” em lugares... vias públicas... assim... e tal... em prédios... muro e tal... e... às vezes dentro de espaços também... tipo às vezes banheiro tem piXação... é... de... sei lá... de bar... de... de escola... dentro de escola também... (Aristizabal)

Mesmo quando considera a pluralidade de possibilidades de “escritas nas paredes”, desde grafites, bombs, grapiXos, piXos, stencils, ou de letras, desenhos, imagens variadas, para ele, piXo “ **não é uma coisa autorizada**”, o que sugere a ideia de que o piXo não se basta na ação de escrever em paredes, por exemplo. Para ser piXo não basta escrever na parede com letras estilizadas. Essa ideia está baseada apenas nos aspectos estéticos e gráficos do piXo e atravessa em alguns momentos as falas dos próprios participantes da pesquisa, como pode ser observado na descrição de Jorel sobre o que seria piXação:

---

<sup>14</sup> Referência ao artista plástico novaiorquino Jean Michel Basquiat (1960-1988)

o piXo é aquela coisa mais escrotona tipo... uma... uma... uma cor só... do jeito que tiver memo (...) então acho que essa... essa... essa questão da letra vai muito da caligrafia de cada um... né” acho que é muito individual isso... (Jorel)

O que se percebe na declaração dos participantes das rodas é que mesmo sendo uma prática que está muito além de um ato de escrita, mesmo entendendo o piXo como algo complexo, atravessado à noções de criminalidade, patrimônio, identidades e sujeitos, desejos, motivações políticas, ideológicas, o piXo ainda aparece dentro das arestas de um conceito de gênero textual – de linguagem verbal. Isso pode ser percebido pelos conceitos de “caligrafia”, “letra”, nos dizeres de Jorel, ou no termo “escritas”, nos dizeres de Aristizabal, que, dicotomizado com o conceito de “desenhos”, faz referência imediata à escrita como linguagem verbal.

O lugar onde se piXa, o suporte para o texto também é algo que parece ser relevante à prática de piXar, segundo nossos participantes. É o que nos diz Aristizabal, quando indagado sobre um escrito “Porque lê, acha que sabe”<sup>15</sup>, na Biblioteca do ICHS.<sup>16</sup>:

Sabe... tipo... ainda mais por ter sido num espaço de conhecimento... assim... né...[...] de conhecimento... né” de... biblioteca e tal... né” assim... considerado um símbolo por conta da questão né” de tá escrito... é um... é uma manifestação ali que foi escrita... uma indignação... e é **piXo... tá escrito na parede...** já era [...] e pra mim também não tem essa coisa da... é... da escrita x ou y... sim ou não piXação é...pra mim é mais a questão de tá escrito na parede... ali... pra todo mundo ver e ver que você chegou ali... sabe... (Aristizabal)

Nesse sentido, mesmo sendo legível, dentro na norma padrão de escrita, o fato de estar na parede, e claramente não ser autorizado configura, para ele, o dizer como piXação.

Outro elemento recorrente nas rodas como sendo parte do PiXo é o desejo: como nos diz Aristizabal, “O piXo é uma forma de gritar... é uma forma de você se expressar...”, e, como Jorel aponta, uma vontade se “ser ouvido”. O desejo de se expressar para ser ouvido vem associado a ideia de ser “sensível” a dor do Outro. Qualquer opressão é passível de sensibilizar a/o piXador/a, e levá-lo a se manifestar:

---

<sup>15</sup> PiXação com letras cursivas, legíveis, próxima à biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Ouro Preto.

<sup>16</sup> Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. O Instituto está localizado no município de Mariana –MG, onde se encontra a maior parte das piXações e stencils feitos pelo grupo de participantes.



é... tem muito a ver com a questão de **sensibilidade**<sup>17</sup>... (...) a questão de... do trabalho, essa questão da opressão em geral é... agride todos nós assim... então se você se reconhece ali... acabou... já tá pronto pra meter o piXo vei porque **a questão é mostrar ... mostrar... quando é uma coisa assim política... no sentido... porque o piXo pra mim é político de qualquer forma né” mas quando é político no sentido de estar conectado com uma certa situação que você... é... expressar diretamente sua situação.** (Aristizabal)

Ser sensível e por à mostra, estar consciente das relações sociais que determinam opressores e oprimidos, e “mostrar”: essas marcas na fala de Aristizabal nos permitem desconstruir a ideia de um piXo encerrado em si mesmo. Ao contrário, segundo Aristizabal, o piXo tem em si o desejo de *transformar* o contexto em que está inserido: daí o valor de denúncia expresso nesse fragmento.

O desejo, como nos diz Ottoni (2002) e mesmo Austin (1990), é intrínseco ao enunciado performativo. Os atos de fala expressam os desejos do locutor (seja ele consciente ou não) de que se realize certa ação. (OTONNI, 2002). Nesse sentido, pensando em uma das perguntas iniciais desta pesquisa, o piXo pode ser entendido como ato de fala. Ainda que a apreensão/*uptake* (OTONNI) não ocorra, ou ocorra de forma inesperada, como nos enunciados “infelizes” da teoria austiniana (AUSTIN, 1990), o piXo afeta seus interlocutores. É feito para tal.

Jorel não faz essa piXação de letras estilizadas, spray nas paredes. Seu olhar sobre o que é piXo por vezes, portanto, tangencia mais o discurso do senso comum: piXo, proibição, letras estilizadas, etc. Ao longo das frequentes associações entre piXo e “o proibido” que apareceram recorrentemente nas rodas, o olhar de Jorel sobre sua prática – stencil – foi se transformando e tomando ares de identificação com as motivações dos outros participantes. Ainda assim, o olhar de Jorel por algumas vezes tende ao olhar do senso comum, perceptível, por exemplo, quando ele se refere à tinta ( o spray, o piXo) como muito agressiva:

eu tava pensando em fazer um lambe-lambe lá perto de casa, tipo **eu acho que o lambe-lambe eu conseguiria mandar na luz do dia por que o julgamento seria bem menor do que eu pegar uma lata e psssss na luz do dia...** (...) tipo **a tinta é muito agressiva, né, mano... mas o... o que cê falou do... do... tipo... o cara fez um grafite... numa parede... proibida... beleza... mas... pra mim, pelo menos, eu vejo um grafite... a primeira coisa que eu penso velho... ah... foi permitido isso...** (Jorel)

---

<sup>17</sup> Ao longo das conversas, entendi o termo sensibilidade como empatia.

Neste momento Jorel já sinaliza uma diferença que se mostra básica ao senso comum entre grafite e piXo: um é permitido e o outro não. Nessa chave, seu stencil poderia ser entendido como piXação, pois que nem sempre se trata de uma prática autorizada. No entanto, socialmente ao stencil é atribuído um valor diferente, certamente sustentado no perfil dos sujeitos que o praticam: Jorel não se identifica como piXador e não concebe o stencil como piXo na mesma perspectiva talvez que não consiga atribuir para si uma identidade negra, pois que ambas as identidades são oprimidas na sociedade. Nesse sentido, se dizer praticante de *stencil* é estratégico.

No próximo item do que nossos participantes nos apresentam como diferença entre piXos e grafites.

- **Diferença entre piXo X Grafite**

A necessidade de mudar o espaço já é bem mais antiga... ai ela chegou junto com o movimento hiphop em São Paulo... [...] e aqui a gente tem na real o primeiro piXador não tinha ligação nenhuma com o movimento hiphop.. que era um cara que piXava cãõ fila.. [...] **ele era... um velho...** [...] só que a galera do hiphop.. pegando influência com os mano... tal... [...] do movimento do hiphop americano começou a fazer também tendeu” a fazer em São Paulo... aqui né.. e por aí foi expandindo pro resto do... do Brasil. A primeira relação do piXo igual a gente conhece então é do hiphop... do rap saca” mas se eu for te falar hoje em dia a maioria da galera que piXa nem é muito do rap. (Nikita)

Nossa necessidade de mudar o espaço, presente na fala de Nikita, é profundamente abordada pela ideia de “espaço praticado” de Certeau (1990) como em Blommaert (2011), ao trazer a ideia de *relevos* linguísticos. Para ele, os espaços são sistemas complexos e dinâmicos nos quais uma variedade de forças interagem e muitos modos diferentes de desenvolvimento e mudança podem ser observados (p. 107). PiXar uma parede é produzir novos sentidos, discursos, mudando o ambiente e sua relação com os sujeitos que nele estão inseridos. Nessa perspectiva o piXo pode ser entendido como uma prática que propõe mudança social. Outra marca interessante na fala de Nikita é sobre a origem e os percursos do piXo. Ainda que a relação com o movimento HipHop exista, essa linguagem tomou outros rumos, o que nos impede a encarcerá-la como prática cultural de um grupo social pré-determinado.

A primeira diferença que Jorel percebe entre um piXo e um grafite diz respeito a uma elaboração:

eu acho que enquadra como piXo porque não tem aquela pegada tão artística que nem quando... quando escreve nome... na no grafite, usa pelo menos umas duas latinhas de cor... preto e branco sei lá... (Jorel)

Ao falar de piXo, \*# tem um posicionamento diferente do de Jorel. Para ele, a aproximação do piXo como uma arte marginal pode ser percebida na seguinte passagem:

\*# Se a gente parte do ponto que todo mundo entende certas manifestações artísticas como arte mesmo, não vai provoca, mas nem todo mundo tem esse pensamento que nois tem... nois quatro aqui, saco... tem gente que acha que arte é realmente só o Van Gogh memo... que não considera nem grafite arte, uma coisa que a muito tempo que já é arte que já tá alí dentro de galerias e tal... saco” Tem gente que pensa que arte.... vai ser assim arte clássica... (\*#)

Ao contrário de estabelecer os limites sugeridos por Jorel, como ao associar o valor artístico ao uso de mais ou menos cores de tinta, #\* discute o próprio conceito de arte, evidenciando uma hierarquização de certas práticas artísticas em detrimento de outras. Nessa perspectiva, as diferenças atribuídas a uma arte “de galeria” e uma arte que está fora dela é determinada por valores politicamente motivados: ao passo que valoriza as linguagens de determinado grupo social/racial, desvaloriza e exclui a dos grupos sociais desfavorecidos.

Para defender esse ponto de vista, \*# coloca o piXo como arte não reconhecida, pois não é compartilhada como cânone, muito menos está dentro das galerias. Já Aristizabal insiste na questão do proibido, e de certa forma, aproxima as práticas não só grafite e do piXo, mas também do stencil, dentre outras práticas:

cara é parado com um spray na mão, ou uma... qualquer tinta aí, num espaço... pode ser com um rolinho, e com um stencil, e tá fazendo alguma coisa na parede, a polícia vai querer bater, levar e tal, e eu... eu considero piXo assim também. (Aristizabal)

No entanto, ambos apontaram o fator “rapidez” para o piXo, como fica claro na fala de Aristizabal:

claro que tem um monte de diferença, tem uns que cê... tem que ter um preparo antes, preparar a chapa... e tudo mais... [...] na piXação não... piXação... a piXação com spray... com spray na parede... é diferente... [...] referindo a minha interferência] é doido que o **grafite, ele acaba sendo uma... uma junção de várias coisas dessas né”** porque o piXo assim falando da parte da estética né” da estética do grafite... **ele tem... o piXo né... ali... porque o piXador muitos grafiteiros são piXadores...** acho que a maioria assim... se não for todos... tem... tem a estética do piXo... **tem muitas coisas de stencil também... você leva algumas coisas... tipo umas textura que cê já fez em casa antes... que cê quer colocar no seu...na sua**

letra... ou no seu **boneco** que cê vai fazer assim e tal... e você faz ali... mas... é... **o grafite geralmente ele é uma coisa... valorizada assim né**” então pra mim muitos deles não se configuram como grafite... o grafite é grafite piXo é piXo... **o grafite tá mais na questão da arte assim né**” que é uma coisa que você... você pode... **por exemplo... escrever um projeto pra dar aula de grafite... cê não pode escrever um projeto pra dar aula de piXo...**

Neste trecho da fala de Aristizabal, surge a associação de grafite com arte, e o status que a prática do grafite tem ganhado, inclusive nas instituições, como a alusão à escola formal, quando ele ironiza: *aula de piXo*? Essa reflexão traz à tona a narrativa de Jorel, quando este traz em sua fala a definição do pai, advogado, para quem piXação é o que não está permitido; se está permitido, deixa de ser piXo. Essa reflexão é importante porque desestabiliza uma noção fixa e estanque de estéticas que diferenciam ambas as práticas: é como se ela nos dissesse que, em realidade, o que nos parece proibido, chamaremos de piXo. Por outro lado, aquilo que parece autorizado (segundo indícios como o local onde é feito, o tempo para realizar a obra, por exemplo, ou, até mesmo, quem foi a autora/autor da obra), já não seria entendido como crime de conspurcação. Talvez seja essa a motivação para que sujeitos privilegiados na sociedade possam se dizer livremente grafiteiras/os, ao passo que os que fazem parte dos grupos excluídos ou marginalizados, ainda que pratiquem o grafite, sejam essencializados como piXadores. Nessa perspectiva, creio ser possível entender o conceito de piXo e o conceito de grafite como estratégicos e politicamente motivados.

Ainda nessa chave, buscando entender melhor sobre as diferenças entre piXo e o grafite, questionei em uma das rodas se haveria, por exemplo, e se sim, qual seria a relação entre piXação e o movimento hiphop. Questionei sobre o movimento, pois este se trata de um encontro de práticas poéticas, rítmicas, da dança de rua, e claro, o grafite não só faz parte como é descrito como elemento próprio do hiphop. (SOUZA, 2012)

A isso, quem me respondeu foi Nikita:

Ah, sei lá, mano (...) Eu, particularmente... **eu piXo desde que eu sô criança... tem nada a ver com rap<sup>18</sup> na real, ta ligado? Tem nada a ver com nada na verdade... só a vontade mesmo de escrever nos lugar e porque eu via meus amigo, sabe? Escrevendo assim, e tal e eu queria marcar também e tirar onda, sabe? Memo...** O que é ainda um pouco do que eu ainda penso hoje... apesar deu ter parado...

---

<sup>18</sup> Ritmo e poesia. Elemento musical que compõe o movimento hiphop; Cabe lembrar que Nikita é rapper.

O piXo, na fala de Nikita está no lugar da expressão de um desejo, uma prática comunitária utilizada para obter prestígio entre seus pares. Por outro lado, essas motivações também atravessam a prática do grafite. Então, Nikita continua:

originalmente mesmo, a piXação tem uma origem no hiphop, né.. (...) não no hip hop... a piXação... essa questão de marcar os lugares... tudo mais... ela é uma... ela é **quase uma condição humana de modificar o espaço que vive** (Nikita)

Nessa perspectiva, portanto, o que aproximaria o grafite do piXo seria o desejo humano de modificar o espaço e marcar lugares, isto é, atribuir identidade, sua identidade, ao espaço no qual se vive. Claro que, pensando na transitoriedade das identidades (tanto entre as pessoas quanto na constante transformação que nossas próprias identidades se encontram), a rua passa a ser disputa não mais de espaço apenas ( numa concepção física), mas discursiva, onde identidades tentam se sobrepor umas sobre as outras. Acontece que nesse caso, algumas são permitidas, outras não: são criminalizadas.

Já \*# aponta que o piXo seria uma linguagem artística que abre portas para outras, autorizadas:

existe um um uma galera que a partir da piXação desenvolve outras coisas né” (\*#)

Esse pensamento é presente em outros momentos das rodas, por exemplo quando Nikita cita o artista plástico Jean Michel Basquiat. No entanto, não predomina nas falas dos participantes uma visão evolutiva do piXo ao grafite, tanto que muitos grafiteiros, por exemplo, segundo os participantes, também continuam fazendo piXações. Sobretudo se considerarmos a noção de que piXo é o não autorizado e, se autorizado deixa de ser enquadrado como piXação, essas fronteiras de uma diferença precisa entre piXo, grafite, e outras práticas ficam ainda mais frágeis.

- **Autoria(s)**

Segundo Aristizabal, as piXações:

são geralmente coisas que tão ligadas ou a... a individualidade... assim... ou a um grupo... né” muitos muitas piXações são símbolos que remetem a um certo grupo... então são várias pessoas que tem aquele... momento de encontro deles... assim... e saem pra escrever... né” e escrever é só um... **uma das ... das ações assim... do piXador...** (Aristizabal)

Esta fala de Aristizabal aponta para dois fatores que considero fundamentais: o primeiro que piXar é apenas uma das ações de um piXador, isto é, a prática de piXar está para além do ato de escrever. A outra é que a prática de piXar desestabiliza a noção de autoria, ao menos a uma noção de autoria de uma perspectiva romântica: o autor-ego-pessoal-individual. É uma autoria que pode ser coletiva, compartilhada a tal ponto que posso me apropriar do nome de um outro sujeito para defender seu lugar social, discurso, ideologia. Isso porque os casos de apropriação de uma marca/tag/frase de outra/o piXador/a, ou da apropriação do discurso de outros sujeitos sociais não é só possível como também praticada pelas/os piXadoras/os. É pelo menos o que relata Aristizabal, em um piXo realizado no vidro de um banco Itau os dizeres “Fora transnacionais”:

só que aí eu falei... vou fazer no banco... né meu” “banco que essas empresa tão lado a lado né” então é uma coisa só... de certa forma... a questão do capitalismo também e tal... (Aristizabal)

No entanto, ao reconhecer que a realidade das transnacionais ou mesmo do Banco Itaú não lhe afetavam diretamente, Aristizabal relata que:

é... tem muito a ver com a questão de sensibilidade... (...) a questão de... do trabalho, essa questão da opressão em geral é... agride todos nós assim... então se você se reconhece ali... acabou... já tá pronto pra meter o piXo vai porque a questão é mostrar ... mostrar... quando é uma coisa assim política... no sentido... porque o piXo pra mim é político de qualquer forma né” mas **quando é político no sentido de estar conectado com uma certa situação que você... é... expressar diretamente sua situação que nem a questão da vale ou das transnacionais que eu tava falando... aí... é... a ideia é mesmo que as pessoas leiam né” então cê não vai escrever com aquela sua escrita... sabe? (...) ou de um outro piXador... tipo... Seal... (...) escreve assim, pras pessoas lê mesmo.**

Como era uma piXação de cunho explicitamente político, a escolha das letras foi para ser legível a maior parte da população. Isto nos dá indícios, portanto, de que, quando a escolha é por outras grafias, símbolos, essa escolha é intencional, para se dirigir a outros públicos, interagir com outros sujeitos sociais. Nesse contexto não haveria espaço para aquela letra...

[...] **estilizada, aquela coisa que cê inventa...** que cê fica um tempo ali fazendo... e mostra pra um... pra outro pra ver se tá da hora... se não ta... entendeu” cê não vai escrever tipo... fora transnacionais com a letra do Iron Maiden... ou com a letra de qualquer coisa que te influencia... (Aristizabal)

A escolha da letra também neste caso seria estratégica e politicamente motivada.

[...] essa questão de sensibilidade... cê tipo... pode escolher a frase que cê quiser... porque às vezes cê nunca vai ser reconhecido [...] cê pode colocar sua tagzinha no final da frase [...] cê escreve a frase... cê pode se identificar com um grupo que mandar aquilo... pode fazer parte... tipo... **ninguém vai saber quem você é...** (Jorel)

Tomando como referência essa frase de Jorel, parece-me que em algumas piXações tem-se a ideia de diluição total do autor do piXo enquanto pessoa física. Isso dialogaria, por exemplo, perfeitamente com a ideia de morte do autor sugerida por Barthes (2004). No entanto, como Aristizabal aponta, a piXação em si é apenas uma das ações do piXador. Sua corporeidade, seus discursos, suas escritas são tanto evasivas quanto violentamente presentes. Há uma identidade latente, presente, que se impõe nesses discursos e sua diluição, nesse sentido, seria apenas momentânea, talvez apenas naquele breve espaço entre a tinta e a parede. Para além desse espaço, e o breve momento da sua realização, o piXo se torna elemento não de apagamento, mas de constituição, vizibilização, configuração da existência de um sujeito, agente, pensante, que interfere e desconstrói um espaço tido como estático, ascético, como podem se pretender as paredes da cidade.

É importante também ressaltar que o piXo muitas vezes é feito, praticado, pensado em grupo, o que é perceptível no diálogo entre Jorel e \*#:

\*# - Acho que vira e mexe (incompreensível).. tipo.. uma ideia assim, por exemplo, é.. falar com os amigo assim.. ow.. fazer tal coisa.. eu nem sei, mas assim..

JOREL - Assim.. a vez que a gente conversou era fazer aqui né velho? Tipo.. no ICHS, só que seria muito embaçado..

\*# - Aham... tipo.. que era fazer um stencil, por exemplo, qualquer nome, qualquer.. o stencil de um pensador que seja, sabe?

Nesses momentos, para além de trocas de informações, a empatia parece ser fator importante; bem como a cooperação entre as partes, o que nos leva a entender que entre piXadoras/es existe uma rede de afetividades. Essas interações passam a ser espaço de convivência e de criação de micro-comunidades, em que sujeitos identificam-se, e acabam por se constituir grupos com perfis próprios.

- **“A casa pode ser sua, mas a rua é nossa” (Nikita)**

A gente ta sempre fazendo isso... dentro de casa, na porta da nossa casa... Enfim, com banners e etc. A gente ta sempre querendo modificar o espaço de alguma forma. Por exemplo a... a cor da universidade é... sei lá, podia deixar no tijolinho, mas num é no tijolinho. É azul e branca. (Nikita)

Busquei para começar este subitem uma definição do que seria o termo “ocupar”, segundo a norma. Segundo, por exemplo, o Dicionário Online de Português, ocupar é encher um espaço de lugar e de tempo; tomar posse de/exercer; dedicar, consagrar; dedicar seu tempo a. Como sinônimos, o mesmo dicionário sugere os conceitos de conquistar, invadir. O verbete traz, portanto, que ocupa-se física, mas também ideológica, linguística, discursivamente. Ocupar é tomar o lugar do Outro, neste caso representado por aqueles que detêm o espaço, e, portanto o poder. Seja no campo dos espaços físicos, seja no campo dos espaços discursivos; sujeitos que tem meios institucionais para se expressar tendem a não recorrer ao piXo para se impor aquele que o oprime. Recorrer à transformação do espaço é, portanto, uma maneira de interferir e reconstruir um contexto ao qual possa se conferir existência àqueles que piXam. Segundo Certeau, “O espaço estaria em relação ao lugar da mesma forma que a palavra quando é pronunciada... Em suma, o espaço é um lugar praticado.”. Nesse sentido, o piXo constroi espaços em que se imprimem identidades e discursos invisibilizados pela sociedade.

E aí a gente **tem o espaço aqui e a gente quer modificar também** do mesmo jeito que as pessoa modifica ele... os cara pinta a gente pinta também... tipo modificando o espaço igual eles [...] porque não sou só eu com minha piXação que to invadindo o espaço deles mas eles também pintando o muro de rosa pode tá invadindo o meu espaço... tá virado pra rua...né” então... (Nikita)

Essa ideia de ocupar espaço aponta para o quão relevante é a noção de espaço/território para o piXo. O espaço também é forte elemento de expressão da linguagem:

(...) por conta da informação que cê tá dando... e no lugar que ta... tipo... uma vez em São Paulo eu escrevi... é... fora transnacionais... assim... e isso eu escrevi no vidro do Itaú... não escrevi no vidro... mas escrevi no Itaú... foi na muretinha... e é uma época que deu uma treta... que tava dando uma treta com uma empresa do Paraná... é... então foi uma treta de uma empresa... uma... uma das transnacionais que lá no Paraná e tava zicando assim com... com todos os trabalhador da empresa e tal... aí eu fui... entrei na onda com um brother meu assim... que deu a idéia... e eu fiquei indignado e fiz assim... **poderia ter feito em qualquer lugar... véi... (...) só que aí eu falei... vou fazer no banco... né meu” ‘banco que essas empresa tão lado a lado né’** então é uma coisa só... de certa forma... a questão do capitalismo também e tal... (Aristizabal)



Ao questionar para os participantes sobre essa noção de espaço/território, se eles percebiam alguns ambientes mais valorizados do que outros, locais nos quais um piXo seria mais valorizado que outro, Jorel me respondeu:

**eu vejo... mano... tipo pelo menos aqui... se o cara que manda ali no centro de Mariana... né”(...) mas daí cê manda ali, escondidinho atrás do... do... da parede perto do Bistrô é outra coisa... que nem eu bato palma pra ter escrito aqui dentro, meu... eu acho doido... porque num num é um ambiente muito fácil... (...) eu vejo diferença de lugares assim... por questão de ousadia(...) porque se o cara tem bastante marca digamos assim na cidade também é foda... não necessariamente tem que ser no centro da cidade... mas acho que o cara que tem em lugares mais... perigoso digamos assim entre aspas né” acho que dá pra valorizar mais [...]**  
(Jorel)

Não é apenas o local (bairro, rua), mas onde, no local se faz o piXo que atribui status as/aos piXadoras/os: pelo menos é o que também sugere a fala de Aristizabal:

pelo menos capital tem **muito forte essa questão do mais alto... é... (...)** mais prestígio é no centro... mais alto... é... também tinha uma questão que... não era eu que fazia... era uns amigos que fazia, que era em casa de bacana(...) se você tá fazendo isso num... num bairro de elite... meu... e no centro” ... tem também na quebrada... tem vários piXos na quebrada... a quebrada é toda piXada... só que **o espaço de maior respeito memo é os lugar mais alto...** (Aristizabal)

Nesse sentido, a prática do piXo vai ao encontro do espaço praticado de Certeau (1990, p. 202). E a rua é onde se estabelece "um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar da língua." (CERTEAU, 1994/2008) p. 92-93, apud ALENCAR 2014, p. 85); é na rua que essas identidades e discursos fluem enquanto se esquivam do risco de serem suprimidas.

ia nos bairro nobre e piXava...isso é sensacional... né” porque cê vai atacar o lugar que realmente te oprime... né”[...] ce coloca lá que você tá observando os caras também... sacou”... é uma forma de ver que cê tá cê não tá... é... cê não tá silenciado totalmente assim né” (Aristizabal)

As interações no universo do piXo vão ao encontro do conceito de dialogismo de Bakhtin (2003), e da concepção do discurso/linguagem como promotores de mudança social de Fairclough (2001). O piXo segundo esta fala de Aristizabal vizibiliza o oprimido e desestabiliza o lugar do opressor, metaforizado no conceito de área nobre. Essa fala também expõe que a divisão entre o que é nobre e não é está

demarcado de forma muito clara no espaço da cidade. Nessa perspectiva, voltamos um pouco à ideia de que ao entrar nesse espaço, o oprimido toma posse do espaço que não lhe pertence: o espaço, então, é um lugar politicamente praticado. O piXo surge nesses contextos como rupturas a esse discurso, como uma prática iminentemente descolonial (MIGNOLO, 2008): o discurso hegemônico, o qual arquitetonicamente engendrado demarca fronteiras bem delimitadas entre ricos e pobres, brancos e negros, a norma e os outros. A arquitetura, nesse sentido, bem como a organização espacial da cidade, também surge no discurso de Aristizabal como estratégica, é discursiva; e a ruptura do piXo se elevaria como um contra-discurso, afinal, assumir e permitir que essas fronteiras se ergam livremente é aceitá-las, ou alienar-se. Essa perspectiva aparece em outros momentos de nossa conversa como ilustra o diálogo entre os participantes das rodas:

Jorel - Sim.. é.. pensando na questão de posicionamento político.. é.. e da ação em si.. e tal.. talvez tamém... tipo... é... de tá quereno... ocupa o espaço mesmo assim né”

Aristizabal - É.. é.. posicionamento político em relação a isso.. né.. tipo.. o bagulho tá uma bagunça no velho.. tipo.. **o muro tá lá.. o bagulho tem que ser branco” por quê” [...]** quero escrever ali...

Um discurso muito comum e que aparece em alguns momentos também na fala dos participantes é a ideia de que o piXo agride; no entanto, a compreensão do que agride no piXo está para além do que se escreve, mas quem, o quê, e onde se escreve. Essa visão pode ser percebida nos dizeres de Aristizabal, \*# e Jorel, em diálogo sobre uma série de andaimes instalados ao lado da capela do ICHS.<sup>19</sup>

Aristizabal - Sabe um negócio que eu pensei agora.. tipo.. a.. é.. piXação é agressão ao ambiente e tal... e tipo... velho... **aquele bagulho de madeira ali do lado da igreja...**

Jorel - Né... aquele negócio tá **feio pra caralho** velho.

\*# - Eu tenho uma um exemplo disso aí eu fiz uáma piXação uma vez lá em Viçosa... aí nós fomo lá num show lá... aí eu fiz uma piXação na esquina do Subway, que era o Subway lá... aí eu fui e escrevi Subway também... de piXo mesmo. Na parede do lado da porta, mano... tipo... eu fiz a propagando pros cara tá ligado...

\*# opta por uma escrita e por um uso social da linguagem que não é desejável para o Subway. Ainda que os dizeres sejam os mesmos, essa escolha é rejeitada, pois, ao ser piXo, é apreendida de forma diferente da logomarca oficial, gerando efeitos diversos.

---

<sup>19</sup> Instituto de Ciências Humanas e Sociais, situado em Mariana, local onde nos reuníamos em nossas rodas de conversa.

- **PiXo, logo existo: identidades e corporeidades.**

Essas categorias “identidade” e “corpo” se tornaram foco da discussão em um dos nossos encontros a partir de uma questão norteadora: porque a/os participantes desta pesquisa achavam que tinham sido chamados para compô-la. De alguma forma ela/es foram nomeada/os/entendida/os como piXadoras/os. No entanto, ao perguntar a relação de cada um/a com o piXo, na maioria das vezes ela/es se esquivaram. Para isso, compreendo como possibilidade, primeiro o fato de que, por ser crime, é natural que não quisessem ser identificada/os ou entendida/os como piXadora/es. Em segundo lugar, o momento que a Universidade estava vivendo, momento este de busca por responsáveis devido às piXações feitas nas moradias estudantis, em que denúncias associavam as piXações a pessoas envolvidas, por exemplo, com tráfico de drogas, fez a possibilidade de se identificarem e/ou serem identificada/os piXadora/es ainda mais delicada.

Para a pergunta: afinal, por que você acha que foi chamada/o a participar da pesquisa, \*# entende que seja “ **porque de alguma forma eu tô envolvido assim.. com o piXo e a cultura em geral, mas o piXo também**” Ao ser indagado sobre o que ele chamava cultura geral, \*# afirmou: “**o que fica em volta**”

Jorel, porém, declarou que entendeu ser chamado por seu “**contato mais próximo também. Porque piXação é um negócio que... eu acho que tem dentro da universidade... tipo... como você tá dentro dela, fazendo pesquisa, foi o contato mais perto**”. Sua resposta não nega que ele faz piXações. No entanto, ao longo de nossas conversas, por não estar envolvido diretamente com as piXações investigadas e por ser praticante de stencil, creio que ele se sinta mais à vontade, pois está menos sujeito a riscos. Jorel também entende de certa forma que a piXação é uma prática comum ao contexto das universidades, ideia também apresentada em sua narrativa pessoal.

Em seguida, questionei o que eles achavam de uma pesquisa sobre um tema como esse. Afinal, sempre esteve presente em nossas conversas – mesmo antes do início das rodas, que a piXação não teria interesse em ser uma prática reconhecida e legalizada tal como o grafite o é em várias situações.

[...] é uma pesquisa acadêmica né... que assim... uma coisa que o piXo não é acadêmico então tipo... ah **pra... colocar essa questão em discussão mesmo** [...] não sei se a palavra é descriminalizar... também né... mas é... **porque o que vem... o que vem sendo feito com a piXação é... a associação a crime e tal... essas coisa sempre preocupa né”** que às vezes **cê acaba com a vida do cara que ele tá falando alguma coisa no lugar** [...] (Aristizabal)

Essa fala de Aristizabal faz um apontamento interessante: por um lado, o piXo não quer se institucionalizar, mas por outro, a piXação está para além de uma prática criminalizada. Por isso a importância de não se “falar” coisas no lugar do “cara” que piXa, e que, portanto pode ter sua vida “acabada” se for essencializado como um criminoso. Esse entendimento de Aristizabal reforça a importância da escolha metodológica dessa pesquisa: a importância dos participantes falarem por si, e fazer dessa pesquisa espaço para reforçar suas vozes dentro de uma instituição poderosa como a universidade. Nesse sentido, reforça-se a idéia de que uma pesquisa séria não deva ser apenas cuidadosa, mas sobretudo comprometida: e creio que, na condição de estudantes universitárias/os, tanto eu quanto a/os outra/os participantes, nos entendemos como sujeitos que precisavam e deveriam estar comprometida/os ao tratar de um tema como as piXações urbanas.

No decorrer das conversas sobre esse tema, “ por que você foi chamado a participar desta pesquisa”, como nenhum deles se entende diretamente como “ pixador/a”, lancei a questão: Afinal, que é ser um piXador?

Aristizabal afirmou: “Eu acho que é... piXar. [...] o primero, a primera vez que cê já pegou uma latinha, um canetão..” Mas \*# aponta que há graus, níveis de piXadores, que consideram, como \*# afirma, elementos tais como a frequência que se piXa:

E aí vai ter graus de piXação né” é... porque cê gosta da piXação´ tem gente que gosta da piXação de uma maneira dele... piXar.. gosta muito.. sente muita... aquilo ali é uma coisa que faz a pessoa se sentir viva mesmo... e outros piXadores eu acho que vai levar um pouco diferente... e... mas não sei bem [...] enfim, pra mim... eu... tipo assim **faz tempo que eu não faço isso** é... seja por qualquer motivo assim... tipo... eu tenho vontade às vezes mas...

Na fala de \*#, fica evidente que ele entende como alguém que gosta de piXar, mas que já faz tempo que não faz isso. Esse afastamento, entendo ser tanto estratégico, no sentido de preservar a si mesmo, quanto estratégico no sentido de valorizar sujeitos que, mesmo sob riscos, assumem a identidade de piXadoras/es. E assim se mantém o discurso de todos os participantes da roda: ao mesmo tempo em que concordam quando

Aristizabal fala que o que faz um/a piXador/a é piXar, não se sentem no direito de afirmar essa identidade para si, não se entendem empoderados deste lugar de fala, pois de certa forma se entendem deslocados dele.

Aristizabal desestabiliza também essa noção hierárquica entre piXadoras/es no seguinte trecho:

eu penso assim... se você fez o... tá fazendo a primeira vez não interessa o que que é... tá fazendo uma parada na parede lá... uma hora da tarde ou uma da manhã... se a polícia te ver fazendo qualquer coisa na parede meu irmão... pode ser a primeira vez... pode ser a trezentésima vez velho... cê pode rodá... saco” do memo jeito... é claro que se for a trezentésima e o cara já saco, é você em vários lugar e depois que cê termino... e que ele viu... cê pode se ferra mais né” (risos) (Aristizabal)

PiXar, então, segundo o que se apresenta ao longo das nossas conversas; bem como o ser piXador, é uma identidade estratégica, utilizada politicamente, no caso dos participantes das nossas rodas, todos universitários, um rompimento com o caráter conservador, normativo da universidade.

Tem gente que entra aqui já... porque assim... a universidade já é um lugar conservador [...] a gente que tá sendo teimoso né” porque o certo assim entre aspas é a gente seguir o pensamento que tem aqui e sair... fazer diferente fora... **a gente é a resistência aqui dentro**, pensando assim né e tal... e **mudando também esse espaço e tal’** a ideia é tá aqui e mudar aqui tal’ e aí **esses embates acho que acontece justamente por isso... que tem gente que paro no tempo né velho... que acha que arte é só arte clássica...** e se vem com uma arte que seja assim só um... uma xilogravura na parede né” (\*#)

Destaco essa fala de \*# porque ele faz uma crítica contundente ao conhecimento acadêmico: normativo, é um conhecimento que está “parado no tempo”, onde a arte é só aquilo que se produz em seu meio, ou que é reconhecido por ele como arte/conhecimento/cultura. O que \*# aponta é o descompasso dos saberes acadêmicos com os saberes da comunidade; bem como a falta de diálogo e abertura a novas linguagens, bem como novos/outros usos das linguagens. Ao mesmo tempo, o que \*# destaca são as estruturas da branquidade (SHUCMAN, 2012), a qual institui uma norma, ao passo que deslegitima outras formas de ser/pensar o/no mundo. Quando sujeitos contra-hegemônicos (ou que requerem para si identidades contra-hegemônicas de forma estratégica) entram nesses espaços da universidade, aos poucos sua presença, seus discursos, suas outras narrativas vão provocando rachaduras na meta narrativa (RAJAGOPALAN, 2006) institucionalizada sobre: o que é arte, o que é cultura, o que é linguagem, e assim por diante. Outro apontamento relevante é o de Aristizabal:

É tipo assim.. eu fico imaginando aquela sala do CA<sup>20</sup> por exemplo tá ligado... **se tivesse vários quadro ali... esses quadro milionário... tipo réplicas né... lógico... mano... muita gente ia... muita gente ia acha da hora... muita gente eu tenho certeza veio ... quem ia entra lá ia falar... nossa realmente os estudantes realmente são cultos né cara”** agora sim né” **mas a gente faz outras fita né... a gente faz é... Calorada Preta...** (Aristizabal)

A que \*# completa: “É outra coisa... a gente questiona na verdade...” O que eles parecem questionar é esse saber intangível, as verdades absolutas, o saber científico, empiricamente comprovável, e portanto, puro, inquestionável. No caso de ações como a Calourada Preta, citada por Aristizabal, o desejo observável na fala desses dois estudantes, é que eles percebem outras possibilidades de existir, e, portanto, a prática de piXar se torna caminho de (re)existência (SOUZA, 2012) de suas práticas, histórias, memórias, e saberes.

No entanto, muito próximo ao que propõe Mignolo (2008), não se pretende trocar um saber pelo outro, mas se busca trazer outros saberes, de forma não hierarquizada, para além do discurso unívoco da *academia*. Como conclui Aristizabal, “(...) uma coisa não impede a outra... **a gente gosta dessas duas coisas na verdade...** “

- **Corporeidades: relações entre corpo, identidade e linguagem**

A primeira relação do piXo igual a gente conhece, então, é do hiphop, do rap, saca, mas se eu for te falar, hoje em dia, a maioria da galera que pixa nem é muito do rap. A maioria da galera que pixa é mais do funk (pausa) tá ligado? (Nikita)

Este trecho de uma das falas de Nikita aborda dois conceitos que podem ser às vezes relacionados ao conceito de piXo: o de HipHop e o de Funk. Ambos estão, como a cultura do piXo, intimamente ligados ao que poderíamos entender por cultura urbana/cultura negra/cultura de periferia. Essa idéia também atravessa a fala de Aristizabal, quando ele diz:

**a gente traz isso da cultura urbana** acho... de outros lugares que a gente veio talvez.. e... tipo, por a gente ter contato, seja por qual motivo que a gente tá envolvido e tamém eu eu acho que assim tem o crescimento tipo de piXação é... viabilizou outras pessoas a enxergar isso é... de uma maneira... política´ [...] é mais difícil porque parece que nessa cidade ela não comporta essas coisa né... a... eu sempre achei assim... nossa mano parece que não comporta os negócio e tal... **e por isso que talvez assim não consiga**

---

<sup>20</sup> Centro acadêmico

**imaginar o corpo como você imagino.. que seriam certas pessoas e eram outras pessoas.. (Aristizabal)**

Neste trecho, Aristizabal se refere à projeção que fiz no início da pesquisa acerca de quem seriam os autores dos piXos que apareceram, para mim, repentinamente na cidade: para mim seriam jovens, negros, das áreas desfavorecidas da cidade os quais, de alguma forma, se indispunham com a universidade. Nesse contexto, o argumento de Aristizabal me desmente: em primeiro lugar são sujeitos da universidade, estudantes; em segundo lugar, nem sempre são pessoas em uma situação de vulnerabilidade social como eu projetara em meu imaginário do que seria um/a piXadora/o de Mariana.

No mesmo caminho trago a fala de Afeni:

‘Não faço essa associação’ não faço ah... **quem piXou é da favela’** na verdade eu olho e falo nossa que trem cabuloso ( risos) o cara teve a manha ou o cara ou a mulher

De certa forma, piXar para esses sujeitos é uma escolha identitária, e uma estratégia política. Escolha identitária, no sentido de que, enquanto universitários, esses sujeitos podiam apagar suas origens e homogeneizar-se nessa perspectiva de “jovens estudantes”. No entanto, eles trazem suas experiências urbanas para uma cidade não só tradicional, histórica, como de arquitetura e cultura bem reacionária, cristã, eurocentrada. Esse perfil da cidade de Mariana é reiterado pelo apelo e valorização insistente da narrativa branca que as elites culturais impõem. Valem as igrejas, as construções portuguesas, as vielas que preservam o saudoso período colonial. No entanto este período só é saudoso para os herdeiros de suas benéficas: os casarões, as propriedades tombadas, os muros de pedra erguida com mão de obra escrava. Ao resto, ficam as beiradas, os autos dos morros onde grande parte da população negra está.

Ao passo que Jorel nega a existência de um corpo que piXa, no sentido de uma projeção que fazemos sobre a possível corporeidade de quem piXa, como vemos em:

Sabe... tem uma galera que vai usar o piXo tipo... de agressão mesmo... uma galera que tá usando só... pra mostrar alguma coisa... mas vai da vontade eu acho... então não tem como classificar tipo... corpo do piXador... na minha opinião (Jorel)

Ou mesmo na fala de Afeni, quando diz “o cara teve a manha ou o cara ou a mulher”, compreendendo como possível ser um corpo feminino o da/o piXador/a, as falas de seus colegas mostram que há sim um corpo e que esse corpo está associado de alguma forma a discursos de periferia, negritude e/ou juventude. De alguma forma seus colegas relatam que o corpo de um piXador tem, muitas vezes, endereçamento certo: pretos,

pobres, à margem da sociedade. Essa perspectiva se faz num diálogo entre Aristizabal e \*#:

Aristizabal - Mano... em otras cidades vamo dize... que a gente mais visita assim... **no nosso inconsciente... e quando a gente vai estuda uma coisa dessa... SP... existe um corpo né... que são trabalhadores... primera... primeiro ponto...**

**Ou** quando não são trabalhadores é porque ainda eles são adolescente né... mas muito dos adolescente tá trabalhando também...

**São garotos de periferia... lá... pretos...**

\*# - **Maioria...**

Aristizabal - Tem branco... maioria preto... maioria de periferia... então se tive branco... **não vai ser um branco piXando...**

\*# - **Aí... então aí tem né mano... os cara que são trabalhado memo e que... nesse caso aí... enfim... escolaridade dessa galera né... num sei... que que cê acha”**

\*# **Diversa...**

Aristizabal - **Diversa... é... vários cara que... tem uns cara que tá na universidade lá e piXa ainda véi... que começo a piXa com... sei lá... treze ano.. tem trinta e piXa ainda... os cara que vão de carro...**

Esta fala de Aristizabal evidencia que o fator escolaridade não necessariamente tira alguém do circuito do piXo. Então, como os participantes dessa pesquisa, Aristizabal reconhece que há outros sujeitos de perfil semelhante, que continuam praticando piXações. A fala, porém, também especifica o que aparece em outras falas de outra/os participantes da pesquisa: as/os piXadoras/os são predominantemente homens, negros e pobres. Não houve nas rodas nenhuma abordagem voluntária dos participantes das rodas de conversa sobre a presença de mulheres autoras de piXações. Isso só se desestabiliza em partes quando é Afeni quem fala. Inclusive apenas ela é quem aborda diretamente a presença considerável de mulheres que fazem piXações e Grafite. Ainda assim ela aponta os enfrentamentos das mulheres para se afirmarem nessas identidades de piXadoras/grafiteiras.

Tem o respeito... mas é aquele processo de ter o respeito também... cê mostra pra que que você veio... o seu trabalho, a sua posição... é... acho que é uma escada' (...) agora... eu... o meu estilo é diverso assim' uma hora eu vou ta é... **mais largada** uma hora eu **vou ta mais tilelé** uma hora **vou ta mais minininha** e aí uma vez eu tava com uma roupa bem larga vestido e tal e aí o menino que tava junto comigo disse ah assim cê não vai piXar não ... cê ta muito esparrado' Achei escroto (...) Aí acho que vai variar de cada homem pra cada homem... (Afeni)

Segundo PINTO (2007, p.9), "O sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo. A respeito do ato de fala cujo efeito é uma ameaça." Afeni aponta a relação entre corpo e identidade: mesmo no universo do piXo, as normas



impostas a seu corpo estão diretamente relacionadas ao que se deseja produzir de efeito a partir dele. Afeni está sujeita aos sistemas de representação: sendo lido feminino, seu corpo foi coibido de exercer o papel social de um “piXador”: ao estar de saia, ela desloca o corpo de “um piXador”, projetado como um corpo masculino.

Outro ponto importante que Afeni aponta em um dos nossos encontros, sozinhas, é o de que essa projeção de um corpo negro/jovem/pobre ao piXo vem de ou de quem não piXa ou de quem não gosta de piXação:

Agora... eu acho que **quem não piXa ou quem não gosta da piXação enfim já olha e sim remete a /.../ favela** favela e a marginalização... tá a margem... e marginal no sentido pejorativo também (...) Por exemplo eu escutei um relato de uma menina que até foi da gestão do serviço social (...) ela virou e falou assim nossa... antigamente minha concepção era piXador tem que perdê a mão (...) **tinha dificuldade de ver que ali é uma representação estética de um grupo**(Afeni)

Quem não pertence ao universo do piXo tende a associar a prática à sujeitos também criminalizados (negros, jovens, pobres, principalmente), produzindo discursos que podem chegar a extrema violência. Um exemplo disso é dado pela própria Afeni, quando fala de sua colega do Serviço Social: não basta estar à margem: o sujeito que piXa tem de ser criminalizado e fisicamente marcado.

A galera é criminalizada ué... piXação é isso né” **além de ser marginal é criminalizado.** (Afeni)

Ao mesmo tempo, Aristizabal aponta diferenças na criminalização do piXo de acordo com critérios de raça. É o que ele comenta sobre o piXador Matheus Aragão.

Uma coisa que está muito em aberto assim... essa questão do corpo... é... eu fico... eu até penso no [...] Matheus Aragão... moleque moleque né veio... molequinho assim... então ela é maior zika já... e tipo... tanto com piXo quanto no trampo dele... como com arte assim... visual né” faz documentário/faz clipe e tal... e o moleque tem tipo... 19 anos sabe” parece que tem 15... fala um corpo... **é um moleque branco... saca... por isso que... e ele é zika.. o moleque faz os piXo memo assim... nuns lugar que eu nunca fui faze... não, eu ia fala como que... como que tem isso então né... num tem corpo específico... como que a cultura migrou um pouco também... por causa... da cultura geral eu tô falano do Hip Hop... como que a cultura pode ter migrado... atingido os lugares... por exemplo... do... a classe média....** (Aristizabal)

E segue, para \*#

Você de moto na minha quebrada... rapidão cê é parado... com essa perna aí.<sup>21</sup> e os cara tira onda concê véio... [...] **e aí é político**<sup>22</sup> por isso né... o caso de não fazer tatuagem tamém né” tipo eu já pensei várias vezes... **já quis fazer várias tatuagens assim... mas aí eu falei assim... não mano... já sei como que as pessoa... que as polícia age e pá... tá ligado.. e não, eu não vô fazer. Talvez se eu fosse brancão eu faria.. se eu tivesse olho verde.. daria menos problema pra mim.**

Devido aos problemas já expostos anteriormente que inibiram a participação de nossa participante aos encontros da roda, não foi possível aprofundar as questões de gênero ao longo da pesquisa. No entanto, em vários momentos de nossas conversas, o corpo projetado como aquele que piXa é um corpo masculino, da mesma forma que o corpo ao qual se associa a crime, pobreza, são corpos negros E masculinos. Isso pode ser observado no depoimento de Nikita, no nosso último encontro:

Tipo como... igual... se alguém... se a Afeni chegar em casa e fala assim... me roubaram... eu já sei... o jeito que eu vou pensa... **o vagabundo** que fez isso... entendeu... tá ligado”... Eu vô pensa provavelmente **no cara da minha cor tá ligado”**... Que me robô tá ligado”...que robô ela quer dizer... tá ligado”... é... independente... [...] **mano... cê já pensa mano... não tem jeito véio... não tem jeito... a sociedade... coloco nós na margem do bagulho... nós ficamos na margem do bagulho se possibilidade de... de... arruma um emprego decente... sem possibilidade de estuda numa forma decente... é natural... é natural... é uma forma natural quem... cometa atitudes desesperadas pra ter uma vida um pouco melhor seja nós também... tá ligado”**

Nikita percebe que o corpo negro, masculino, jovem, como o dele próprio é associado a práticas criminosas; ao mesmo tempo, atribui essas práticas criminosas não a um fator biológico, ou cultural (SHUCMAN, 2012), como frequentemente ocorre sob perspectivas racistas: ele atribui a uma marginalização imposta (e não casual) desses corpos numa sociedade marcadamente e historicamente racista.

#### 4.3 Caminhos para outras reflexões...

Eu acho que com trabalhos como o seu... tudo... eu acho que dá pra gerar mais respeito(...) eu acho que aceitação vai sempre ficar... não sei se... as pessoas vão aceitar... é... e nem deixar de ser marginal marginal não ´ilegal´ não sei se isso vai acontecer... mas respeito sim... acho que respeito com mais informação (...) e respeito também não quer dizer que cê tem que aceitar né” cê vai respeitar cê não precisa aceitar (...) não vou virar piXador ou /.../ vou ficar satisfeito quando piXarem minha casa enfim... (Afeni)

<sup>21</sup> Fazendo alusão à tatuagem de \*#

<sup>22</sup> Fazendo referência ao corpo ser político.

Minha escolha pela vida acadêmica e o esforço em desenvolver essa pesquisa foi permanentemente doloroso. Ao mesmo tempo em que, sendo branca, atendo as expectativas do ambiente acadêmico, preponderantemente branco, sendo mulher, mãe de três filhos, vinda de Goiás, neta de um casal interracial, sendo casada com um homem negro, minhas escolhas foram traçando caminhos de negativa constante dos meus pares. A inquietação com o mundo que se deflagrava na minha frente, meus conflitos identitários nesse perfil que oscilava entre a norma e a transgressão fez com que cada leitura, cada encontro com as/os participantes dessa pesquisa me provocassem a perceber que a narrativa de minha suposta superioridade branca, da naturalização dos processos subalternizadores daqueles que são, detém, praticam outras culturas que não a da branquidade, estão distantes de serem processos naturais. Tive, claro, grandes embates com minha formação sócio cultural: tive de reconhecer na minha história vários momentos em que, ao contrário do que me diziam ser mérito próprio, fui beneficiada pela minha pele clara, olhos azuis e um corpo “dócil”. Minha corporeidade sempre me abriu portas, meu corpo feminino supostamente subalternizado/subalternizável também nunca foi entendido como risco para quem detém o poder. No entanto, me deparar com uma pesquisa como essa, fazer um mestrado com um tema que contraria as expectativas da branquidade me fizeram ser mais consciente da minha branquitude e aumentaram o desejo de desestabilizá-la, combatê-la. Ao mesmo tempo me abriu portas para compreender as estruturas de uma sociedade branca e racista e, estando dentro dela, ajudar a romper essa porta de vidro que nos divide, brancos e negros, não nos permitindo o diálogo, convivência e equidade de direitos e de nossas experiências de viver.

O piXo tem um corpo real, físico, que também é discursivo: seus atores tem projetos de dizer que, postos nas paredes, não só modificam como produzem novos significados aos espaços usados. Sendo assim, não é possível negar a existência de autoria nas piXações, ainda que estas sejam também atravessada por vozes outras que não a do seu autor-pessoa.

Como Pinto (2013, p. 83) afirma, o *ato de fala* exige o corpo. Os corpos e ações do piXo correspondem, por sua vez, a sujeitos sociais cuja linguagem tem a propriedade de gerar efeitos em seus interlocutores (AUSTIN, 1999). Nesse sentido, o piXo pode ser entendido como um *ato de fala* que cumpre seu papel de provocar “rupturas e mudanças sociais” a partir de suas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001). “mostrar ... mostrar... quando é uma coisa assim política... [...] no sentido de estar

**conectado com uma certa situação que você... é... expressar diretamente sua situação.**``

Para se por em condição de autoria, as/os piXadoras/os se *autorizam a dizer* aquilo que não se deseja ver/ouvir (Rodrigues, 2011): uma sociedade desigual, que privilegia uns em detrimento de outros. E se a escrita é, como diz Rodrigues, a primeira condição para que o sujeito se constitua enquanto autor, e é usada no piXo para afirmar suas identidades.

O piXo busca conferir espaço e existência para grupos subalternizados, a partir de uma escrita essencialmente transgressora. Trata-se uma escrita em si, pois dela fazem parte necessariamente um corpo, um suporte, a interdição, a diversidade de temas, formas e linguagens utilizadas. Não é possível, portanto, engessá-la como mais um gênero textual.

Ao final dessa pesquisa, algumas questões ecoaram de forma permanente e apontam para o fato de que, ao contrário de uma conclusão definitiva, nossas feridas raciais e sociais, bem como nossos processos identitários e culturais estão distantes de serem sanados. Ao mesmo tempo apontam para o reconhecimento dessas diferenças como caminho possível para uma sociedade mais próxima no que diz respeito à equidade racial. Percebemos que as diferenças entre negros e brancos não se limitam a questões de ordem cultural: ao contrário lhes são impostas diferenças de outra ordem. Existe a propagação de uma norma excludente, racista, que serve para manter privilégios sociais, econômicos para uma pequena parte da sociedade. Essa parte serve não só como padrão, mas tem seus direitos garantidos a partir de uma narrativa que subalterniza, violenta, silencia outras formas de vir a ser no mundo. Esse privilégio se mantém ainda vivo e convidativo a todos que correspondem às suas expectativas, mas creio que, como se mostram vivas nas falas de nossos encontros e narrativas, a transgressão é um caminho possível para que possamos transitar fora dessa narrativa única que reforça o privilégio branco de forma naturalizada. Ao passo que cada participante fala da sua atuação transgressora em sua prática de piXar, minha transgressão fica aqui registrada em minha inquietação com meu privilégio de ser branca numa sociedade racista e num desejo de romper com esse paradigma e densaturizar minha relação hierarquizada com outros grupos sociais.

Da mesma forma que minha identidade nesse contexto se faz de forma transitória, se fazem transitórias, e por que não contraditórias e em processo as identidades de nossa/os participantes. Todas/os reconhecemos, percebemos, em algum

momento das nossas narrativas, o lugar social que nos é imposto. Todas/os nós, em nossas narrativas, damos indícios de que percebemos nossos lugares de fala, e os lugares de fala exercidos por nossos pares. Nossas projeções e imaginários raciais, sociais, de gênero muitas vezes são comuns, posto que somos sujeitos às mesmas regras e normas sociais que nos determinam sobre o que/como podemos ser. No entanto, a busca por romper com esses paradigmas se mostrou violentamente presente, evidenciando uma busca por mudanças. Essa busca nos toma em nossas corporeidades, nossas falas, nossos desejos, nossas práticas linguísticas, se constituindo como um caminho, uma escolha para transformação de nossa sociedade em um lugar de equidade social; em um lugar em que o discurso hegemônico se dilua, se pluralize, dando espaço a outras possibilidades de (re)existência.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Claudiana Nogueira. In RAJAGOPALAN, Kanavillil., FERREIRA, Dina M. M. *Políticas em linguagem: perspectivas identárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006. p. 39-60.
- AUSTIN, Jonh L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- BAUDELAIRE, Charles, COSTA, João. *O meu coração a nu*. 1988.
- BLOCK, David. "Unpicking agency in sociolinguistic research with migrants." *Multilingualism, discourse and ethnography* (2012): 47-61.
- BLOMMAERT, Jan e Ben Rampton. *Language and Superdiversity*. 13(2), 1-22, 2011.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor-pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª ed. São Paulo, Parábola, 2009.
- BRIGGS, Charles. *Current Anthropology*. Vol. 48, N. 4. 2007.
- BUTLER, Judith. *Exitable speech: politics of performative*. NY. Routledge, 1997.
- CAMERON, Debora. *Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e a construção da masculinidade heterossexual*, in: OSTERMANN, Ana Cristina,
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORTÁZAR, Julio, BORISOVA, Alla. *Graffiti*. Kristall, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2001.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FONTANA, Beatriz (Org.) São Paulo: Parábola, 2010.
- FOUCAULT, Michael. “O que é um autor”. In: *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298)
- GALLINARI, Melliandro Mendes. A autoralidade do discurso literário. In. MELLO, R. *Análise do discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Ed. Vozes, 2011.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.
- KOCH, Ingedore. *A (inter)ação pela linguagem*. 9ªed. São Paulo: Contexto, 2004.
- LOPES, Luiz Paulo Moita, BASTOS, Liliana Cabral (org) *Para além da identidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p.167-179.
- MIGNOLO, VALTER D. *Desobediência epstêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n34, p. 287-324, 2008.
- MUNIZ, Kassandra. *Sobre Política Linguística ou Política na Linguística: Identificação Estratégica e Negritude*. In: *Linguagem e exclusão*. Organizador: Alice Cunha de Freitas. -- Uberlândia: EDUFU, 2010.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Vol. 1, No 2 , 2012 : Juventude e práticas culturais nas metrópoles, disponível em <https://cadernosaa.revues.org/631>
- \_\_\_\_\_. *As marcas da cidade: a dinâmica da piXação em São Paulo*. In Lua Nova, São Paulo, 79: 143-162, 2010
- PEREIRA, Gildean Silva Panikinho, SOUZA, Ana Lúcia Silva e. Cultura das ruas para as salas de aula. *Geledes*. Visualizado em 31/07/2017. <https://www.geledes.org.br/cultura-das-ruas-para-as-salas-de-aula/>
- PINTO, Joana Plaza. *Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Performatividade”. In *Revista Cult*.no.185. 2013.
- \_\_\_\_\_. “Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades.” *Delta*, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007.

PIZA, Edith. *Porta de vidro. Entrada para a branquitude*. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria A. S. (orgs.). *A Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e braqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

POSSENTI, Sírio. “Indícios de autoria”. In *Perspectiva*. Florianópolis, 2002.

RAJAGOPALAN, Khanavilil. Pós- Modernidade e a Política de Identidade. In: *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D.M. 2006.

RODRIGUES, Alessandra. *Escrita e autoria: entre histórias, memórias e descobertas*. Campinas. Mercado das Letras, 2011.

SANTOS, Neuza. *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. RJ. Graal, 1983.

SANTOS, Renato E. *Sobre as espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano*. In: SANTOS, Renato (org). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ; Brasília, DF. ABPN, 2012.

SHOLLHAMMER, Karl Erick. *Marginalidade, exclusão e identidade autoral*. In LOPES, Luiz Paulo, BASTOS, Liliana Cabral (org) *Para além da identidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p.167-179.

SHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Diss. Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Daniel, FERREIRA, Dina, ALENCAR, Claudiana (orgs). *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo, Cortez, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, HIP-HOP*. São Paulo: Parábola, 2011.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. 1ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VANDIRK, Teun. “Discurso, poder e acesso”. In: *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

WALTI, Ivete Lara. *Literatura comparada: transculturação e espaço público*, disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/33472/21345>



WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença; uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Sites:

<https://www.dicio.com.br/ocupar/>

## ANEXO I

**Roteiro de questões para perfil da entrevistada e dos entrevistados.**

- 1 – Qual a sua idade?**
- 2 – Você é natural de onde?**
- 3 – Qual seu nível de escolaridade?**
- 4 – Em que áreas profissionais você atua?**
- 5 – Você se declara sob qual raça/etnia?**

## ANEXO II

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o para participar, como voluntária/o, da pesquisa intitulada *Entre o autoral e a escrita coletiva: a inscrição de identidades sociais nos discursos performáticos da piXação*. Caso, após os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa, você aceitar participar concedendo uma entrevista à pesquisadora Maria Carolina S. Araújo, assine ao final deste documento que está em duas vias. Desde logo fica garantido o sigilo de todas as informações dadas por você. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: Entre o autoral e a escrita coletiva: identidades, discursos e performances nas piXações urbanas

Pesquisadora responsável e participante: **Maria Carolina S. Araújo** (Mestranda do

Departamento de Letras da UFOP)

Pesquisadora orientadora: **Kassandra da Silva Muniz** (Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. do Departamento de Letras da UFOP)

Telefones para contato:

**31-99245-8540** (Pesquisadora responsável e participante)

**31-3557-9404** (Departamento de Letras)

O presente projeto tem por objetivo geral analisar as relações entre autoria, identidade e performatividade na prática do uso social da linguagem das piXações urbanas. Para tanto, serão consideradas piXações da cidade de Mariana, registradas entre os anos de 2014 e 2015. Nossa intenção é compreender os processos de constituição das identidades de quem piXa e dos grupos sociais dos quais fazem parte.

A entrevista será previamente agendada, de acordo com a disponibilidade de data e horário da/o participante. O local da pesquisa será definido também de acordo com cada entrevistada/o. A participação na entrevista não causará nenhum risco direto a(o)s participantes, no que diz respeito a danos materiais, físicos, morais ou psicológicos, podendo a/o entrevistada/o, caso julgue necessário, interromper ou mesmo não participar da entrevista a qual não será filmada em momento algum.

## **CONDIÇÕES PARA PESQUISA**

A pesquisadora estará munida, durante toda a entrevista, apenas de um gravador de voz para fins posteriores de análises dos dados obtidos. A(o) participante da pesquisa não haverá nenhuma vantagem explícita e direta. Esclarece-se que a participação é voluntária, dessa forma, não prevemos remuneração para a referida atividade e, a qualquer momento a/o participante poderá exigir sua exclusão da pesquisa, bastando para isso, entrar em contato com a pesquisadora responsável, via e-mail ou telefone (para isso, os dados encontram-se logo abaixo) comunicando sua decisão, sem qualquer consequência/ônus/ prejuízo. Toda/os as informações obtidas que possam gerar a identificação da/os entrevistada/os não serão divulgadas.

## **ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS**

Para a análise dos dados, bem como para os resultados da pesquisa, iremos interpretar as falas da/os entrevistada/os preservando qualquer informação que possa vir a comprometer e a revelar suas identidades. Após a entrevista, a pesquisadora responsável se propõe a deixar um endereço eletrônico de contato para posteriores publicações relativas a sua participação no projeto, bem como maiores informações que a/o participante julgar necessárias. Para demais esclarecimentos sobre o projeto a/o participante poderá contactar a pesquisadora responsável pela pesquisa, para outros esclarecimentos a respeito da ética da pesquisa, a/o participante poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP. Os dados para contato encontram-se abaixo:  
Pesquisadora responsável: Maria Carolina da Silva Araujo (Mestranda do Programa de Pós Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras da UFOP).

Tel: (31) 99245-8540; (31) 3551-4133

E-mail: [bibliotecadevidro@gmail.com](mailto:bibliotecadevidro@gmail.com)

**Comitê de Ética em Pesquisa- UFOP. Campus Universitário Morro do Cruzeiro-  
ICEB**

**II, sala 29, Ouro Preto, MG.**

**Telefone: (31) 3559-1370**

**E-mail: Propp@ufop.br**

## **RISCOS DE PESQUISA**

Não há nenhum efeito prejudicial antecipado em participar da pesquisa. A/O entrevistada/o pode, a qualquer tempo, optar em não responder ou desistir da entrevista, caso se sinta desconfortável, ou indisposto a qualquer questão.

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador(a) do documento de identidade \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa *Entre o autoral e a escrita coletiva: identidades, discursos e performances das piXações urbanas*, participando da entrevista conforme devidamente informada pela pesquisadora **Maria Carolina S. Araújo**. Foram-me esclarecidas todas as informações referentes à pesquisa ao método que será utilizado e aos possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação na pesquisa. Além disso, foi-me, também, garantido o sigilo das minhas informações pessoais que possam assegurar a minha identificação na pesquisa, bem como possíveis informações que possam vir a comprometer a minha pessoa. Diante do exposto, estou de acordo que li e compreendi todas as informações aqui presentes e eventuais dúvidas que eu tinha me foram esclarecidas, portanto, aceito plenamente a participar da entrevista com a utilização de todos os dados que possam servir para os fins da pesquisa científica da qual estou contribuindo.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da/o participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da responsável pela pesquisa